



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE UnB DE PLANALTINA - FUP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PPGP

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

JOVANO LUIZ PEREIRA

**JUVENTUDE VULNERÁVEL: CARACTERIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NACIONAIS E UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
UNAI - MG**

BRASÍLIA-DF

2018

JOVANIA LUIZ PEREIRA

**JUVENTUDE VULNERÁVEL: CARACTERIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NACIONAIS E UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
UNAÍ - MG**

Dissertação de mestrado profissional apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP da Universidade de Brasília - UnB, Campus Planaltina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, aprovada em sua versão final pela banca abaixo assinada.

Professor Orientador: Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

BRASÍLIA-DF

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP436j PEREIRA, JOVANO LUIZ
JUVENTUDE VULNERÁVEL: CARACTERIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NACIONAIS E UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE UNAÍ-MG
/ JOVANO LUIZ PEREIRA; orientador MAURO EDUARDO DEL
GROSSI. -- Brasília, 2018.
141 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão
Pública) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Políticas públicas. 2. Juventude. 3. Vulnerabilidade
Social. 4. Estudo de Caso. 5. PROAC. I. DEL GROSSI, MAURO
EDUARDO, orient. II. Título.

JOVANO LUIZ PEREIRA

**JUVENTUDE VULNERÁVEL: CARACTERIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NACIONAIS E UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
UNAÍ - MG**

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Mauro Eduardo Del Grossi
Orientador
PPGP - UnB

Professora Doutora Luciana de Oliveira Miranda
PPGP - UnB

Professora Doutora Jussara Resende Costa Santos
Faculdade CNEC - Unai

Professor Doutor Geraldo Eustáquio Moreira
PPGP / PPGE - UnB
Suplente

BRASÍLIA - DF

20 de abril de 2018

Certa feita um perito da lei pôs Jesus à prova e perguntou-lhe: “Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?” Respondeu Jesus: “O mais importante é este: ‘Ouve, ó Israel, o Senhor, o nosso Deus, o Senhor é o único Senhor. Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento e de todas as suas forças’. O segundo é este: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Não existe mandamento maior do que estes”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao SENHOR porque me permitiu chegar até aqui. Obrigado!

Continuo agradecido à minha amada família pela compreensão, apoio e parceria incondicional. Sou grato também aos profissionais com os quais tenho trabalhado e convivido ao longo da vida, assim como aos amigos, colegas, professores e colaboradores do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública que comigo compartilharam conhecimento, experiências e vivências durante este período.

Agradeço ao 28º BPM-PMMG de Unaí e ao CONSEP pela forma carinhosa com a qual me trataram durante a coleta de dados e demais etapas da pesquisa. Continuo imensamente grato ao Sgt. Izaias, ao Cb. Leandro Rufino e à Pâmela que não mediram esforços quanto à disponibilização de informações sobre o PROAC, objeto de estudo de parte deste trabalho.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi pela orientação e triagem, ações cruciais para a conclusão desse processo.

EPÍGRAFE

Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro.

Franklin Delano Roosevelt

1882-1945

RESUMO

O objetivo desta pesquisa majoritariamente qualitativa consiste em apresentar três trabalhos relacionados à juventude brasileira no formato *multipaper*. Trata-se de uma metodologia de organização de estudos com vistas à divulgação acadêmica dos trabalhos de acordo com os blocos ou temas correlatos. O estudo I aborda as políticas públicas para a juventude brasileira em nível nacional constantes nos planos plurianuais de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. Os resultados obtidos indicam elevação de gastos com a juventude em âmbito nacional e baixa execução orçamentária dos programas voltados para este público nos anos mais recentes. O estudo II é um estudo de caso que aponta benefícios quanto aos investimentos em educação para a juventude brasileira, ao mesmo tempo em que contrasta esses benefícios com a realidade da juventude no município de Unaí - MG. O estudo também contempla a opinião de gestores de um projeto social denominado Programa Adolescente Cidadão – PROAC na mesma cidade, voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os resultados contrastam os gastos em programas para com a juventude no Brasil com a realidade orçamentária de um programa em nível municipal; identificam a imprevisibilidade quanto à sua continuidade deste programa, devido à questão orçamentária. O estudo III expõe a situação da juventude vulnerável no Brasil, ao mesmo tempo em que contrasta essas informações com a opinião de adolescentes e familiares participantes do PROAC, também na cidade de Unaí - MG. Os resultados demonstram a eficácia do programa em nível local, bem como sugere a sua replicação por demais municípios do País.

Palavras-chave: Políticas públicas, Juventude, Vulnerabilidade Social, Estudo de Caso, PROAC.

ABSTRACT

The objective of this qualitative research is to present three papers related to Brazilian youth in the multipaper format. It is a methodology of organization of studies with a view to the academic dissemination of the works according to the related blocks or themes. The study I addresses public policies for Brazilian youth at the national level contained in the multi-annual plans for 2004-2007, 2008-2011 and 2012-2015. The results indicate an increase in youth expenditures at the national level and a low budget execution of programs aimed at this public in recent years. The study II is a case study that shows benefits for investments in education for Brazilian youth, while at the same time it contrasts these benefits with the reality of youth in the municipality of Unaí - MG. The study also contemplates the opinion of managers of a social project called Citizen Teenager Program - PROAC in the same city, aimed at adolescents in situation of social vulnerability. The results contrast the expenditures on youth programs in Brazil with the budgetary reality of a program at the municipal level; identify the unpredictability as to its continuity in this program, due to the budget issue. The study III exposes the situation of vulnerable youth in Brazil, at the same time as it contrasts this information with the opinion of adolescents and family members of PROAC, also in the city of Unaí - MG. The results demonstrate the effectiveness of the program at the local level, as well as suggesting its replication by other municipalities in the country.

Palavras-chave: Public Policies, Youth, Social Vulnerability, Case Study, PROAC.

LISTA DE FIGURAS

Estudo II:

Figura 1: RIDE - DF 56

Figura 2: IDEB de Unaí - MG 57

Figura 3: 28º BPM - PMMG 63

Figura 4: Primeiro Estatuto do CONSEP 64

Figura 5: "O Diabo Veste Farda" 68

ESTUDO III:

Figura 1: Perfil das Pessoas Presas no Brasil 95

Figura 2: Escolaridade da População Prisional no Brasil 96

Figura 3: Juventude Vulnerável / Homicídios e Homicídios Entre Jovens em Unaí – MG ... 99

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Introdução:

Tabela 1: Mapa Metodológico.....	23
----------------------------------	----

Estudo I:

Tabela 1: Estimativas de Receitas da União entre 2004-2015	30
--	----

Tabela 2: Principais Programas para a Juventude no PPA 2004-2007	31
--	----

Tabela 3: Principais Programas para a Juventude no PPA 2008-2011	33
--	----

Tabela 4: Principais Programas para a Juventude no PPA 2012-2015	36
--	----

Estudo II:

Tabela 1: Participantes da Pesquisa	48
---	----

Tabela 2: Painel Cidades, Unai – MG	57
---	----

Tabela 3: Identificação dos Atores	61
--	----

Tabela 4: Início do PROAC	68
---------------------------------	----

Tabela 5: Implementação do Programa	70
---	----

Tabela 6: Questões Diversas	72
-----------------------------------	----

Tabela 7: Considerações Diversas Sobre o PROAC	74
--	----

Tabela 8: Considerações do Ministério Público	75
---	----

Estudo III:

Tabela 1: Participantes da pesquisa	87
Tabela 2: Histórico de Participação no PROAC	100
Tabela 3: Dados Pessoais dos Alunos	102
Tabela 4: Informações Escolares dos Alunos	104
Tabela 5: Informações Sociais e Familiares dos Alunos	106
Tabela 6: Informações Trabalhistas e de Renda dos Alunos	108
Tabela 7: Informações Sobre o PROAC: Alunos	110
Tabela 8: Informações Pessoais: Familiares	113
Tabela 9: Informações Escolares dos Familiares	114
Tabela 10: Informações Sociais dos Familiares	115
Tabela 11: Informações Trabalhistas e de Renda dos Familiares	117
Tabela 12: Informações dos Familiares Sobre o PROAC	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSP - Anuário Brasileiro de Segurança Pública

BPM-PMMG – Batalhão de Polícia Militar - Polícia Militar de Minas Gerais

CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CONSEP - Conselho Comunitário de Segurança Pública

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FACTU - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INESC - Instituto de Ensino Superior Cecenista

INFOPEN – Informações Penitenciárias

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ME – Modelo Ecológico

MEC - Ministério da Educação

MG – Estado de Minas Gerais

MI – Ministério da Integração Nacional

MJ – Ministério da Justiça

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIAAC – Programa Internacional de Avaliação de Competências para Adultos

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNJ – Plano Nacional de Juventude

PPA – Plano Plurianual

PPGP - Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

PROAC – Programa Adolescente Cidadão

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

RIDE-DF - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

SEDS/MG – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SSP – Sistema de Segurança Pública

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TMH - Taxa de Mortalidade por Homicídios

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UnB – Universidade de Brasília

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

VDCCA - Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Formulação do Problema de Pesquisa	19
1.1.1. Problematização	20
1.2 Objetivos.....	20
1.1.2. Objetivo Geral.....	20
1.1.3. Objetivos Específicos.....	20
1.3 Proposições	21
1.4 Justificativas.....	21
1.5 Estrutura da Dissertação	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
3 ESTUDO I: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NOS PLANOS PLURIANUAIS DE 2004-2007, 2008-2011 E 2012-2015.....	26
3.1 RESUMO.....	26
3.2 ABSTRACT.....	26
3.3 INTRODUÇÃO	26
3.4 O PLANO PLURIANUAL.....	30
3.5 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE DE 2004 A 2015.....	31
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
3.7 REFERÊNCIAS.....	40
4 ESTUDO II: PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS GESTORES.....	47
4.1 RESUMO.....	47
4.2 ABSTRACT.....	47
4.3 INTRODUÇÃO	47
4.4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	48
4.4.1. Tipo de pesquisa.....	48
4.4.2. Caracterização das Organizações	48
4.4.3. Participantes da Pesquisa	49
4.4.4. Instrumentos de Pesquisa	49
4.4.5. Procedimentos de Coleta e Análise de Dados.....	50
4.4.6. Análise de Dados.....	51
4.5 INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA.....	51
4.6 EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA A JUVENTUDE EM UNAÍ - MG	55
4.7 O PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO - PROAC	60
4.4.7. Identificação dos Atores.....	61

4.4.8. Identificação do Problema: Início do PROAC.....	66
4.4.9. Formação da agenda, formulação de alternativas e implementação do PROAC...67	
4.4.10. Avaliação do Programa	72
4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
4.9 REFERÊNCIAS.....	81
5 ESTUDO III: O PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS E FAMILIARES PARTICIPANTES.....	87
5.1 RESUMO.....	87
5.2 ABSTRACT.....	87
5.3 INTRODUÇÃO	87
5.3.1. Informações Gerais Sobre a Pesquisa	88
5.4 JUVENTUDE MARGINALIZADA E ENCARCERADA: VIDAS PERDIDAS	90
5.5 “MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR”: A ATUAÇÃO DO PROAC.....	98
5.6 Resultados do Programa	101
5.6.1. Opinião dos Participantes: Alunos	102
5.6.2. Opinião dos Participantes: Familiares.....	113
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
5.8 REFERÊNCIAS.....	123
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS GERAIS.....	130
APÊNDICES.....	133

1. INTRODUÇÃO

O direito à vida, à educação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, dentre outros, são alguns dos direitos constitucionais garantidos à criança, ao adolescente e ao jovem, sendo um dever da família, da sociedade e do Estado assegurar que estes direitos sejam plenamente gozados por aqueles aos quais se destinam (BRASIL, 1988).

Além das garantias constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança até os doze anos de idade incompletos e ao adolescente entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990). Quanto aos jovens, o Estatuto da Juventude foi instituído com a finalidade de dispor sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas para a juventude e o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), sendo considerado como jovem a pessoa com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade (BRASIL, 2013).

Apesar das garantias legais e do aumento dos gastos com políticas públicas para a juventude (NUNES et al., 2018) o que a sociedade brasileira tem vivenciado em diferentes partes do país e as estatísticas civis têm demonstrado é o crescente número de jovens, adolescentes e inclusive crianças em situação social precária ou já em conflito com a lei (ZALUAR; BARCELLOS, 2013; GOMES et al., 2013; BATISTA et al., 2016).

Tanto as causas quanto consequências vêm sendo identificadas e apresentadas continuamente à sociedade, mas enquanto isso, ações efetivas que reduzam ou eliminem este quadro têm sido bem menos observadas. Apesar do fato de que o termo “sociedade civil” pressuponha organização e modernidade (BALLESTRIN, 2015), o que se pode notar no

Brasil é a evolução da criminalidade e da violência (FBSP, 2014), amplificando ainda mais a imagem predatória da cidade (RÊGO; FERNANDES, 2012).

Um conhecido jargão nacional afirma que “os jovens são o presente e o futuro desta nação”. Todavia, não há frases prontas que expliquem ou resumam as realidades extremas vivenciadas pela juventude. Se por um lado são expressivos os gastos públicos com políticas públicas para a juventude, inclusive com a educação, no intuito de que se complete o ciclo escolar, por outro, a maior parte da população prisional deste país além de ser jovem, também é pouco alfabetizada, o que sugere que os caminhos da escola não tem sido a preferência de muitos deles, especialmente dos mais pobres (BRASIL, 2014).

Por outro lado, ao invés de simplesmente identificar culpados existem pessoas atuando por meio das organizações às quais pertencem no intuito de transformar essa realidade. É o caso do Programa Adolescente Cidadão (PROAC), um projeto social desenvolvido pelo 28º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais (BPM–PMMG), em parceria com o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP), juntamente com demais representantes da sociedade civil, tais como professores e empresários locais, na cidade de Unaí – MG (CONSEP, 2016a).

1.1 Formulação do Problema de Pesquisa

Legalmente, o que define uma pessoa como integrante ou não de um destes grupos (criança, adolescente ou jovem) é a sua idade. Mas a conceituação pela faixa etária não explica grande parte das questões que os envolvem, pelo simples fato de que um problema que se origina na infância, como o analfabetismo, por exemplo, afetar a criança em todos os demais estágios da sua vida. A transição entre faixas etárias afeta o comportamento, bem

como aumenta gradativamente responsabilidades e cobranças rumo à emancipação da pessoa (KOMATSU; BAZON, 2015).

É fato que embora exista legislação específica para cada uma dessas partes, até que se complete o ciclo e chegue o dia em que a pessoa alcançará uma nova etapa em sua vida, a partir da qual poderá ser considerada emancipada não só legalmente, mas também civil e socialmente, esta continuará de alguma forma dependente do sistema e daqueles que o compõem. Além do mais, enquanto este dia não chegar, as possibilidades de desvio no percurso são inúmeras, tais como o abandono escolar, a criminalidade, as drogas, a violência física, sexual e psicológica, o alcoolismo, a mendicância etc. (ZALUAR; BARCELLOS, 2013; HILDEBRAND et al., 2015).

1.1.1. Problematização

Quais os benefícios do PROAC para os adolescentes em situação de risco social, bem como para as famílias que dele participam?

1.2 Objetivos

1.1.2. Objetivo Geral

Contribuir para o progresso das políticas públicas voltadas para a juventude na cidade de Unaí - MG, especialmente aquelas voltadas para jovens em situação de risco de conflito com a lei.

1.1.3. Objetivos Específicos

- Descrever as ações públicas voltadas para a juventude nos planos plurianuais do Governo Federal;

- Discorrer acerca dos números sobre educação e trabalho para adolescentes e jovens entre 15 a 29 anos no Município de Unaí – MG, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).
- Identificar os atores responsáveis pela implementação e execução do PROAC na cidade de Unaí - MG.
- Apontar pontos fortes e frágeis no PROAC com vistas à produção de informações que possibilitem aos gestores a tomada de decisões seguras que aumentem a eficácia do programa.
- Identificar a concepção sobre a relevância do PROAC para os adolescentes e familiares que dele participam.

1.3 Proposições

A proposição básica assumida nesta pesquisa aponta que a participação dos adolescentes no PROAC surte efeitos positivos, com o seu distanciamento de situações de conflito com a lei.

As proposições secundárias resultam desse distanciamento, que por sua vez os beneficiará tanto no âmbito familiar, quanto educacional e futuramente profissional. De forma complementar pretende-se demonstrar que o custo anual do PROAC é consideravelmente baixo se comparado aos gastos com políticas públicas para a juventude presentes nos planos plurianuais ao longo dos últimos anos.

1.4 Justificativas

Esta pesquisa pode contribuir para o avanço de políticas públicas porque objetiva avaliar um programa social com adolescentes moradores da cidade de Unaí – MG, localizada na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF, a cerca de

170 km de Brasília, capital federal. O programa atua diretamente com adolescentes em condições sociais vulneráveis, antes que sejam achados em situação de conflito com a lei.

A pesquisa também pode contribuir para a literatura porque visa realizar um estudo de caso de um programa social que é coordenado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), o que pode representar uma quebra de paradigmas, uma vez que sua atuação visa não somente combater a violência, mas também atuar preventivamente, evitando que ela aconteça, buscando formar cidadãos conscientes para a sociedade.

A pesquisa justifica-se ainda pela geração de informações e conhecimento para que os gestores públicos possam tomar decisões seguras que resultem em melhorias para o programa. Por fim, as reflexões sobre a experiência local do PROAC podem inspirar atividades semelhantes em outros municípios que integram não somente a RIDE-DF, mas também em outras localidades do país, com situações sociais semelhantes.

Investimentos com a juventude são importantes porque lhes possibilitam oportunidades capazes de beneficia-los de várias formas rumo à sua emancipação. Educação, profissionalização, cidadania, dentre outras, são dimensões cruciais de atuação que podem fazer diferença na vida daqueles que experimentam tais benefícios (IPEA, 2011).

Uma vez que a juventude está inserida em um processo de constante formação considera-se como salutares ações que instigam suas mentes e posteriormente insiram em sua conduta princípios e valores que também beneficiarão além destes, à sociedade à qual pertencem. Considera-se ainda que políticas públicas de proteção social e de educação deveriam deter a primazia quanto às ações voltadas para este grupo, sendo um investimento justificável não somente por representarem uma das partes mais vulneráveis da sociedade, mas também porque no futuro serão eles os principais agentes em cena.

1.5 Estrutura da Dissertação

Este trabalho encontra-se estruturado no formato *multipaper* com vistas à publicação acadêmica e maior abrangência do público leitor (DUKE; BECK, 1999). Outra facilidade permitida por esse modelo é o de que ele favorece a colaboração entre pesquisadores (COSTA, 2014). O formato atende às exigências do “Guia dos Trabalhos de Conclusão Final” do PPGP/UnB, uma vez que parte dele contém um estudo de caso, que por sua vez encontra-se dividido e formatado como artigos científicos ou *multipaper*, ambos aceitos pelo referido programa.

O primeiro capítulo deste trabalho é a **introdução**, na qual se apresenta a formulação do problema de pesquisa, a problematização, isto é, uma questão a ser respondida, o objetivo geral e os objetivos específicos, as proposições assumidas pelo pesquisador e as justificativas dessa pesquisa.

O segundo capítulo apresenta o **estudo I**. Trata-se de uma abordagem que contempla a caracterização de políticas públicas para a juventude brasileira a partir dos planos plurianuais de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. Os resultados obtidos nesse trabalho demonstram elevação dos gastos da União com o público jovem ao longo das últimas décadas, ampliação na quantidade de programas voltados para a juventude, bem como menor execução orçamentária no último plano plurianual observado.

O terceiro capítulo apresenta o **estudo II**. Trata-se de parte de um estudo de caso cujo referencial teórico embasou-se nos benefícios da educação para a juventude brasileira, contrastando esses dados com a concepção de gestores responsáveis por um projeto social voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Unaí - MG. Os

resultados identificam os atores responsáveis pelo programa, bem como para a imprevisibilidade quanto à sua continuidade, devido à questão orçamentária.

O quarto capítulo apresenta o **estudo III**. Trata-se da segunda parte do estudo de caso mencionado no estudo II, cuja abordagem foi construída a partir de um referencial teórico que apresenta a juventude brasileira em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles que já se encontram em situação de conflito com a lei. Esses dados também contrastam com a opinião de alunos matriculados e egressos, juntamente com a opinião de seus familiares, quanto à participação destes no Programa Adolescente Cidadão (PROAC), também na cidade de Unaí - MG. Os resultados apontam para a eficácia do programa, bem como sugere que o mesmo possa ser replicado por demais municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF, assim como por demais Municípios do País.

Tabela 1: Mapa Metodológico

Objetivo Geral			
Contribuir para o progresso das políticas públicas voltadas para a juventude na cidade de Unaí - MG, especialmente aquelas voltadas para jovens em situação de risco de conflito com a lei.			
Objetivos Específicos		Estudos	Método/Instrumento
1	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as ações públicas voltadas para a juventude nos planos plurianuais do Governo Federal. 	Estudo I	Pesquisa Bibliográfica
2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discorrer acerca dos números sobre educação e trabalho para a juventude entre 15 a 29 anos em Unaí-MG. ▪ Identificar os atores responsáveis pela implementação e execução do PROAC na cidade de Unaí - MG. ▪ Apontar pontos fortes e frágeis no PROAC com vistas à produção de informações que possibilitem aos gestores a tomada de decisões seguras que aumentem a eficácia do programa. 	Estudo II	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas
3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar a concepção sobre a relevância do PROAC para os adolescentes, familiares que dele participam. 	Estudo III	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental Questionários

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 1 mapeia a metodologia adotada quanto à estruturação deste trabalho. O projeto de pesquisa baseou-se inicialmente no formato qualitativo apresentado por Creswell (2010) e as técnicas para coleta de dados, conforme Marconi e Lakatos (2015). Adiante, a pesquisa de campo submeteu-se às orientações de Yin (2015) quanto aos procedimentos para compreensão do fenômeno. Os resultados apresentados seguiram os conceitos de Secchi (2010) para fins de avaliação do programa, enquanto as técnicas de análise de conteúdo das entrevistas e questionários, às orientações de Franco (2005). Por fim, foram produzidos três artigos científicos ou *multipapers*, conforme Duke, Beck (1999) e Costa (2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica nos periódicos disponíveis nas bases de dados da CAPES, SciELO, PROQUEST, OCDE, IBGE, dissertações, teses, documentos administrativos do CONSEP, além de livros com abordagens relacionadas.

Os termos utilizados na busca foram “juventude”, “criminalidade”, “violência”, “trabalho” e “educação”, sendo encontradas 34 publicações relacionadas ao longo dos últimos cinco anos. Os resultados foram devidamente classificados, analisados e relacionados aqueles que apresentaram primeiramente classificação Qualis CAPES 2015 entre A1 e B3 e posteriormente, conexões com esta pesquisa.

Quanto ao procedimento didático para leitura dos planos plurianuais a pesquisa bibliográfica adotou como tipo de leitura a “do significado”, sendo pesquisados os termos “jovem”, “jovens” e “juventude”, o que possibilita uma visão mais ampla do conteúdo, deixando de lado aspectos secundários (MARCONI; LAKATOS, 2015).

3 ESTUDO I: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NOS PLANOS PLURIANUAIS DE 2004-2007, 2008-2011 E 2012-2015

PUBLIC POLICIES FOR YOUTH IN THE PLURIANNUAL PLANS 2004-2007, 2008-2011 AND 2012-2015

3.1 RESUMO

O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são instrumentos constitucionais do poder público para estabelecer onde e como os seus recursos serão utilizados. Nas últimas décadas as políticas públicas para a juventude no Brasil passaram a ter um papel destacado, tanto na legislação, quanto no volume financeiro destinado a executá-las. Este artigo objetiva analisar os Planos Plurianuais de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015, bem como as estimativas de receita da União nestes períodos e com base na execução orçamentária anual identificar quais foram os programas desenvolvidos pelo Governo Federal destinados à emancipação da juventude. Os resultados apontam elevação dos gastos da União com a juventude nos três períodos e menor execução desses gastos no último período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Plano plurianual, políticas públicas, juventude.

3.2 ABSTRACT

The Pluriannual Plan, the Budget Guidelines Law and the Annual Budget Law are the public power's constitutional instruments to establish where and how its resources will be used. In the last decades, public policies for the youth in Brazil have come to play a prominent role both in legislation and financial volume destined to implement them. This article aims to analyze the Pluriannual Plans of 2004-2007, 2008-2011 and 2012-2015, as well as the Union's revenue estimates for these periods and based on the annual budgetary execution, identify the programs developed by the Federal Government destined to youth's emancipation. The results show an increase in the Union's spending on youth in the three periods and the lower execution of these expenditures in the last analyzed period.

KEYWORDS: Pluriannual Plan, public policy, youth.

3.3 INTRODUÇÃO

Na virada do milênio os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamaram durante a Conferência do Milênio uma agenda para o desenvolvimento global, cujas políticas centrais estão relacionadas aos anseios e bem-estar da população, em especial dos mais necessitados. Quanto às metas do milênio para a juventude decidiu-se “formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo” (ONU, 2000, p. 9). Por se tratar de problemas globais nos quais o Brasil possui destaque considerável, o sucesso rumo ao

desenvolvimento do país depende de parcerias que demonstrem clareza e transparência quanto aos reais interesses das partes envolvidas neste processo (SCHMITZ, 2014).

Estas metas resultaram de intensos debates nos anos anteriores quando as políticas públicas, tanto econômicas, quanto sociais, ganharam maior visibilidade ante a preocupação dos governos com a restrição de gastos, gerando assim novas visões sobre os seus papéis, com vistas ao equilíbrio entre receitas e despesas (SOUZA, 2006). Já as políticas públicas voltadas para a juventude nasceram da clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos (SPOSITO; CARRANO, 2003).

No Brasil ocorre desde os anos 1990 um intenso debate sobre os rumos e os limites da política social (JACCOUD, 2005). No que tange a adolescência e juventude, a produção teórica vem apresentando discussões e conceitos igualmente complexos, tendo em vista que a própria definição categórica dos temas utiliza critérios históricos e culturais (DAYRELL, 2003), de forma que a percepção social sobre estes tende a ser ambígua e contraditória (PEDROSO; SALLES, 2014). Enquanto o termo “adolescência” parece estar ligado a categorias psicológicas e a experiências subjetivas, a “juventude” relaciona-se mais aos campos das teorias sociológicas e históricas (SILVA; LOPES, 2010). Com os benefícios da tecnologia e da sociedade em rede sabe-se que os jovens de hoje possuem mais conexões do que os jovens de gerações passadas. Porém, nem sempre são definidas as fronteiras que as separam, especialmente da adolescência para a juventude (FEIXA; LECCARDI, 2010).

Para a Organização Mundial de Saúde a adolescência compreende o período entre 10 e 19 anos (OMS, 1985). No Brasil, em termos legais o Estatuto da Juventude delimitou seu escopo de atuação ao definir a juventude como pessoas entre 15 a 29 anos de idadeⁱ, o que pode facilitar o objeto de estudo uma vez que o identifica simplesmente pela faixa etária (BRASIL, 2013b). Um fator comum é que em diferentes contextos de desenvolvimento, a

convivência familiar e a escola têm sido apresentadas como benefícios positivos e fundamentais para a transição etária (DESSEN; DA COSTA POLONIA, 2007; ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016).

Dentre as principais barreiras identificadas a priori estão as dificuldades de se estabelecer políticas públicas consistentes, uma vez que estas esbarram nas próprias limitações humanas, especialmente quanto à equidade e eficiência, que muitas vezes superam os campos da própria administração e gestão de políticas públicas (HOOD, 1991), o que implica em afirmar que este é um tema que necessita ser visto e revisto continuamente, até por que políticas públicas são escolhas entre o que o governo faz ou deixa de fazer (BILHIM, 2008). Embora “desde o começo, a vocação messiânica foi apropriada pelo Estado, ou talvez confiada a ele” (BAUMAN, 2013, p. 65), nem sempre este conseguiu cumprir devidamente o seu papel, tendo em vista que teoria e prática são conceitos difíceis de serem alinhados, especialmente em organismos complexos como na administração pública (DENHARDT, 2012).

Apesar de a juventude ter direitos cada vez mais assegurados, acrescenta-se a tais dificuldades a urgente e expressiva demanda em torno dos diferentes temas no campo das políticas públicas para a juventude, tais como educação (CARVALHO; NOMA, 2011), trabalho urbano (ABRAMO, 2013) e rural (VALADARES; GALIZA, 2016), violência (SILVA; SILVA, 2011), etc.

Acrescenta-se ainda o fato de que historicamente os ciclos pelos quais as políticas públicas deveriam atravessar nem sempre são devidamente seguidos (SOUZA, 2006), o que prejudica não só a agenda que reconhece o problema, mas também as propostas de solução ou formulação, que conseqüentemente afetarão as decisões, a implementação e a avaliação de tais políticas. Além do mais, a avaliação, que consiste numa importante etapa ao final desse

ciclo é um campo ainda em construção, mas uma vez realizada possibilita a correção de ações, de forma que se apreciem os programas implementados no que diz respeito aos seus impactos efetivos (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Conceitualmente, conforme Carvalho e Noma (2011, p. 168):

Entende-se por políticas públicas para a juventude o conjunto de princípios, estratégias e ações que estabelece os direitos e responsabilidades dos jovens, afirma suas identidades e potencialidades e cria condições para que esses sujeitos participem da vida social, econômica e cultural do país.

Quanto ao contexto latino-americano, Souza (2006, p. 21) constatou que nos países em desenvolvimento:

... ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grande parte de sua população.

A ineficácia nas coalizões por sua vez resulta na continuidade das demandas. Até mesmo a identificação do tipo de problema que as políticas públicas devem corrigir nem sempre é possível, o que só dificulta ainda mais o processo (SOUZA, 2006).

Por outro lado, apesar das dificuldades a virada do milênio foi significativa para o Brasil uma vez que, embora nem sempre homogênea, a estrutura organizacional do sistema de proteção social passou por significativas mudanças, especialmente quanto à descentralização das ações do Estado. Não significa que todas as demandas sociais foram sanadas, mas que a descentralização dessas ações se mostrou dependente direta do tempo de implementação de estratégias dos governos locais (ARRETCHE, 1999).

Ante o exposto objetiva-se com este trabalho apresentar uma breve síntese constitucional acerca do Plano Plurianual - PPA, das Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei do Orçamento Anual - LOA, juntamente com a apuração das estimativas de receita

da União nos anos de 2004 a 2015, seguida pela identificação dos principais programas desenvolvidos para a emancipação da juventude constantes nos Planos de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015, bem como levantamento de suas execuções nos respectivos orçamentos anuais. Ressalta-se que este trabalho reconhece a existência de outros programas constantes nos Planos que, embora a juventude não seja neles citada como público-alvo, a execução de suas ações permite que de alguma forma ela seja beneficiada direta ou indiretamente por eles, como é o caso do programa Universidade do Século XXI no PPA 2004-2007 e Brasil Universitário, no PPA 2008-2012, voltados para a ampliação do ensino e pesquisa.ⁱⁱ

3.4 O PLANO PLURIANUAL

O PPA, a LDO e a LOA, dentre outras, são atribuições do Congresso Nacional, conforme Constituição Federal de 1988. Quanto à fiscalização, compete aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manter de forma integrada sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, dentre outras. Em resumo, o PPA é um plano de médio prazo que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, ao longo de um período de quatro anos (BRASIL, 1988).

A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988). O orçamento público tem sido aprimorado no decurso dos últimos anos, deixando de atuar como no princípio, isto é, como

um instrumento de controle, mas sendo também identificado como um instrumento gerencial e de planejamento (NUNES; et al.; 2015).

As estimativas de receitas anuais da União constante na LOA para os exercícios financeiros no período entre 2004-2015 tiveram os seguintes montantes, conforme tabela 1, (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005b; BRASIL, 2006b; BRASIL, 2007b; BRASIL, 2008a; BRASIL 2008d; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2012b; BRASIL, 2013a; BRASIL, 2014; BRASIL, 2015):

Tabela 1: Estimativas de Receitas da União entre 2004-2015

ANO	Lei n°	Valores (milhões) R\$	ANO	Lei n°	Valores (milhões) R\$	ANO	Lei n°	Valores (milhões) R\$
2004	10.873/2004	1.502.129	2008	11.647/2008	1.424.390	2012	12.595/2012	2.257.289
2005	11.100/2005	1.642.362	2009	11.897/2008	1.660.729	2013	12.798/2013	2.276.516
2006	11.306/2006	1.702.917	2010	12.214/2010	1.860.428	2014	12.952/2014	2.488.853
2007	11.451/2007	1.575.880	2011	12.831/2011	2.073.390	2015	13.115/2015	2.982.546
Total 2004-2007		6.423.288	Total 2008-2011		7.018.937	Total 2012-2015		10.005.204
Total Geral 2004-2015 (Trilhões R\$)								23.447.429

Fonte: Elaborado pelos autores.

O valor total do orçamento nos três períodos analisados foi de 23,4 trilhões de reais, com um suave aumento quanto à expectativa de arrecadação. A parte seguinte deste trabalho consiste em identificar como e quanto deste montante foi planejado e destinado à juventude no Brasil.

3.5 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE DE 2004 A 2015

Uma vez identificados os programas direcionados à juventude em cada PPA, foram extraídos os códigos, os nomes dos programas, o público-alvo e os valores dos gastos previstos. Em seguida, no intuito de verificar qual valor foi executado por programa no

orçamento, consultou-se a execução de despesas por programação, disponível na base de dados no ano de 2016 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (SENADO FEDERAL, 2016).

Tabela 2: Principais Programas para a Juventude no PPA 2004-2007

CÓD.	PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO ⁱⁱⁱ	VALORES (MIL R\$)		EXECUÇÃO DAS DESPESAS (MIL R\$)				TOTAL EXECUTADO	
			PPA-2004 Anexo II	PPA-2007 Anexo I	LOA 2004	LOA 2005	LOA 2006	LOA 2007	(MIL R\$)	%
0070	Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude	Jovens e adolescentes até 24 anos em situação de risco pessoal e social	995.438		353.523	349.370			702.893	
0153	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Adolescentes de 0 a 18 anos	68.585	116.635	24.864	18.911	13.160	22.493	79.428	68,1
1008	Inclusão Digital	Jovens e outros segmentos	7.900	618.671	15.433	100.950	75.001	169.973	361.357	58,4
1060	Brasil Alfabetizado / Educação de jovens e adultos	Jovens e adultos analfabetos com 15 anos ou mais	822.696	1.927.514	189.407	673.239	604.821	143.040	1.610.507	83,6
1061	Brasil Escolarizado	Adolescentes, jovens e adultos da Educação Básica	14.825.753	9.576.935	3.804.445	1.653.068	2.705.511	3.692.775	11.855.799	123,8
1062	Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional	9.721.748	5.907.951	1.909.748				1.909.748	32,3
1066	Escola Básica ideal	Adolescentes, jovens e adultos matriculados nas redes de ensino	1.547.717		19.406				19.406	
1116	Crédito Fundiário	Famílias sem-terra, arrendatários, jovens sem-terra	2.339.155	2.101.308	415.050	515.566	522.239	538.198	1.991.053	94,8
1141	Cultura, Identidade e Cidadania	Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade	64.134	189.740	4.073				4.073	2,1
1245	Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	Adolescentes e jovens em conflito com a lei	58.186	71.793	12.680	12.402	19.167	20.372	64.621	90,0
1329	Primeiro Emprego	Jovens de 16 a 24 anos, desempregados	1.130.691	549.655	51.828	100.990	93.244	100.691	346.753	63,1
1350	Educação do Campo (PRONERA)	Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar		133.668		34.668	35.401	39.199	109.268	81,7
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio		536.270		279.603	75.753	141.643	496.999	92,7
1385	Proteção Social Especial	Adolescentes, jovens		589.584		0	127.762	163.115	290.877	49,3
8028	Segundo Tempo	Estudantes do Ensino Fundamental e Médio	138.584	462.940	48.796	123.974	130.789	123.332	426.891	92,2
8034	ProJovem	Jovens que possuam entre 15 e 29 anos		862.757		261.687	246.549	148.179	656.415	76,1
TOTAL (R\$)			31.720.587	23.645.421	6.849.253	4.124.428	4.649.397	5.303.010	20.926.088	88,5

Fonte: BRASIL, 2003; BRASIL, 2006a; SENADO FEDERAL, 2016 /PPA-2004-2007 /SIAFI/SIDOR/SELOR-LOA-2004-2007

Para melhor analisar o PPA 2004-2007 realizou-se a distinção entre os gastos previstos no início de 2004 (anexo II do PPA), (BRASIL, 2003), e os valores finais dos gastos revistos em 2006 pelo Ministério do Planejamento - MP (anexo I do PPA), (BRASIL, 2006a). Assim, foi possível identificar a partir dos valores zerados, por exemplo, quais programas foram inseridos e quais foram abandonados ao longo do período, conforme tabela 2.

Constatou-se a inserção de quatro novos programas e a descontinuidade de quatro existentes. O valor total executado foi de 20,9 bilhões de reais, o que corresponde a 88,5% do valor orçado e cerca de 0,33% da estimativa de receita para o período. Destaca-se o alto percentual executado com os programas Brasil Escolarizado; Crédito Fundiário; Inserção Social pela Produção de Material Esportivo; Desenvolvimento do Ensino Médio e Segundo Tempo, que juntos concentram 70% dos recursos gastos, focados tanto na educação básica, quanto profissional, nos meios de produção, esportes e mercado de trabalho. O ProJovem executou 76,1% do valor previsto no PPA.

Quanto ao Plano Plurianual instituído para o quadriênio 2008-2011, o projeto de lei enviado pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional apresentou-se como uma resposta aos desafios de aceleração do crescimento econômico, promoção da inclusão social e redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2007a).

Dentre as estratégias do MP para o desenvolvimento do País foram incluídas na agenda social ações para a juventude que tomaram como base a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2005, por meio da qual se constatou que o Brasil possui 50,5 milhões de jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos, sendo desenvolvidas ações integradas no âmbito da Política Nacional de Juventude (PNJ) para esta faixa etária com foco na elevação da escolaridade, qualificação social e profissional e desenvolvimento humano (BRASIL, 2007a).

A tabela 3 destaca os programas de Governo constantes no anexo I do projeto de lei do PPA 2008-2011 (BRASIL, 2008b), com ações dos programas voltados para a juventude, em paralelo com a execução orçamentária anual.

Tabela 3: Principais Programas para a Juventude no PPA 2008-2011

CÓD	PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO ^{iv}	VALORES (MIL R\$)		EXECUÇÃO DAS DESPESAS (MIL R\$)				TOTAL EXECUTADO	
			PPA-2008	PPA-2011	LOA	LOA	LOA	LOA	(MIL R\$)	%
			Anexo I	Bco dados	2008	2009	2010	2011		
0471	Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	Participantes do programa da juventude	451.593	486.389	238.349	134.854	198.086	53.234	624.523	128,4
1008	Inclusão Digital	Comunidades e segmentos	725.693	1.582.248	163.290	144.051	302.025	123.489	732.855	46,3
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de jovens e adultos	Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados	3.040.728	2.988.713	290.456	290.519	628.252	789.219	1.998.446	66,9
1061	Brasil Escolarizado	Adolescentes e jovens	49.835.489	49.520.088	7.465.418	10.309.537	15.245.512	17.981.149	51.001.616	103,0
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Jovens e adultos que buscam formação profissional e professores	9.389.308	9.522.102	2.027.173	2.812.727	4.018.189	5.897.529	14.755.618	155,0
1116	Crédito Fundiário	Jovens sem-terra	2.664.931	2.551.590	396.458	514.702	367.469	378.330	1.656.959	64,9
1141	Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	Adolescentes e jovens	672.197	619.658	119.713	119.547	107.876	78.533	425.669	68,7
1245	Inclusão Social pelo Esporte	Adolescentes e jovens em conflito com a lei	95.292	91.243	11.696	13.173	17.631	9.709	52.209	57,2
1350	Educação do Campo (PRONERA)	Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar	431.605	391.045	31.665	23.093	15.414	21.453	91.625	23,4
1385	Proteção Social Especial	Adolescentes e jovens		996.659	188.312	172.510	255.137	263.922	879.881	88,3
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	Adolescentes e jovens vítimas da violência	6.021.106	8.875.666	1.026.111	1.237.820	1.425.745	783.900	4.473.576	50,4
6005	Educação por Alternância para Agricultura Familiar	Jovens e adultos que vivem no meio rural e que buscam educação profissional	76.000							
8028	Segundo Tempo	Adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular	725.789	728.730	191.793	210.408	175.350	215.184	792.735	108,8
8034	ProJovem	Jovens que possuam entre 15 e 29 anos	7.698.490	7.449.921	770.730	1.197.434	1.377.331	868.068	4.213.563	56,6
TOTAL (R\$)			81.828.221	85.882.098	12.921.164	17.180.375	24.134.017	27.463.719	81.699.275	95,1

Fonte: BRASIL, 2008b; SENADO FEDERAL, 2016 /PPA-2008-2011 /SIAFI/SIDOR/SELOR-LOA-2008-2011

Assim como a análise realizada quanto ao período 2004-2007, foram distinguidos os valores orçados no início de 2008 e em 2011 no intuito de identificar quais programas sofreram alterações orçamentárias ao longo do período.

Comparando os dois períodos identificou-se a exclusão de cinco programas, a retomada de dois programas paralisados, bem como o surgimento de três novos programas voltados para o trabalho, educação e segurança (Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social; PRONASCI e Educação por Alternância para a Agricultura Familiar).

O crescimento econômico do Brasil permitiu expressiva elevação dos gastos com a juventude. Os gastos executados com o programa Brasil Escolarizado saltaram de 11,8 bilhões para 51 bilhões de reais. O valor total de gastos executados passou de 20,9 bilhões entre 2004-2007 para 81,6 bilhões de reais entre 2008-2011, o que correspondeu a cerca de 1,16% da estimativa de arrecadação da União.

Enquanto alguns programas executaram despesas acima do orçado, outros tiveram gastos menores, como ocorreu com o Educação do Campo. O ProJovem executou 56,6% do orçamento. Considerando todos os programas, o total executado corresponde a 95,2% dos programas no PPA.

Quanto ao PPA 2012-2015 sua estrutura reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental em duas frentes: programas temáticos e programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado, sendo que os programas destinados exclusivamente a operações especiais não integram o PPA (BRASIL, 2012a). Ressalta-se que em relação aos critérios de pesquisa utilizados anteriormente, a estrutura organizacional do PPA foi alterada e deixou de constar o campo ou coluna “público-alvo”. Dessa forma, os termos utilizados na

busca (jovem, jovens, juventude), embora tenham permanecido os mesmos, foram identificados nos campos “Objetivos” ou “Metas”, descritos em cada programa, conforme tabela 4. A identificação dos programas constantes na tabela 4 nos quais a juventude é referenciada como parte dos objetivos ou metas foi extraída do anexo I do PPA no qual constam os programas temáticos do Governo. Consultou-se também nas leis orçamentárias entre 2012 e 2015 os programas constantes no PPA anterior (tabela 3) com o objetivo de averiguar se foram ou não continuados pelo governo de Dilma Rousseff, eleita presidente em 2010.

Constatou-se que todos os programas dos Planos anteriores foram descontinuados, sendo criadas novas nomenclaturas e códigos para o período 2012-2015. Em média, os valores previstos no PPA para o ano de 2012 sofreram poucas variações em relação ao final do período, em 2015. A maioria dos percentuais dos novos programas executados no orçamento ficou abaixo da média observada nos planos anteriores, conforme alguns destaques: Agricultura Familiar, 9%; Agropecuária Sustentável, abastecimento e comercialização, 10%; Política para as Mulheres, 7%; Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, 18%; Esporte e Grandes Eventos Esportivos, 19%; Autonomia e Emancipação da Juventude, 4%; Coordenação de Políticas de Prevenção às Drogas e usuários de Crack, 20%; Reforma Agrária, 19%. A estimativa de receitas para o período foi de 10 trilhões de reais. O valor total do orçamento dos programas ligados à juventude subiu para 788 bilhões de reais, o que representa 7,9% da estimativa de arrecadação. Contudo, o valor executado foi de 376 bilhões de reais, correspondente a 47% do valor do orçamento e 3,7% da estimativa de receitas. Os programas cuja execução foi superior a 50% do orçado foram Educação Básica, 66%; Educação Profissional e Tecnológica, 69%; Política Nacional de Defesa, 60%; e o programa Trabalho, Emprego e Renda, 74%.

Tabela 4: Principais Programas para a Juventude no PPA 2012-2015

CÓD.	PROGRAMA	OBJETIVOS OU METAS ^v	VALORES (MIL R\$)		EXECUÇÃO DAS DESPESAS (MIL R\$)				TOTAL EXECUTADO	
			PPA-2012 Anexo I	PPA-2015 Bco dados	LOA 2012	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	(MIL R\$)	%
1061	Brasil Escolarizado				37.530				37.530	
1062	Democratizando o Acesso à Educação...				927				927	
2012	Agricultura Familiar	Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar	93.721.290	93.934.422	1.647.952	1.262.598	1.209.970	4.585.729	8.706.249	9,3
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e...	Implantar 40 projetos de desenvolvimento em associações rurais	216.620.560	216.620.560	4.426.146	5.115.363	4.757.839	8.495.104	22.794.452	10,5
2016	Políticas para as Mulheres	Formar 5.000 jovens mulheres sobre direitos das mulheres	266.100	298.620	22.811				22.811	7,6
2030	Educação Básica	Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos	125.836.765	127.538.883	21.473.702	21.240.264	21.353.130	20.566.394	84.633.490	66,4
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional	23.387.133	23.903.513	2.629.970	4.155.326	5.497.259	4.391.957	16.674.512	69,8
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo	312.623	337.113	12.814	16.939	24.193	9.357	63.303	18,8
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a adolescentes e jovens	8.011.322	8.968.372	170.449	303.666	735.126	548.333	1.757.574	19,6
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Coordenar as políticas públicas de juventude	1.781.806	1.800.076	51.675	15.317	9.543	10.573	87.108	4,8
2058	Política Nacional de Defesa	Profissionalização de 100.000 jovens	52.823.391	54.178.212	7.940.086	7.711.405	9.407.137	7.783.159	32.841.787	60,6
2060	Coordenação de Políticas de Prevenção... Usuários de Crack	Capacitar profissionais de saúde que trabalham com jovens	77.673	236.368	7.440	9.751	15.231	16.130	48.552	20,5
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Promover os direitos de crianças e adolescentes	1.663.781	1.734.756	290.993	205.859	22.303	11.498	530.653	30,6
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Acompanhar iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência estejam na escola	59.681	79.011	2.653	4.091	2.401	4.740	13.885	17,6
2066	Reforma Agrária...	Atender 8.000 jovens e adultos	10.992.911	11.096.331	672.661	444.453	706.961	313.240	2.137.315	19,3
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional	248.018.586	248.056.376	39.959.581	45.952.936	51.085.017	46.592.911	183.590.445	74,0
TOTAL (R\$)			783.573.622	788.782.613	102.135.801	86.437.968	94.826.110	93.329.125	376.729.004	47,8

Fonte: BRASIL, 2012b; SENADO FEDERAL, 2016 /PPA-2012-2015 /SIAFI/SIDOR/SELOR-LOA-2012-2015

Dentre os programas identificados nos três planos plurianuais observou-se que o ProJovem foi instituído pela Lei 11.129/2005 com o objetivo de promover a reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano (BRASIL, 2005c), sendo assumido pelo Governo Federal como um programa finalístico, integrando as metas governamentais prioritárias e visava beneficiar 6 milhões de jovens e adolescentes urbanos e rurais até o ano de 2011 (BRASIL, 2007a).

No ano de 2008 o ProJovem passou por reformulações, sendo regido desde então pela Lei nº 11.692/2008 (BRASIL, 2008c), portanto, suas mudanças contemplam tanto o período de 2004-2007, quanto 2008-2011, sendo integrado às ações do programa para emancipação da juventude no PPA 2012-2015.

O público-alvo na segunda etapa foi ampliado de jovens entre 18 e 24 anos para adolescentes a partir de 15 anos e jovens até 29 anos. A implementação do ProJovem se deu em caráter experimental e emergencial com o objetivo de executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros elevação do grau de escolaridade, qualificação profissional e exercício da cidadania. A distinção entre os objetivos na implementação e na reformulação resume-se à educação. A primeira visava proporcionar aos jovens brasileiros elevação do grau de escolaridade e a segunda, promover a sua reintegração ao processo educacional, isto é, atuar para que os jovens que estão fora da escola possam ser reintegrados ao sistema educacional (BRASIL, 2005c; BRASIL, 2008b).

Além da Secretaria-Geral da Presidência da República, a execução do ProJovem passou a contar com a participação dos Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A forma de execução foi facilitada, uma vez que a União ficou autorizada a transferir recursos do

programa aos Estados, Distrito Federal e Municípios sem a necessidade de convênios (BRASIL, 2008b).

O ProJovem foi implementado com durabilidade e previsão de avaliação ao término do período, o que representa uma conquista quanto ao ciclo das políticas públicas, tendo em vista a baixa previsibilidade legal de avaliação em grande parte dos programas. Não obstante, não há menção quanto ao tipo de avaliação pela qual deveria passar. Além do mais, não fica claro se as alterações apresentadas pela Lei 11.692/2008 surgiram como resultado de alguma avaliação como estabelecida a priori ou se fazem parte de meras mudanças oriundas do contexto político.

Por outro lado, um estudo de caso divulgado pela SNJ em 2011 informou que diferentes avaliações foram realizadas no âmbito da Secretaria, inclusive com a produção de relatórios parciais sobre o programa. De acordo com o estudo as lições aprendidas têm como foco a necessidade de melhora na escolaridade dos jovens, atenção especial quanto à sua vulnerabilidade social, bem como as dificuldades para superar os desafios que surgiram na própria gestão interna do programa (BRASIL, 2011b). Entretanto no PPA de 2012-2015, o programa foi reduzido para uma ação dentro do programa “Autonomia e Emancipação da Juventude”.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a juventude avançaram quanto aos direitos dos jovens. Os planos analisados demonstram que o percentual de recursos executados pela União para este público tem sido crescente em relação à estimativa de arrecadação anual. Além da educação outro tema latente à juventude relaciona-se aos programas de trabalho, emprego e renda, abordados de forma distinta em cada um dos planos. No PPA 2004-2007 consta como

um mega-objetivo, sob o qual vários outros programas estão subordinados, mas com público-alvo distinto e nem todos eles destinados especificamente para a juventude, não sendo, portanto, abordados neste trabalho. No PPA 2007-2011 não há referência ao tema como mega-objetivo ou objetivos do governo, mas o tema “emprego e renda” surge no Programa Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda, também sem menção direta à juventude como público-alvo. Já no PPA 2012-2015 o tema está inserido em um programa específico e destinado também à juventude.

Quanto ao ProJovem sua reformulação modificou o público-alvo, a validade, a avaliação do programa, os órgãos responsáveis por sua execução, as modalidades, dentre outros aspectos. As mudanças em sua estrutura legal realizadas em 2008 foram novamente adaptadas no período 2012-2015. O que outrora era um programa específico tornou-se uma mera ação inserida no Programa de Autonomia e Emancipação da Juventude, cuja execução orçamentária foi de apenas 4,8% do valor orçado. Em outras palavras, apesar do tema Juventude estar presente com valores consideráveis em todos os planos plurianuais analisados, observa-se uma reduzida execução orçamentária, indicando que poucos recursos foram de fato direcionados aos programas destinados aos jovens.

Ante a realidade da crise econômica e política pela qual o País atravessa, espera-se que as partes envolvidas criem de fato objetivos e metas transparentes, com real empenho de recursos financeiros, para que os compromissos em prol da juventude assumidos pelo Brasil na virada do último milênio sejam verdadeiramente alcançados.

3.7 REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Trabalho decente e juventude no Brasil: a construção de uma Agenda. **Mercado de trabalho**. Brasília: IPEA; MTE, v. 55, p. 40, 2013.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

BAUMAN, Z. **A Cultura no Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BILHIM, J. Políticas Públicas e Agenda Política. **Revista de Ciências Sociais e Políticas**, Lisboa n. 2, 2008, p. 82-102.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 33ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2003.

_____. Lei nº 10.873, de 16 de janeiro de 2004. Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício de 2004. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 19/1/2004.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 14/1/2005a.

_____. Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005 - **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 26/1/2005b.

____. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 1/7/2005c.

____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**: projeto de lei de revisão / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2006a.

____. Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/5/2006b.

____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2007a.

____. Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 8/2/2007b.

____. Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 24/3/2008a.

____. Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 8/4/2008b.

____. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1 - 11/6/2008c.

____. Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 31/12/2008d.

____. Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/1/2010.

____. Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/2/2011a.

____. Secretaria Nacional de Juventude. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. **Estudo de Caso apresentado durante evento paralelo do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre Juventude**. New York, 25-26 de julho de 2011b. Disponível em http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pro_jovem.pdf. Acesso em 30 dez. 2016.

____. Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 19/1/2012a.

____. Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/1/2012b.

____. Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/4/2013a.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 6/8/2013b.

_____. Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Suplemento - 21/1/2014.

_____. Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 22/4/2015.

CARVALHO, F. X. de; NOMA, A. K. Políticas Públicas para a Juventude na Perspectiva Neoliberal: a centralidade da Educação. **Roteiro**, v. 36, n. 1, p. 167-186, 2011.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24. p. 40-52, 2003.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DESSEN, M. A.; DA COSTA POLONIA, A. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

HOOD, C. A Public Management for all Seasons? In **Public Administration**, v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991.

JACCOUD, L. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: **IPEA**, 2005, 435p.

NUNES, A.; OLIVEIRA, R. B.; BEÚ, R. B. O Orçamento-Programa no Contexto da Gestão Pública. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 3, p. 424-432, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração do Milênio**. <www.undp.org/hdr2001>. Acesso em 20 dez 2016, v. 20, n. 03, p. 9, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS/OPS. **La salud del adolescente y el joven em las Américas**, Washington, D.C., 1985. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/eportuguese/resources/resources/resources/lil-36873>>. Acesso em 10 ago 2017.

PEDROSO, M. C.; SALLES, L. M. F. Políticas públicas para a juventude. In: **Congresso Nacional de Formação de Professores**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2014. p. 4325-4334.

SCHMITZ, G. de O. O Brasil e a Parceria Global no Contexto de uma agenda Pós-2015 para o Desenvolvimento: tendências e incertezas (pg. 445- 464) in: **Brasil em Desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, v. 2, 2014.

SENADO FEDERAL. Orçamento da União. Execução da despesa por programação. **Base de Dados SIAFI**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/orcamento/loa>>. Acesso em 25 dez 2016.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, 2010.

SILVA, R. S. da; SILVA, V. R. da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** n. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/0D/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em 10 ago 2017.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília: **IPEA**, 2016.

ZAPPE, J.; DELL'AGLIO, D. D. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. **Psico**, v. 47, n. 2, p. 99-110, 2016.

ⁱⁱ Os autores reconhecem o uso do conceito “juventudes” por vários autores, quando se trata de realidades sociais tão distintas, mas neste texto utilizamos o termo “Juventude” para dialogar com a nomenclatura utilizada nos marcos legais e orçamentários quando se referem a este público.

ⁱⁱ Cabe ainda distinguir a existência e relevância de programas diretamente relacionados à juventude e que não constam como programas específicos nos Planos, uma vez que são subordinados diretamente a Ministérios ou Secretarias de Governo, como é o caso do Programa Universidade para Todos - PROUNI, subordinado ao Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 2005a), e demais programas ligados à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). No intuito de ater-se diretamente nas ações que explicitam o termo “juventude” nos PPA e à sua execução, é que este trabalho delimita seu escopo de análise.

ⁱⁱⁱ Com supressões redacionais.

^{iv} Com supressões redacionais.

^v Com supressões redacionais.

4 ESTUDO II: PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS GESTORES

CITIZEN ADOLESCENT PROGRAM: AN EVALUATION FROM THE DESIGN OF MANAGERS

4.1 RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso qualitativo que aponta teoricamente os benefícios da educação para a juventude brasileira, ao mesmo tempo em que o contrasta com a realidade da juventude no município de Unaí - MG. O estudo também contempla a opinião de gestores diretos e indiretos de um projeto social denominado Programa Adolescente Cidadão – PROAC na mesma cidade, voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os resultados apresentam a concepção dos gestores do PROAC em nível local, bem como a imprevisibilidade quanto à continuidade deste programa, devido à questão orçamentária.

Palavras-chave: Juventude, vulnerabilidade social, estudo de caso, PROAC.

4.2 ABSTRACT

This work is a qualitative case study that theoretically points out the benefits of education for Brazilian youth, while at the same time it contrasts it with the reality of youth in the municipality of Unaí - MG. The study also contemplates the opinion of direct and indirect managers of a social project called Citizen Teenager Program - PROAC in the same city, aimed at adolescents in situation of social vulnerability. The results present the conception of PROAC managers at the local level, as well as the unpredictability as to the continuity of this program, due to the budget issue.

Keywords: Youth, social vulnerability, case study, PROAC.

4.3 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar os gastos e benefícios com a educação para a juventude em nível nacional. O contexto educacional da juventude encontra-se referenciado especialmente por parâmetros internacionais, enquanto as informações sobre o Brasil são provenientes de estudos que apresentam a realidade do País, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), da base de dados do sistema Datapedia (2016) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Objetiva ainda discorrer acerca dos números sobre educação e trabalho para adolescentes e jovens entre 15 a 29 anos de idade na cidade de Unaí - MG, um dos municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). O objetivo final consiste em identificar os atores responsáveis pela implementação e execução do Programa Adolescente Cidadão (PROAC), um projeto social voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade social, também na cidade de Unaí – MG.

4.4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Tendo em vista que o referencial teórico desta pesquisa foi construído inicialmente a partir de estudos que apontam para os benefícios que podem ser alcançados pela juventude brasileira a partir da educação, os seus resultados estão voltados para a realidade de um programa social local, em nível municipal, que contempla um grupo seletivo de adolescentes, conforme as aptidões dos atores envolvidos.

4.4.1. Tipo de pesquisa

Trata-se de estudo qualitativo que utiliza como ferramentas tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Conforme Creswell (2010, p.209) “a ideia fundamental que está por trás da pesquisa qualitativa é a de aprender sobre o problema ou questão com os participantes”. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com a participação dos atuais coordenadores do PROAC, assim como fundadores, ex-alunos e representantes do Ministério Público local.

4.4.2. Caracterização das Organizações

A caracterização das organizações responsáveis pelo PROAC é plural, pois conta diretamente com a ação de dois atores diretos, a saber, o 28º Batalhão de Polícia Militar de

Minas Gerais (BPM-PMMG) e o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP), que atuam conjuntamente com os demais atores, na cidade de Unaí - MG.

4.4.3. Participantes da Pesquisa

O estudo foi realizado com um grupo de gestores do PROAC, composto por coordenadores diretos, tanto do 28º BPM-PMMG, quanto do CONSEP, bem como por atores indiretos, conforme tabela 1.

Tabela 1: Participantes da Pesquisa

PARTICIPANTES	ABORDAGEM	ATUAÇÃO	QUANTIDADE
Coordenação / Fundadores	Entrevistas	Direta	2
Coordenação atual	Entrevistas	Direta	5
Colaboradores / Ministério Público	Entrevistas	Indireta	2
Colaboradores / Empresários	Entrevistas	Indireta	2
Ex-alunos	Entrevistas	Indireta	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Esclarece-se que dois empresários locais foram indicados para participar da pesquisa, uma vez que foram apontados como colaboradores indiretos do programa. Não obstante, uma vez procurados ambos demonstraram baixo conhecimento quanto às questões apresentadas nas entrevistas. Optou-se, portanto, pela exclusão subsequente desses atores cuja participação foi considerada pouco atenuante.

4.4.4. Instrumentos de Pesquisa

Pesquisas qualitativas utilizam instrumentos múltiplos para obtenção dos dados desejados (CRESWELL, 2010). Esta pesquisa utilizou a pesquisa bibliográfica, a pesquisa em documentos administrativos e as entrevistas semiestruturadas, analisadas conforme técnicas de análise de conteúdo (FRANCO, 2005).

Apêndice 01: Roteiro para entrevistas semiestruturadas

O roteiro para entrevistas semiestruturadas destina-se à participação dos fundadores, coordenadores e colaboradores do programa. A principal finalidade das entrevistas semiestruturadas consiste no levantamento da opinião desses atores sobre o programa, tanto direta quanto indiretamente. Todos os entrevistados responderam voluntariamente às questões apresentadas, com maior ou menor grau de conhecimento quanto às abordagens. Por questões de praxe o 28º BPM-PMMG solicitou ofício formalizando o pedido de participação na pesquisa, sendo este devidamente encaminhado e a entrevista realizada normalmente.

4.4.5. Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

O estudo de caso foi o procedimento utilizado com vistas à observação, análise e explicação geral do fenômeno (YIN, 2015). Quanto à técnica utilizada como método de procedimento prático para a coleta de dados deu-se mediante observação direta intensiva, utilizando-se a entrevista que visa proporcionar ao entrevistador as informações necessárias (MARCONI; LAKATOS, 2015).

Quanto à análise das entrevistas, conforme Franco (2005, p. 19) “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

Assim exposto esclarece-se que as perguntas apresentadas nas entrevistas foram respondidas pelos entrevistados de forma escrita, dispensando, portanto, a gravação do diálogo, com vistas à obtenção de conteúdo resumido. As unidades de análise foram estabelecidas *a posteriori* e divididas por temas, considerando o contexto geral do programa. Posteriormente, os temas foram subdivididos em sete quesitos, tanto para respostas abertas,

quanto para respostas escalonadas, e com base nas respostas, procedeu-se à análise do conteúdo.

4.4.6. Análise de Dados

Utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica para fins de composição do referencial teórico. Os documentos administrativos, compostos basicamente por dois estatutos do CONSEP e relatórios de acompanhamentos dos alunos integram os resultados da pesquisa.

A análise das entrevistas foi utilizada para fins de identificação, opinião e papel dos atores responsáveis pelo programa. Creswell (2010) propõe a criação de ritos para análise do conteúdo obtido nas entrevistas, desde a organização das informações, a leitura geral, e segmentação do texto com vistas à criação de grupos temáticos a serem rotulados em categorias, para finalmente extrair os resultados.

4.5 INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) apresenta três tópicos considerados relevantes e cruciais para o desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem: a educação para a cidadania, a capacitação para o trabalho e os direitos fundamentais (GEMIGNANI; GEMIGNANI, 2016).

Do ponto de vista do comportamento, em nível internacional a adolescência tem sido identificada como uma das fases etárias mais complexas da vida. Há quem defenda que a adolescência deve se estender não somente até aos 19 anos, como estabelecido atualmente na maioria dos países, mas sim até aos 24 anos de idade. Se as mudanças sugeridas forem adotadas, com o tempo todo um ciclo de atenções no campo das relações familiares, questões

educacionais e políticas públicas voltadas para este grupo também será afetado (SAWYER et al., 2018).

No Brasil as garantias legais voltadas para a juventude são cada vez mais específicas, enquanto isso, o comportamento juvenil, especialmente quanto à evasão escolar é um fenômeno cada vez mais complexo. Porém, sabe-se que investimentos em educação resultam em qualidade de vida direta e indiretamente, tanto a médio, quanto em longo prazo (IPEA, 2011).

Quanto aos gastos com políticas sociais e mais especificamente a educação, em nível nacional somente na educação básica, que compreende a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio, observa-se que somente em 2013 foram gastos aproximadamente vinte e oito bilhões de reais com este público. Esse valor representa 60% dos quarenta e seis bilhões de reais gastos em educação no Brasil neste mesmo ano (GUSSO et al., 2015).

Baseados em estudos com indicadores de crescimento econômico e populacional, mortalidade e longevidade e escolaridade futura, os efeitos dos investimentos em educação foram avaliados utilizando informações transversais que comparam as condições de vida das pessoas, famílias ou comunidades em diferentes níveis educacionais, sendo identificados tanto impactos diretos quanto indiretos da expansão educacional sobre o crescimento da renda. Dentre os resultados obtidos destaca-se que para cada década de investimentos em educação o Brasil eleva a taxa anual de crescimento do salário industrial em 1,1 pontos percentual, o que permite afirmar que tal investimento social resulta em desenvolvimento econômico do país (BARROS; MENDONÇA, 1997).

Estudos mais recentes divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre gastos com a política social identificaram que dentre os tipos de gastos por área social, a educação tem o maior multiplicador dentre os agregados investigados. Para cada R\$1,00 gasto em educação pública o produto interno bruto (PIB) do Brasil aumentará em R\$1,85 e a renda das famílias em R\$1,67, concluindo, de igual forma que o gasto social também possui benefícios econômicos para o país (IPEA, 2011).

Em termos financeiros destaca-se que de acordo com o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 o Ministério da Educação (MEC) gerenciou nesse período três programas temáticos que correspondem aos níveis de ensino: educação básica, cujo valor dos gastos orçados no anexo I para o período foi de 127,5 bilhões de reais; educação profissional e tecnológica, com gastos orçados em 7,8 bilhões de reais; e educação superior, com gastos orçados em 14,8 bilhões de reais (BRASIL, 2012).

No plano plurianual (PPA) 2016-2019 os gastos com o programa educação de qualidade para todos possui orçamento no valor de 197,8 bilhões de reais; o programa de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes têm gastos orçados em 1,5 bilhões de reais; enquanto os gastos previstos com o programa de promoção dos direitos da juventude são de 350 milhões de reais (BRASIL, 2016).

Quanto à qualidade da educação no Brasil, O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é bianual, varia de 0 a 10, criado em 2007 para medir a qualidade da educação. O IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames escolares. A taxa de aprovação é obtida a partir do censo escolar anual, já o desempenho é obtido por provas aplicadas aos alunos. A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas,

municípios e unidades da Federação. O objetivo é que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), (BRASIL, [2015?]).

Para a OCDE a educação pode ser medida para fins de mensuração da qualidade de vida e bem-estar por meio de três índices: Alcance educacional (educational attainment of the adult population), medido pelo número de pessoas entre 25 e 64 anos de idade que têm ensino secundário; Habilidades cognitivas (cognitive skills), medido pelo resultado das provas do Programme on International Students Assessment (PISA) aos 15 anos de idade para leitura, matemática e ciências; e habilidades do adulto (adult skills) que é medida pela OCDE no Programme for the International Assessment of Adult Competencies (PIAAC) basicamente nas habilidades de leitura, escrita e cálculo. Para o Brasil estão disponibilizados os dados referentes ao alcance educacional e habilidades cognitivas, porém não são disponíveis os dados do índice para habilidades do adulto (OECD, 2015).

Outra característica positiva também divulgada pela OCDE em relação à educação, além do fato de que ela representa um benefício crucial para o desenvolvimento econômico é a constatação de que indivíduos com mais diplomas e conseqüentemente mais aptos para o mercado de trabalho são pessoas com níveis de ansiedade menores, uma vez que a taxa de mortalidade mostrou-se menor e uma expectativa de vida, mais alta, entre pessoas com maior nível de instrução do que os demais (OECD, 2017).

Dados do Censo da Educação Básica de 2017, divulgadas anualmente pelo Ministério da Educação (MEC) mostram que o Brasil tem 48,6 milhões de alunos, matriculados em 184,1 mil escolas, sendo 83% delas da rede pública, da educação infantil ao ensino médio. Porém, a preocupação deste órgão concentra-se no total de matrículas que vem caindo

anualmente. Os índices de reprovação e abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no ensino médio são considerados altos. Muitos jovens têm abandonado os estudos ao final do ensino fundamental ou no início do ensino médio, razão pela qual o Brasil possui a maior taxa de evasão escolar na América Latina. O País registrou 7,9 milhões de alunos no ensino médio em 2017, o que representa uma queda de 2,5% com relação às matrículas no ano anterior (INEP, 2018).

Esses números indicam que a juventude brasileira tem se mostrado cada vez menos atraída pela sala de aula. De modo geral é notória a elevação dos gastos em diferentes esferas com políticas públicas para a juventude nas últimas décadas, embora a capacidade de executá-las tenha se mostrado mais problemática pelos últimos governos (NUNES et al., 2018). Por outro lado, a ausência de programas previamente desenhados com vistas à avaliação de essas políticas tem sido objeto de apelo perante o Poder Legislativo com vistas à criação de um Plano Nacional de Juventude (PNJ) de melhor qualidade e que tenha a educação como primazia (BRASIL, 2017)¹.

4.6 EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA A JUVENTUDE EM UNAÍ - MG

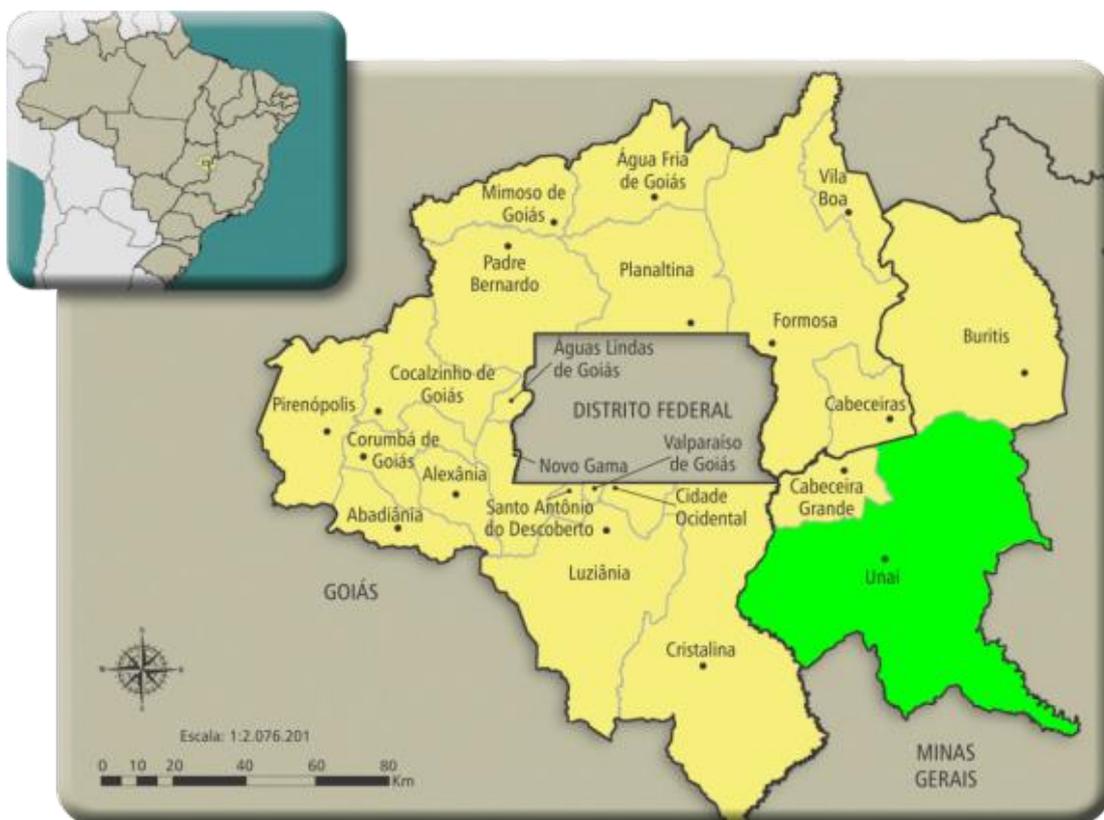
Instalado no ano de 1943, Unaí situa-se na mesorregião do Noroeste de Minas Gerais, com área de 8,4 mil km², um dos maiores Municípios do Estado, tendo o cerrado como vegetação predominante e o agronegócio como um dos principais meios de desenvolvimento econômico. A densidade demográfica é de 9,18 habitantes/km², sendo o 43º maior do Estado e o 374º do País. A população estimada pelo IBGE no ano de 2016 é de 83.448 habitantes (IBGE, 2010). A maioria da população unaiense reside na zona urbana, distribuídas em um total de 43 bairros na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2017).

¹ Discurso proferido por Joviano Luiz Pereira, pesquisador e aluno do PPGP/UnB, na Comissão Geral para debate do Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, sobre o Plano Nacional de Juventude, em 14/12/2017.

O Município (figura 1) também pertence à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF, criada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) ao final dos anos 90 (BRASIL, 1998), cuja área total é de 50.612 km² e população estimada em 2007 em mais de um milhão de habitantes, sendo bem maior esse número atualmente.

A RIDE-DF foi criada com o objetivo de buscar soluções para os problemas gerados pelo crescimento urbano desordenado de Brasília e de seu entorno que pressionam os serviços públicos da capital do país (BRASIL, [2008?]).

Figura 1: RIDE - DF

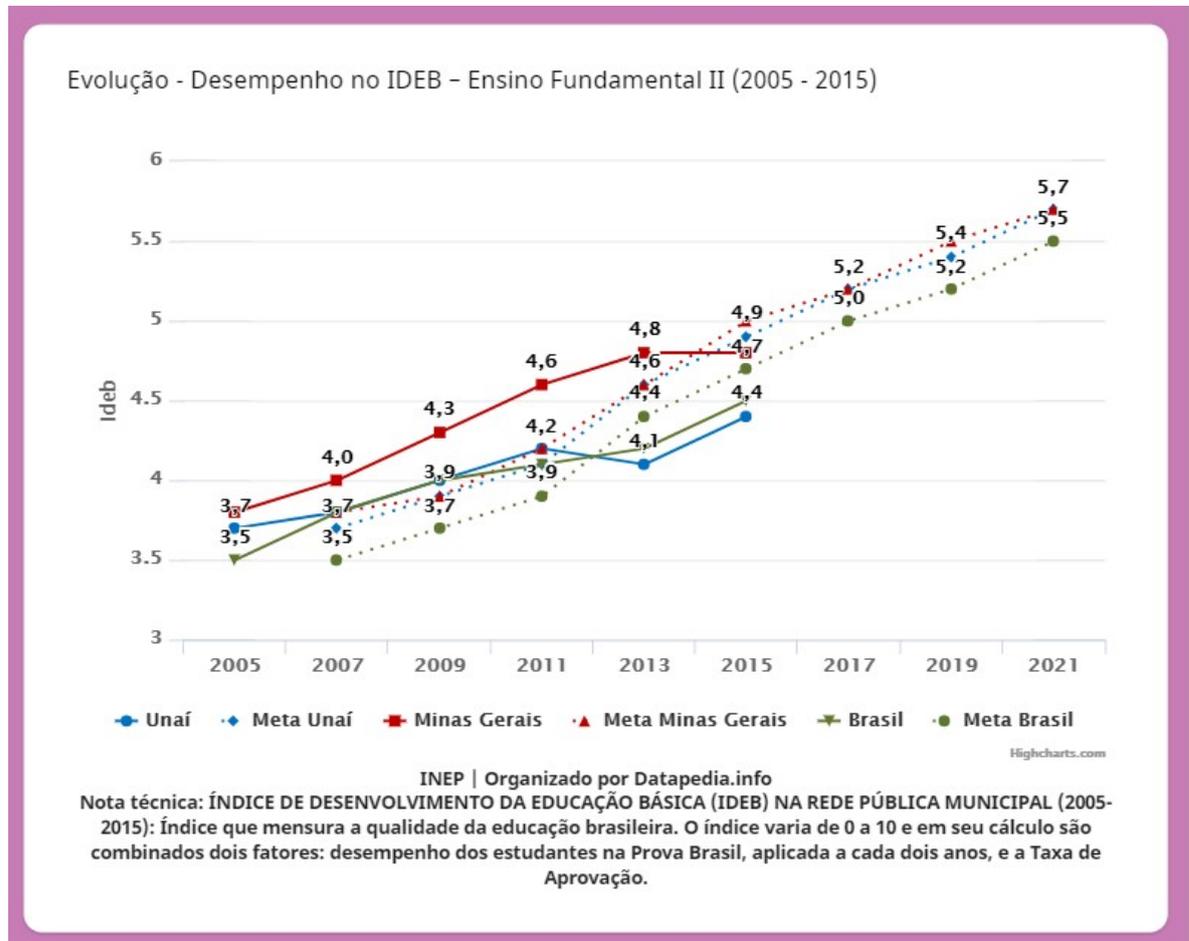


Fonte: RIDE-DF.

Como uma das principais consequências do crescimento desordenado no entorno, a RIDE-DF apresenta o quarto maior déficit habitacional absoluto do país, na ordem de 166 mil unidades, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Consequentemente,

estruturas desordenadas, por natureza agregam uma série de problemas que carecem de maior atenção pública, tais como segurança, saúde e educação (BATISTA et al., 2016).

Figura 2: IDEB de Unaí - MG



Fonte: Datapedia (2016).

A figura 2 permite comparar o desempenho do IDEB de Unaí para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, tanto com a sua própria meta, quanto com a meta de Minas Gerais, bem como com a meta do Brasil até o ano de 2021.

Paralelamente é possível ainda identificar a realidade local, estadual e nacional do desempenho. Constata-se que até o ano de 2015 tanto o Município, quanto o Estado e o País apresentam números abaixo dos estimados no que se refere ao desenvolvimento do ensino

disponibilizado pela rede pública. Os números sugerem ações efetivas com vistas à retomada e alcance da meta no ano de 2021, conforme objetivos do MEC (BRASIL, 2015?).

Tabela 2: Paineis Cidades, Unai - MG

PÚBLICO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, Ocupadas	23.454	16.500	39.954
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, Não ocupadas	10.003	16.102	26.105
Pessoas de 10 anos ou mais que frequentavam a escola - Total	7.869	8.607	16.476
Pessoas de 10 anos ou mais de idade que frequentavam a escola, Ocupadas – Total	2.940	3.137	6.077
Pessoas de 10 anos ou mais de idade que Não frequentavam a escola – Total	25.589	23.996	49.585
Pessoas de 10 anos ou mais de idade que Não frequentavam a escola, Ocupadas – Total	20.514	13.363	33.877
Pessoas de 10 anos ou mais de idade que Não frequentavam a escola, Não ocupadas – Total	5.075	10.632	15.707
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, Sem instrução e fundamental incompleto	-	-	35.817
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, Superior completo	-	-	4.061
Pessoas que frequentavam regular do ensino médio	-	-	4.149
Pessoas que frequentavam superior de graduação	-	-	2.599
Pessoas que frequentavam educação de jovens e adultos do ensino fundamental – Pública	-	-	1.026
População residente - 15 a 17 anos	-	-	4.362
População residente - 15 a 19 anos	-	-	6.974
População residente - 18 e 19 anos	-	-	2.612
População residente - 20 a 24 anos	-	-	6.881
População residente - 25 a 29 anos	-	-	7.053
População residente que frequentava creche/escola - 15 a 17 anos	-	-	3.767
População residente que frequentava creche/escola - 15 a 19 anos	-	-	4.864
População residente que frequentava creche/escola - 18 e 19 anos	-	-	1.097
População residente que frequentava creche/escola - 20 a 24 anos	-	-	1.611
População residente que frequentava creche/escola - 25 a 29 anos	-	-	957
População residente que nunca frequentou creche/ escola – Total	-	-	7.850

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A tabela 2 apresenta sínteses dos dados do Município extraídos do Censo 2010 quanto a temas sobre educação e trabalho, pertinentes para crianças, adolescentes e jovens residentes no Município. Quanto aos números sobre educação e trabalho para adolescentes e jovens entre 15 a 29 anos de idade em Unai - MG há de observar o contexto no qual o Município está inserido, com vistas à melhor identificação deste cenário.

Quanto à educação, tendo como referência homens e mulheres de 10 anos ou mais de idade, o Censo 2010 identificou que o Município possui 35.817 pessoas que se declararam sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o que corresponde a 42,9% da população local. 16.476 pessoas de 10 anos ou mais de idade frequentavam a escola e 4.061 pessoas declararam possuir ensino superior completo.

Analisando os dados ocupacionais juntamente com os educacionais, 39.954 pessoas se declararam ocupadas, sendo que 6.077 destas frequentavam a escola. 26.105 pessoas se declararam não ocupadas e 15.707 destas não frequentavam a escola.

A população residente entre 15 a 29 anos de idade são 27.882 pessoas, correspondente a 33,4% da população. Para esta mesma faixa etária, 12.296 pessoas frequentavam a creche ou escola, o que corresponde a 44% da faixa etária entre 15 e 29 anos. O total dentre a população residente que nunca frequentou creche ou escola é de 7.850 pessoas, o que corresponde a 9,41% da população estimada do município em 2016.

A soma da população residente entre 15 e 19 anos é de 13.948 pessoas, enquanto o total nesta mesma faixa etária daqueles que frequentavam a escola é de 9.728 pessoas, correspondente a 69% dos residentes entre 15 e 19 anos de idade.

Os jovens residentes entre 20 e 29 anos são 13.934 pessoas, enquanto que aqueles que frequentavam a escola nesta mesma faixa etária são 2.568 pessoas, equivalentes a 18% para a faixa etária. Esta redução no percentual demonstra que os jovens nesta faixa etária ou já concluíram o ensino médio e o superior ou abandonaram os estudos, conforme levantamento do INEP (2018).

O rendimento domiciliar per capita – 2010, a mesma pesquisa revelou que 5.206 pessoas vivem até com 1/2 salário mínimo, 8.128 pessoas de 1/2 a 1 salário mínimo, 5.736

peças de 1 a 2 salários mínimos, 3.145 peças de 2 a 5 salários mínimos e 1.096 peças recebem mais de 5 salários mínimos/mês (IBGE, 2010).

Quanto à educação superior na cidade observa-se que esta tem adquirido um papel destacável ao longo das últimas décadas. Ao final dos anos 90 a Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU foi a primeira instituição de ensino superior, devidamente credenciada pelo MEC a abrir suas portas para o público privado. O primeiro curso superior oferecido foi o de Ciências Contábeis, seguido pelos cursos de Processamento de Dados e posteriormente o de Direito. Ainda na mesma década foi inaugurado na cidade o Instituto de Ensino Superior Cenequista – INESC, atualmente denominada Faculdade CNEC Unaí, com ofertas de cursos semelhantes e voltados para o mesmo público. No ano de 2002 iniciou-se a oferta de ensino público para o nível superior, com a chegada de um campus da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, com ofertas de cursos nas áreas de Letras e Ciências Biológicas. No ano de 2014 foi aberto o primeiro campus universitário federal de ensino superior, com a chegada da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, com ofertas de cursos voltados para as ciências biológicas e agrárias.

4.7 O PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO - PROAC

O PROAC tem por finalidade atuar de forma desafiadora, resgatando valores e oportunidades perdidas por adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 e 17 anos, proporcionando-lhes novas oportunidades, convívio social, educação, disciplina e cidadania. Para participar do programa é necessário que os alunos preencham os seguintes requisitos: estar devidamente matriculados na rede pública de ensino da Cidade e em situação de risco social, ser comprovadamente de baixa renda e não estar em conflito com a lei. Ao todo são atendidos cerca de cinquenta alunos anualmente, ao custo anual de aproximadamente 120 mil reais (CONSEP, 2016a).

Trata-se, portanto, de um programa social voltado para a emancipação do jovem, que busca compreendê-lo no que Sawyer et al. (2018) identificou como um momento transitório e complexo, atuando em tópicos que Gemignani e Gemignani (2016) consideram cruciais para este fim: educação, cidadania e capacitação para o mercado de trabalho. Conforme dados da OECD (2015), quanto maior o grau escolar da pessoa, melhor tende ser a sua qualidade de vida, tanto do ponto de vista profissional, quanto emocional (OECD, 2017).

O ciclo das políticas públicas, conforme Secchi (2010) resume-se em sete fases principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Tais fases nem sempre são executadas por esta mesma ordem, mas geralmente se misturam ou as sequências se alternam, de forma que ao final podem ser melhor identificadas. Com base nesses parâmetros segue-se à avaliação do PROAC.

4.4.7. Identificação dos Atores

As organizações diretamente responsáveis pelo PROAC são o 28º BPM–PMMG e o CONSEP, ambas com competências, deveres e obrigações distintas. Indiretamente o PROAC também conta com a participação de outros atores que atuam nas áreas de ensino, assistentes sociais, psicólogos, empresários, além do Ministério Público, por meio da Vara da Infância e Juventude e da Curadoria da Saúde.

Tendo em vista que o PROAC é um projeto político-pedagógico, também conta com a participação indireta de outras organizações colaboradoras (tabela 3), tais como o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), a Faculdade CNEC, que disponibiliza tanto professores quanto espaço físico para parte do ensino, religiosos, o Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais (CEPASA), o Centro de Referência Especializado

de Assistência Social (CREAS), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), bem como empresários ligados ou não à Associação Comercial e Empresarial de Unaí (ACE-UNAÍ).

Tabela 3: Identificação dos atores

NOME	ENDEREÇO	FORMA DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES
28º BPM – PMMG	Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, 434, Centro	Direta	Atua como auxiliar da coordenação geral, responsável por sediar e executar o programa. Possui ainda equipe de apoio administrativo, psicológico e assistência social. O corpo docente é aprovado pela equipe técnica, todos voluntários capacitados para a área de atuação.
CONSEP	Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, 434, Centro	Direta	Atua como o coordenador geral do programa, responsável pela captação de recursos e prestação de contas.
CREAS	Rua Paracatu, 388, Centro	Indireta	Encaminha mensalmente ao PROAC lista com indicação de dez nomes de adolescentes para participação no programa.
CEPASA	Rua Domingos Pinto Brochado, 324, Centro	Indireta	Organização Não Governamental (ONG) que recebe alunos encaminhados pelo PROAC para fins de avaliação, cadastro e encaminhamento para programas de aprendizagem (Jovem Aprendiz).
CAPS	Av. Transamazônica, 395, CEP: 38.610-000, Unaí-MG	Indireta	Ligada à Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal; voltada para transtornos psicossociais, atua de acordo com a demanda e encaminhamentos na questão da saúde.
MP-MG	Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, 555, Centro	Indireta	Indica o programa como destinatário de verbas provenientes de penas de prestação pecuniária, que são multas aplicadas em substituição à prisão nos casos de delitos de menor gravidade.
Faculdade CNEC	Rua Celina Lisboa Frederico, 142, Centro	Indireta	Ensinam disciplinas conforme o conteúdo educacional do PROAC e as aptidões de cada professor.
ACE/UNAÍ	Rua Gérson R Gondin, 535, Centro	Indireta	Eventualmente contribui com materiais esportivos, alimentos, outros donativos etc.

Fonte: Criado pelo autor

I. 28º BPM-PMMG

Desde o século XVIII diversas identidades assumiram o corpo militar responsável pelo policiamento em Minas Gerais, sendo extenso o registro histórico da corporação e de sua participação desde os Dragões Del-Rei à atual PMMG, a mais antiga do Brasil, presente em distintos momentos da história deste país (COTTA, 2014).

A partir do ano de 1988 entrou em vigor via Constituição o Sistema de Segurança Pública (SSP), composto por órgãos policiais independentes e com estruturas próprias. Não obstante, embora independentes, estes órgãos estão interligados funcionalmente com vistas a garantir os direitos do cidadão e da coletividade, prevenindo e combatendo a violência e a criminalidade (PMMG, [2012?]).

Figura 3: 28º BPM - PMMG



Fonte: Acervo do autor

A segurança pública é, portanto, um dever do Estado assegurado à sociedade no art. 144 da Constituição, sendo que a preservação da ordem pública, dentre outras atribuições, compete à polícia militar (BRASIL, 1988).

O 28º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais – BPM-PMMG (figura 3) foi criado na cidade de Unaí em meados dos anos noventa (BRASIL, 1995), sendo o responsável por prover a segurança pública em 12 municípios e 02 distritos do noroeste mineiro. Tem como missão a promoção da segurança pública por intermédio da polícia ostensiva, com respeito

aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais. Possui como valores a representatividade, o respeito, a lealdade, a disciplina, a ética, a justiça e a hierarquia (PMMG, [2012?]).

II. CONSEP / Unai

Inicialmente denominado CCSPU (figura 4), o primeiro Conselho Comunitário de Segurança Pública de Unai foi criado no ano de 1999 com a finalidade de colaborar nas atividades de manutenção da ordem pública no âmbito municipal (CONSEP, 2016b).

Figura 4: Primeiro Estatuto do CONSEP



Fonte: (CONSEP, 2016b)

Conforme estatuto aprovado em 2016 o CONSEP é uma entidade civil de direito privado, com vida própria e independente em relação à Polícia Militar ou a qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que adota princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,

economicidade e eficiência. Dentre os objetivos específicos, destaca-se o papel de congregar lideranças comunitárias da área, conjuntamente com as autoridades policiais e de órgãos do sistema de defesa social, no sentido de planejar ações integradas de segurança, que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade (CONSEP, 2016b).

Sua organização visa discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais.

Assim, o CONSEP se apresenta como um inovador ambiente de exercício da cidadania, em que os moradores residentes no espaço por ele abrangido, inteiram-se do trabalho da Polícia Militar e dos órgãos de Defesa Social tomam consciência da complexidade da intervenção no fenômeno da criminalidade e se mobilizam no sentido do acionamento de outros setores públicos (CONSEP, 2016b).

Quanto à execução do PROAC, o CONSEP atua como o coordenador geral do programa, responsável pela captação de recursos e prestação de contas, enquanto o 28º BPM-PMMG atua como auxiliar da coordenação geral, responsável por sediar e executar o programa. Possui ainda equipe de apoio administrativo, psicológico e assistência social.

O corpo docente é aprovado pela equipe técnica, todos voluntários capacitados para a área de atuação. Os recursos financeiros para custeio das despesas do programa são repassados por empresários locais e órgãos públicos, mediante convênios e parcerias com o CONSEP. O detalhamento financeiro estimou os custos para o ano de 2016 em 122 mil reais (CONSEP, 2016a).

4.4.8. Identificação do Problema: Início do PROAC

“Um problema sem solução não é um problema” (SECCHI, 2010, p. 35). Conforme documentos administrativos o PROAC surgiu a partir de reuniões do CONSEP no ano de 2006, onde se discutia problemas envolvendo os altos índices de criminalidade entre a juventude e de atos infracionais cometidos por adolescentes em Unaí, bem como questões quanto ao uso de drogas e a falta de oportunidades para este grupo no mercado de trabalho, sendo estas, portanto, as premissas que fomentaram a criação do programa.

Parte dos problemas urbanos resulta da incapacidade de coesão social. Do ponto de vista local existe uma incapacidade até mesmo entre vizinhos para se organizar a fim de resolver problemas comuns. “A socialização dos jovens, seria um deles” (ZALUAR, 2012, p. 344). Para a juventude unaiense o quadro tende se agravar quanto ao mercado de trabalho tendo em vista a inexperiência profissional. A tabela 2 demonstra que 47% da população local se declara ocupada, mas não é possível estabelecer qual o percentual de jovens inseridos no mercado de trabalho no Município a partir desses dados (IBGE, 2010).

Neste aspecto o PROAC atua como um mecanismo de interferência quanto às dificuldades sociais, pois tem como concepção primária a prevenção ativa por meio da educação e da disciplina, com vistas à manutenção da boa ordem social (CONSEP, 2016a).

A atuação do PROAC já foi reconhecida em nível estadual. No ano de 2009 o programa recebeu da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG) o “Prêmio Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social 2009; Desenvolvimento de novos paradigmas facilitadores para a relação Sistema de Defesa Social e Sociedade” pela promoção do fomento pessoal, profissional e cultural dos adolescentes (MINAS GERAIS, 2012).

4.4.9. Formação da agenda, formulação de alternativas e implementação do PROAC

A formação da agenda do PROAC pode ser resumida como uma agenda progressiva. Partiu de uma demanda social, isto é, da quantidade de adolescentes envolvidos com a criminalidade, estando muitos deles desocupados e fora do contexto escolar em Unai, temas merecedores de intervenção pública, que se tornaram conseqüentemente parte da agenda política.

Uma vez que a esfera familiar e os demais atores sociais mostraram-se incapazes de conter os avanços negativos dentre este grupo, a Polícia Militar, que é uma das principais ferramentas do Estado para resolução de problemas em sua fase crítica, e que sempre atuava por meio de seu poder de polícia pouco poderia contribuir para transformação de esse cenário em sua forma tradicional de agir. Ao invés de simplesmente “levar preso” o indivíduo, passou a atuar pelas vias de apoio para com os adolescentes.

Em grande parte do País e em diferentes esferas a atuação do poder público enfrenta diversos tipos de resistência. Quanto à interação entre a juventude e o poder público, a resistência dos jovens pode ser observada simplesmente em estilos de danças e letras musicais como forma de resistência política (BARBOSA-PEREIRA, 2016), por grupos que colocam em xeque a existência do Estado e da democracia, usando para isso meios violentos (BALLESTRIN, 2015), ou em ações de traficantes que insistem em manter o domínio sobre determinadas regiões (ZALUAR, 2012).

A foto (figura 5) foi tirada em outubro/2017 numa antiga estação rodoviária de Unai. Na parte superior da construção abandonada é possível ler a seguinte frase: “O DIABO VESTE FARDA”. O local é comumente frequentado à noite por diversos grupos de jovens e

adolescentes, ouvindo músicas altas, dançando, fumando, etc. A frase evidencia a resistência ao poder de polícia do Estado e identifica como diabólica a atuação militar.

Figura 5: "O Diabo Veste Farda"



Fonte: Acervo do autor.

Conforme tabela 4, com base nas respostas obtidas nas entrevistas constata-se uma preocupação comum com a criminalidade e a desocupação dos adolescentes desde o início do programa. A primeira alternativa formulada na agenda foi a dos “patrolheiros mirins”, típica agremiação de adolescentes que se reúnem em torno de questões simples, práticas e participativas na sociedade.

Uma vez que a sociedade civil não pode viver sem o Estado (BALLESTRIN, 2015), as narrativas sobre a criação do programa evidenciam a atuação coletiva e parceira do 28º BPM-PMMG e do CONSEP como uma forma pensada com vistas à solução de um problema comum. Além do mais é consensual a preocupação dos envolvidos com a criminalidade

juvenil, com o acolhimento do grupo na estrutura do 28º BPM-PMMG, bem como com os objetivos traçados quanto a este acolhimento e as perspectivas de crescimento pessoal e profissional idealizadas no programa.

Tabela 4: O início do PROAC

ENTREVISTAS	ATUAÇÃO	IDADE	CATEGORIA
			Criação do PROAC
Entrevista 01	Fundador / Monitor por 11 anos	50	Iniciou-se pela vontade das forças de segurança e a sociedade civil organizada como a PMMG e o CONSEP. Sou aquele que começou o trabalho com os patrulheiros do PROAC, como monitor.
Entrevista 02	Conselheiro	66	O PROAC foi criado dentro da estrutura do CONSEP para recuperar adolescentes em grave desvio de conduta (praticando crimes). Depois de 2 anos chegou-se à conclusão que deveria apoiar crianças, adolescentes em situação de risco. Os menores infratores foram entregues à própria sorte.
Entrevista 03	Monitor	41	Preocupação com os jovens da cidade, com a crescente criminalidade no Município.
Entrevista 04	Presidente do CONSEP	46	O CONSEP, preocupado com os problemas sociais e a situação de vulnerabilidade vivida pelos adolescentes das áreas de risco do Município no ano de 2007 e pelo elevado índice de criminalidade, uso e abuso de drogas e a falta de oportunidade e capacitação para a o mercado de trabalho, elaborou em parceria com o 28º BPM-PMMG, o PROAC, com o objetivo de mudar a referida realidade e dar melhores condições de vida aos adolescentes.
Entrevista 05	Monitor / professor	37	Um programa criado no ano de 2006 com intuito de prevenir a criminalidade e a ociosidade dos adolescentes, visando proporcionar melhor qualidade de vida aos tais.
Entrevista 06	Coordenador	47	Foi criado com o objetivo de acolher adolescentes entre 14 a 17 anos que estejam em vulnerabilidade social, dando-lhes condições para evitar que se envolvam com a criminalidade, perspectivas de crescimento pessoal e profissional.
Entrevista 07	Tesoureira	29	O PROAC foi criado em razão dos altos índices de criminalidade entre os menores que levou o 28º BPM em parceria com o CONSEP.
Entrevista 08	MP / Curadoria da Saúde	30	Passei a atuar como Promotora de Justiça na comarca de Unai em fevereiro/2017, de modo que tive conhecimento do PROAC recentemente, em razão do contato com membros do CONSEP e da PMMG. Acerca da criação propriamente dita não tenho muitas informações, sabendo dizer que o PROAC é executado há cerca de 10 anos em Unai, por iniciativa de um policial militar que atualmente está na reserva.
Entrevista 09	MP / Defesa da Infância e da Juventude	-	-
Entrevista 10	Ex-aluno	26	A situação em que decorre o PROAC estava mais abrangido para ajudar os adolescentes de baixa renda, para não deixá-los se envolverem com o mundo da criminalidade.

Fonte: Criado pelo autor

Pinto e De Oliveira (2017) afirmam que grande parte dos programas implementados pelas redes de apoio a adolescentes em situação semelhante ocorre em contextos que visam à

redução da atuação do Estado, sendo comuns as parcerias entre o Estado e Organizações não Governamentais (ONGs) em áreas pobres das cidades, nas quais a maioria das atividades gira em torno dos esportes.

O PROAC, por sua vez é primariamente um programa que atua preventivamente com vistas à redução da criminalidade, mas que também conta com atividades esportivas em sua grade curricular, além de ênfase no reforço escolar, juntamente com temas ligados à disciplina e ordem social.

Conforme indicou Bomfim Dias, De Oliveira Cunha e Bustamante Dejo (2016) o momento juvenil é transitório, recheado por conflitos, porém, também é propício para a tomada de decisões que afetarão o futuro de esses adolescentes. O conteúdo didático-pedagógico disponível no programa possibilita que os alunos sejam capazes de per si em avaliar a sua realidade e fazer por si mesmos suas próprias escolhas.

A atuação do 28º BPM-PMMG contrapõe o que Lima, Sinhoretto e Bueno (2015) observaram em muitos casos onde o poder de polícia do Estado é identificado mais como prejudicial do que como cooperativo para com a sociedade. Isto pode ser demonstrado tendo em vista o alto número de familiares, especialmente oriundos de contextos sociais mais pobres que procuram pelo PROAC na expectativa de que seus filhos possam participar do programa.

Os registros na tabela 5 indicam que a implementação do PROAC passou por mudanças distintas. Destaca-se que a questão do público-alvo do programa foi significativa e brusca ao mesmo tempo. Significativa porque o programa passou a focar suas atividades somente em adolescentes à beira do conflito com a lei; bruscas porque aqueles adolescentes

que outrora eram atendidos, mesmo que já tivessem praticado pequenos delitos foram deixados de lado a partir do ano de 2010.

Tabela 5: Implementação do Programa

ENTREVISTAS	ATUAÇÃO	IDADE	CATEGORIA
			Mudanças significativas desde a implementação
Entrevista 01	Fundador / Monitor por 11 anos	50	Voltou sua atenção para adolescentes em situação de risco. Os resultados são extremamente expressivos. Uma pena que não se conseguiu trabalhar com os menores infratores já envolvidos com o crime.
Entrevista 02	Conselheiro	66	Mesmo voltando a sua atenção para adolescentes em situação de risco, os resultados são extremamente expressivos. Pena não se conseguiu trabalhar com os menores infratores criminosos.
Entrevista 03	Monitor	41	Profissionalização dos instrutores, seleção dos alunos, estrutura.
Entrevista 04	Presidente do CONSEP	46	No início eram selecionados os adolescentes que já estavam envolvidos no mundo do crime, e a partir do ano de 2010 passou a classificar somente os alunos que vivem em situação de risco social, com renda familiar socioeconômica baixa.
Entrevista 05	Monitor / professor	37	Em 2010 foi necessária uma reestruturação na parte pedagógica, a qual mudou o público alvo, deixando de trabalhar com adolescentes que já estavam em conflito com a lei, para trabalhar com adolescentes com risco social, porém sem envolvimento com o crime.
Entrevista 06	Coordenador	47	No início acolhíamos adolescentes que já haviam cometido atos infracionais, contudo, verificamos que esses jovens não se reabilitavam, quando passamos a acolher aqueles que ainda não haviam se envolvido com a criminalidade...
Entrevista 07	Tesoureira	29	Durante o decorrer dos anos conseguimos fazer várias parcerias para o aperfeiçoamento do projeto.
Entrevista 08	MP / Curadoria da Saúde	30	Considerando que minha atuação na comarca de Unaí é recente, não tenho condições de avaliar as mudanças ocorridas no PROAC desde sua implementação. Afirmando, porém, que atualmente o projeto tem como públicos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, mas que ainda não estão envolvidos na prática de atos infracionais. a turma é composta por 45 adolescentes e há intenção de que, em 2018, seja implementada uma turma por semestre, expandindo o PROAC.
Entrevista 10	Ex-aluno	26	Na época em que se iniciou não tinha ainda toda implementação e condições que o projeto hoje oferece para os adolescentes. O aparato é muito bom, no presente momento aconteceram muitas implementações para melhoria do curso.

Fonte: Criado pelo autor

A reestruturação pedagógica ocorrida no ano de 2010, além das mudanças no público-alvo alterou também a forma de seleção dos alunos. Muitos dos participantes que chegavam ao programa eram encaminhados pelo Ministério Público em razão de atos infracionais ou por outros atores das redes de apoio municipal. Com essa mudança a seleção dos alunos passou a ser considerada de acordo com as condições sociais dos candidatos (CONSEP, 2016a).

Outro destaque refere-se aos profissionais que passaram a atuar no programa. Os registros indicam que houve preocupação quanto à profissionalização dos instrutores, bem como quanto à estrutura geral do programa.

Atualmente, a metodologia de ensino do PROAC está dividida em duas etapas: disciplinas teóricas e práticas; cursos básicos para a formação profissional. As aulas são ministradas em turno vespertino. As estratégias de ação objetivam influenciar socialmente o adolescente em torno da moral, da ética, cidadania, educação, etc.

4.4.10. Avaliação do Programa

Conforme afirma Secchi (2010, p. 49):

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou.

Conforme metodologia aplicada nesta pesquisa utilizou-se a eficácia como principal critério de avaliação, tendo em vista o foco nos resultados do programa, bem como na mitigação dos problemas enfrentados. As sete questões apresentadas nas entrevistas foram utilizadas para identificar categorias de análise, com vistas à melhor compreensão do programa. As questões contemplam a sua criação, as mudanças ocorridas desde a sua implementação, o orçamento anual do programa, o apoio do 28º BPM-PMMG, bem como da administração pública municipal e da comunidade local com vistas à sua continuidade.

Ciente da complexidade em torno do grupo abordado, especialmente quanto à questão social, entende-se que a política extingue-se para os alunos no momento em que se desligam do programa, ou seja, após a sua conclusão. Todavia, uma vez que o cenário social permanece com as mesmas demandas, muitas delas crescentes (FBSP, 2016), a política social realizada pelo PROAC há de continuar no intuito de no mínimo mitigar os problemas vividos pelos

adolescentes na cidade de Unaí, sendo dispensado, portanto, o debate quanto à extinção desta política.

As finanças do programa foram abordadas no intuito de responder se o orçamento anual atende satisfatoriamente às demandas existentes, sendo que as respostas dos entrevistados foram obtidas em escala *likert*. Dentre os dez entrevistados, cinco deles discordam quanto ao seu valor anual, dois deles discordam totalmente, dois se mantiveram neutros e um não respondeu.

Tabela 6: Questões diversas

ENTREVISTAS	ATUAÇÃO	IDADE	CATEGORIAS			
			O orçamento atende satisfatoriamente as demandas	Apoio do 28º BPM-PMMG quanto à continuidade do PROAC	Apoio da Administração Pública Municipal quanto à continuidade do PROAC	Apoio da comunidade local quanto à continuidade do PROAC
Entrevista 01	Fundador / Monitor por 11 anos	50	Discordo	Totalmente de acordo	Discordo totalmente	Totalmente de acordo
Entrevista 02	Conselheiro	66	Discordo totalmente	Totalmente de acordo	Discordo totalmente	Totalmente de acordo
Entrevista 03	Monitor	41	Discordo	Não concorda, nem discorda	Discordo	Discordo
Entrevista 04	Presidente do CONSEP	46	De acordo	Totalmente de acordo	Totalmente de acordo	Totalmente de acordo
Entrevista 05	Monitor / professor	37	Não concordo, nem discordo	Totalmente de acordo	Não concordo, nem discorda	Totalmente de acordo
Entrevista 06	Coordenador	47	Discordo	Totalmente de acordo	De acordo	Totalmente de acordo
Entrevista 07	Tesoureira	29	Discordo totalmente	Totalmente de acordo	Discordo	Totalmente de acordo
Entrevista 08	MP / Curadoria da Saúde	30	Discordo	De acordo	Não concorda, nem discorda	Não concorda, nem discorda
Entrevista 09	MP / Defesa da Infância e da Juventude	-	-	-	-	-
Entrevista 10	Ex-aluno	26	Não concordo, nem discordo	Totalmente de acordo	Totalmente de acordo	Totalmente de acordo

Fonte: Criado pelo autor

Um dos entrevistados esclareceu em suas observações finais que este ponto é delicado, tendo em vista que o PROAC não trabalha com um orçamento anual prévio e confiável, mas

sim conforme as verbas vão sendo obtidas pela tesouraria do CONSEP. Portanto, se não houver doações da comunidade local, dotações orçamentárias do Município – que quase sempre não ocorrem - ou verbas de penas pecuniárias destinadas pelo Ministério Público, o programa pode passar por todo um exercício financeiro sem receber um único centavo.

No PPA 2012-2015 (BRASIL, 2012) foram destinados 783 bilhões de reais para políticas públicas destinadas à juventude no Brasil, sendo identificado que 47% deste montante foram executados (NUNES et al., 2018). Conforme projeto pedagógico o valor anual estimado para execução do programa gira em torno de 120 mil reais (CONSEP, 2016a), o que equivale a 0,00001% do orçamento nacional.

Conforme a tabela 6 os entrevistados também foram questionados quanto ao apoio por parte do 28º BPM-PMMG, da administração pública municipal e da comunidade local com vistas à continuidade do programa, sendo as respostas obtidas pelo mesmo procedimento.

Quanto ao apoio do 28º BPM-PMMG, sete dentre os entrevistados estão totalmente de acordo com o apoio dado do Batalhão. Um deles está de acordo; um não concorda, nem discorda e um não respondeu. Os números demonstram que 80% dos entrevistados concordam que o apoio oferecido pelo batalhão é expressivo, uma vez que todos os envolvidos são voluntários e grande parte deles pertence à corporação. Além do mais, a própria sede do batalhão também é utilizada gratuitamente pelos alunos do programa.

Quanto ao apoio da administração pública municipal ao programa, dois dos entrevistados discordam totalmente da atuação municipal, enquanto mais dois apenas discordam do mesmo quesito. Por outro lado, dois entrevistados também responderam que estão totalmente de acordo com ao apoio das autoridades, e um deles apenas de acordo. Para outros dois entrevistados a questão é neutra e um deles não respondeu.

As respostas demonstram que as opiniões quanto à questão do apoio por parte da administração municipal alcançam pontos extremos, que vão desde a discordância total à concordância total em sua participação. A questão quanto ao apoio por parte da comunidade local também foi positivamente avaliada. Os resultados apontam que sete dos entrevistados estão totalmente de acordo quanto ao apoio local, enquanto um não respondeu, um se mostrou neutro e outro discordou.

Tabela 7: Considerações gerais sobre o PROAC

ENTREVISTAS	ATUAÇÃO	CATEGORIAS
		Considerações gerais sobre o PROAC
Entrevista 01	Fundador / Monitor por 11 anos	O orçamento do PROAC não atende às demandas, pois precisa de ajuda financeira. A comunidade local verbalmente o apoia, mas financeiramente, apenas alguns. O programa é excelente. É uma pena que o poder público é omissivo. Em doze anos de existência apenas um mandato de prefeito mostrou-se solidário. Quanto ao poder judiciário e ao MP, somente por dois anos tiveram participação significativa.
Entrevista 02	Conselheiro	Excelente programa. Pena que o poder público é omissivo. O poder público esteve presente em apenas um mandato de prefeito e, o poder judiciário e o Ministério Público, duas vezes, durante doze anos de existência do programa.
Entrevista 03	Monitor	
Entrevista 04	Presidente do CONSEP	... Tenho a honra de desenvolver o PROAC, em parceria com a PMMG nas dependências do 28º BPM, no período aproximado de 6 (seis) meses a cada ano. O referido programa possui reconhecimento em nível estadual e tem por escopo a prevenção e inclusão Social com a seleção de aproximadamente 40 (quarenta) menores em situação de risco, de baixo nível social e cultural... E por conseguinte, promover-lhes noções de direito e cidadania, ética, disciplina e hierarquia, ordem unida, informática, saúde do Adolescente, práticas esportivas, o que certamente contribuirá para formação desses jovens em cidadãos de bem, para assim evitar que os mesmos entrem no mundo do crime.
Entrevista 05	Monitor / professor	É o único e exclusivo programa para adolescentes na cidade. Seu modelo atual corrobora com as boas práticas do Estado de MG, bem como atua na prevenção ativa dos adolescentes de nossa cidade.
Entrevista 06	Coordenador	... Antes era formada apenas uma turma por ano, mas para 2018 serão formadas duas turmas, uma por semestre, com redução da carga horária (adaptação).
Entrevista 07	Tesoureira	O projeto busca em parceria com algumas empresas tirar esses menores das ruas e levá-los para sala de aula, literalmente ensinando diversas atividades para o seu crescimento individual.
Entrevista 10	Ex-aluno	O PROAC foi para mim uma transformação em todas as atuações da minha vida. Não sei nem como agradecer essa implementação do programa. Me ajudou muito a ter uma base para chegar a uma vida com mais qualidade e dignidade de uma pessoa melhor.

Fonte: Criado pelo autor

As considerações gerais sobre o programa foram descritas pelos entrevistados na Tabela 7 com base nas questões apresentadas e na ausência delas, isto é, daquilo que consideraram digno de destaque, mas que não estava presente na abordagem.

Os pontos destacados envolvem a instabilidade orçamentária do programa, a omissão das autoridades públicas, a satisfação dos participantes no trabalho, o reconhecimento já alcançado pelo o programa, a exclusividade do PROAC quanto à atuação com adolescentes em situação de risco, a expectativa quanto à criação de duas turmas para o ano de 2018, sendo uma para cada semestre, as parcerias realizadas desde o início e, por fim, o agradecimento de um ex-aluno por tudo que o programa lhe possibilitou.

Tendo em vista a relevância e atuação do Ministério Público no âmbito não somente da saúde da família, como também em aspectos gerais da vida dos adolescentes da cidade, Conforme a tabela 8 optou-se por uma abordagem distinta dos Promotores de Justiça, tanto da Curadoria da Saúde da Família, quanto da Vara da Infância e Juventude. As questões apresentadas envolvem não somente os adolescentes da cidade, quanto a atuação do PROAC, propriamente dito. Para os representantes do Ministério Público em Unai o PROAC é inicialmente um raro projeto destinado a adolescentes e que atua em caráter preventivo quanto à criminalidade, em concurso com a cidadania. A centralidade do público-alvo do programa também é destacada, uma vez que as possibilidades de desvios para o grupo são reais dado o alto número de adolescentes no município que se encontram em conflito com a lei.

Tabela 8: Considerações do Ministério Público

ENTREVISTAS	ATUAÇÃO	CATEGORIAS
		Considerações gerais sobre o PROAC
Entrevista 08	MP / Curadoria da Saúde	Atualmente, em Unai, o PROAC representa um dos raros projetos destinados aos adolescentes, com caráter preventivo criminal e de promoção da cidadania. Em razão de sua importância para a comunidade, na qualidade de Promotora de Justiça tenho buscado contribuir com a solicitação do projeto, que apresenta grande dificuldade em angariar recursos, mediante a destinação de verbas de benefícios de suspensão condicional do processo ao CONSEP para aplicação específica para o PROAC. A Administração Pública Municipal, embora reconheça a importância do PROAC, já deixou de repassar verbas inicialmente previstas para o projeto, o que gerou enorme dificuldade em seu seguimento, com endividamento do CONSEP no ano de 2016, o que apenas foi superado neste ano. por sua vez, a comunidade local demonstra apoio e valorização do PROAC, porém, em termos de contribuição financeira ou doações. poderia ser mais envolvida, dada a relevância que possui para o público adolescente em situação de vulnerabilidade social. consoante já exposto em tópico anterior, nas reuniões de segurança pública realizadas entre o MP, PM e Polícia Civil, definiu-se como pretensão a expansão do PROAC para duas turmas por ano, sendo uma por semestre, cujo total, por ano, gira em torno de R\$140.000,00.
Entrevista 09	MP / Defesa	Pergunta 1: O que o senhor espera do PROAC? Resposta: A questão central do PROAC é que ele vai de encontro àqueles adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social,

da Infância e da Juven- tude	<p>com tendências à criminalidade. Consegue atingir esses adolescentes nesse ponto, na encruzilhada da vida, no intuito de mudar a sua direção, antes que ingressem numa via sem retorno, ainda que num número seja muito reduzido de adolescentes, pois a demanda na área social é muito grande, o programa consegue atingi-los e trazê-los para uma situação em que passam a ter ensinamentos de valores relevantes, de disciplina, de hierarquia, que muitos desses adolescentes não têm no núcleo familiar. Tanto é que vemos a grande quantidade de adolescentes migrando para a área do ato infracional justamente porque lhes falta essa base de orientação familiar, de passar valores, regras de conduta saudáveis. Acho que aí entra a grande importância do PROAC, antes que mudem de fase. Pelo que tenho acompanhado, os efeitos tem sido muito positivos para os adolescentes. É claro que há a possibilidade de perda desses adolescentes ou de alguns que tenho feito acompanhamento mais próximo, estou aqui há três anos, mas as baixas são poucas, o que dá a ideia de ser um programa bem sucedido. Pergunta 2: O número de adolescentes atendidos anualmente pelo programa está entre 40 e 50 adolescentes. O senhor acha que esse número atende às demandas da cidade? Resposta: Não, não atende. Para atendê-la seria necessário um número no mínimo de três a quatro vezes maiores do que o ofertado, pois a quantidade de adolescentes nessa circunstância é muito grande. Aqui em Unai a gente tem uma questão, não é só de Unai, mas do Brasil inteiro, esses adolescentes são alvos da cobiça da criminalidade para trabalhar com eles, pois sabem que as penas são mais brandas. Então a gente tem muitos, muitos mesmo desses adolescentes que são fisgados pela criminalidade por falta dessa orientação, de ter alguém do lado, de mostrar o caminho certo. Acabam se deixando se iludir por essa vida fácil. Então a gente tem muito disso e eu vejo na nossa atuação na Infância é justamente isso: adolescentes que poderiam ter sido resgatados num tempo certo e deixaram de ser, e aí depois que entram nesse mundo já fica mais difícil, eles se envolvem com drogas, se envolvem com traficantes, já fica muito mais difícil trazê-los de volta. E o nosso sistema não favorece isso. Então, se nós pudéssemos – e até uma questão que já conversei com o Comandante, se pudesse ampliar, sempre que possível, o número de vagas, seria o ideal. Pergunta 3: O PROAC não trabalha com orçamento fixo, sempre depende de doações, etc. O MP poderia atuar de alguma forma para que verbas pudessem de alguma forma ser canalizadas para melhor consolidar a execução do programa? Resposta: Da parte do Ministério Público, daquilo que está sob a nossa alçada, não de indicar a gestão de recursos, mas aquilo que a gente pode sim disponibilizar, que são as penas pecuniárias de privações penais, nós já estabelecemos um fluxo de envio de receitas dentro dessas transações e parte delas já é direcionada ao PROAC, especificamente para esse programa, da região nossa, com direção do CONSEP, foi estabelecido que todo direcionamento de transações penais feitas ao CONSEP sejam canalizadas ao PROAC. Então nós já temos esse primeiro aporte financeiro, que não é suficiente, é pouco, mas dá pra gente poder atuar com mais incisão e ao mesmo tempo tentando intermediar com o Município e com o Estado, utilizando a força do Ministério Público para tentar angariar mais recursos. Nunca me chegou essa demanda, mas é algo até a se pensar, para futuramente a gente poder estabelecer esse tipo de parcerias. Mas hoje, de praxe, o que nós temos aqui é o direcionamento dessas transações para lá, o que já ajuda. Pergunta 4: Focando no público do PROAC, que hoje só trabalha com homens, existe uma demanda na Vara da Infância para programas semelhantes com meninas, que necessitariam de um trabalho semelhante ou esses números são bem menores? Resposta: São menores, sem dúvidas, eu poderia dizer que seria aí em torno de 20% para meninas e 80% para homens, mas há. Se houvesse vagas para essas adolescentes seria de extrema valia. As demandas envolvem os mesmos tipos de crimes ou infrações cometidos pelos meninos, como drogas, portes de armas? Drogas sim, armas não. Mas principalmente a questão além das drogas, da indisciplina, da falta de qualquer tipo de valores, de senso de responsabilidade, que geram demandas nas escolas, de indisciplina. Aí já desencadeia para agressões a colegas e tal, gerando um ambiente escolar sempre violento, tudo daí decorrente. Então, nós ultimamente representamos adolescentes que agridem mães, agridem o professor, e isso era um fato que, são casos que poderiam ser chamados o PROAC para haver essa atuação. É claro que já existe a atuação de toda a rede psicossocial, com atuação infracional a gente traz também a questão da imposição de regras, da prestação de serviços à comunidade, da liberdade assistida, mas o PROAC entraria com o <i>proceeding</i> na atuação sobre elas. Pergunta 5: Com o conhecimento que o senhor tem do PROAC, o senhor acha que ele está no caminho certo ou existem áreas que podem ser melhoradas dentro do programa, que não vem sendo executadas, que o senhor acha que o programa poderia fazer melhor? Resposta: Olha, eu diria que nada é perfeito. Acho que poderia se fazer com esses adolescentes um envolvimento maior deles com a comunidade. Eu digo que eles possam ser chamados a conhecer os órgãos que funcionam na cidade, por exemplo, o Fórum, pra ter esse contato com o Ministério Público, com o promotor. Que eles sejam levados a conhecer como é que funciona, por exemplo, a rede de atendimento psicossocial, a função do CRAS/CREAS, que possam conhecer, por exemplo, o Centro Socioeducativo de Internação. Então, acho que nesse ponto o programa pode ser melhorado nisso, nessa ampliação dos horizontes deles, das coisas que funcionam na cidade. Não digo de questão de didática interna, pois nesse ponto ainda não tenho conhecimento. A gente nota que talvez eles fiquem muito presos no quartel da polícia e haja uma falta de interação desses adolescentes com os poderes constituídos e dos serviços que esses poderes prestam dentro da cidade. É um ponto que acho que pode ser melhorado e pensado nesse sentido.</p>
--	--

Embora único em seu papel, o PROAC não consegue atender às demandas de adolescentes em situação semelhante em Unai, dado o elevado número de adolescentes próximos à criminalidade. Tendo em vista que o PROAC anseia duplicar as ofertas de vagas a partir do ano de 2018, conseqüentemente, isso implica em duplicar também o seu orçamento, cuja estimativa anual está entre 120 mil e 140 mil reais.

A atuação do Ministério Público local tem se mostrado propícia quanto ao apoio ao programa. O compromisso quanto à conversão de penas pecuniárias tem sido uma preocupação do MP. Tais verbas, quando destinadas ao CONSEP são exclusivamente utilizadas no PROAC.

No entendimento do Ministério Público há de se pensar também em programas que atendam ao público feminino adolescente em situação de vulnerabilidade social. Ainda que as demandas sejam de outras naturezas, temas comuns como cidadania, disciplina e convívio familiar podem e devem ser trabalhados.

Por fim, no entendimento do MP, o PROAC pode melhorar sua atuação mediante a imersão dos participantes na comunidade, mais especificamente nos órgãos públicos que atuam em nível local, de maneira tal que possam conhecê-los melhor, especialmente as redes de apoio existentes, assim como o centro socioeducativo de internação juvenil, também presente na cidade.

4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral este estudo identificou que a soma dos gastos para com a juventude, seja por meio da educação ou demais programas tem sido crescente ao longo dos últimos anos no Brasil. Especialmente os investimentos em educação produzem resultados positivos diretos

e indiretos em médio e longo prazo, tais como melhoria na qualidade de vida, bem como aumento do produto interno bruto (PIB) do País.

A permanência de adolescentes e jovens em salas de aula continua sendo um grande desafio em termos de políticas públicas, especialmente para aqueles que estão inseridos em contextos sociais mais vulneráveis. Além das poucas ofertas de emprego para jovens e dos baixos salários oferecidos, as propostas de desvios parecem ser mais atrativas que os caminhos propostos pela educação.

No Município de Unai grande parte da população recebe baixos salários, considerando o contexto de Brasília, cujos valores são bem mais elevados. Dentre os 83.448 residentes no Município, apenas 4.061 pessoas declararam possuir curso superior, o que equivale a 4,86% da população. Estes números demonstram que tanto a educação, quanto a renda necessitam de melhorias em seus diferentes, mas interligados contextos.

As entrevistas com os atores envolvidos no programa demonstram a existência de preocupações e objetivos comuns quanto à juventude unaiense. O grupo revela que o mundo da criminalidade e da violência não é o que desejam para os seus jovens, razão pela qual tem se esforçado progressivamente para aperfeiçoar ainda mais o programa.

Na opinião dos gestores do PROAC a atuação do 28º BPM-PMMG e do CONSEP tem sido uma resposta à demanda social nas redes de apoio aos adolescentes em Unai. Estas opiniões contrariam as forças de resistência quanto à atuação do Estado no Município e demonstram que para este público a frase pichada no muro não é verídica e deve ser combatida tendo o PROAC como exemplo contraditório. Portanto, para o Programa Adolescente Cidadão é evidente que “O Diabo NÃO Veste Farda”.

Conforme considerações do Ministério Público local o número de adolescentes atendidos pelo programa ainda é muito baixo diante da alta demanda no Município. Isso não indica uma deficiência do programa em si, mas um elevado número de adolescentes em situação social precária, bem como as limitações dos próprios atores envolvidos ante a demanda social.

Quanto à identificação dos pontos fortes e fracos do programa, destaca-se que o PROAC tem como ponto forte a prevenção ativa da criminalidade, ou seja, atua por meio das ações do programa antes que ela aconteça. Quanto aos pontos fracos, a questão financeira demonstra ser digna de preocupação uma vez que o PROAC não conta com um orçamento fixo anual, o que limita e desestabilizada seu poder de atuação.

O PROAC, embora apontado nas entrevistas como uma ação relevante e singular no Município, não integra programas para a juventude em nível federal, estadual ou mesmo municipal com os quais possa contar quanto à origem dos recursos financeiros. Sugere-se, portanto, que os atores responsáveis pelo programa viabilizem parcerias financeiras que facilitem a execução de suas ações.

Identificou ainda que o PROAC é eficaz primeiramente porque existem pessoas interessadas e dispostas em atuar com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As entrevistas e conversas informais realizadas com os diferentes atores envolvidos demonstram que todos eles atuam como líderes nos diferentes setores em que se encontram engajados. São pessoas disciplinadas em suas atividades profissionais e aptas para atuar no programa.

Identificou-se ainda que as principais motivações deste grupo relacionam-se com questões religiosas e de assistência social, isto é, são pessoas que entendem que podem e

devem ajudar àqueles que necessitam. Isto é perceptível inclusive dentre os responsáveis diretos pela execução do programa dentro do 28º BPM-PMMG.

Sugere-se por fim que os Municípios integrantes da RIDE-DF espelhem-se nas ações do PROAC com vistas à implementação de programas semelhantes, voltados para a juventude nas mesmas condições e realidades observadas em Unaí – MG.

4.9 REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. M. de A. Sociedade civil, democracia e violência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, 2015.

BARBOSA-PEREIRA, A. Os "rolezinhos" nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 1, p. 545-557, 2016.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão nº 525, Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BATISTA, A. S. et al. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 433-457, mai./ago. 2016.

BOMFIM DIAS, A.; DE OLIVEIRA CUNHA, E.; BUSTAMANTE DEJO, V. N.. Medida educativa estabelecida em razão do porte ilegal de drogas: relato de experiência. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 58, p. 767-776, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1118>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 33ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

_____. Decreto nº 37.193, de 02 de setembro de 1995. Cria o vigésimo oitavo batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências – **Minas Gerais Diário do Executivo** - 02/09/1995 pág. 2 col. 2, microfilme 531 (publicação original).

_____. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - (Ride) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/2/1998.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno: RIDE – DF**. Boletim Espaço de Discussão e de Ação. Brasília, DF, [2008?]. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad54e03d-3b2b-469f-8215-c50050eca9cd&groupId=63635. Acesso em: 08 fev. 2017.

_____. Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 19/1/2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **IDEB – Apresentação** [2015?]. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em 05 jun. 2017.

_____. Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 14/1/2016, Página 1 (Publicação Original).

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Comissão Geral para debate do Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, sobre o Plano Nacional de Juventude. Sessão: 395.3.55.O. 14 dez 2017. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=395.3.55.O&nuQuarto=27&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:00&sgFaseSessao=CG%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=14/12/2017&txApelido=JOVANIAO%20LUIZ%20PEREIRA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em: 05 de fev. de 2018.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE UNAÍ (CONSEP). **Projeto Político Pedagógico: Programa Adolescente Cidadão (PROAC)**. Unaí, MG: CONSEP; PMMG, 2016a.

_____. **Estatuto**. Unaí, MG: CONSEP; PMMG, 2016b.

COTTA, F. A. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traco, 2014.

CRESWELL, J. R. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Armed, 2010.

DATAPEDIA (2016). **Evolução - Desempenho no IDEB – Ensino Fundamental II (2005 - 2015)**. Disponível em: < <https://www.datapedia.info/public/cidade/6110/mg/unai#qualidade-educacao>>. Acesso em 14 mar 2018.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. Ano 10. São Paulo, 2016.

FRANCO. M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GEMIGNANI, T. A. A.; GEMIGNANI, D. A Educação para a Cidadania, a Capacitação para o Trabalho e os Direitos Fundamentais: Uma Leitura Constitucional. In MELO, G. A. B. de; CÉSAR, J. B. M. (org.). **Trabalho Infantil: Mitos, Realidades e Perspectivas**: Estudos em homenagem ao Professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. p. 51-58.

GUSSO, D. A. et al. **Educação**. In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise, v.1, jun. nº 23, p. 181-234, Brasília: IPEA, 2015.

IBGE. Censo 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de fev. de 2017.

INEP. Censo Escolar 2017: Notas Estatísticas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (INEP). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicados do IPEA nº 75**, fevereiro de 2011.

LIMA, R. S. de; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 123-144, jan./abr. 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINAS GERAIS (ESTADO). Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). **Prêmio Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social 2009**. Belo Horizonte, MG, 2012.

Disponível em: < <http://www.seds.mg.gov.br/component/gmg/story/1831-projeto-que-recebeu-premio-de-boas-praticas-se-destaca-em-unai>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

NUNES, A. et al. Políticas Públicas Para a Juventude nos Planos Plurianuais de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1045-1064, 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD), (2015). **How's Life? 2015: Measuring Well-being**. OECD Publishing Paris, 2015. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life-2015_how_life-2015-en>. Acesso em: 08 fev. 2017.

_____. OECD (2017), **Education at a Glance 2017: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>>. Acesso em 12/09/2017.

PINTO, R. M. N.; DE OLIVEIRA, C. B. Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento discursivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Curitiba, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916000147>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG, [2012?]. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/portalinstitucional/conteudo.action?conteudo=2155&tipoConteudo=itemMenu>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ (2017). **Bairros**. Disponível em <<http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php/2012-12-21-16-56-25/bairros.html>>.

Acesso em 15 dez. 2017.

SAWYER, S. M. et al. The age of adolescence. **The Lancet Child & Adolescent Health**, 2018. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(18\)30022-1](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(18)30022-1)>. Acesso em 01 fev 2018.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 2, 2012.

5 ESTUDO III: O PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS E FAMILIARES PARTICIPANTES

THE CITIZEN ADOLESCENT PROGRAM IN THE CONCEPTION OF PARTICIPATING STUDENTS AND FAMILY

5.1 RESUMO

Este estudo qualitativo discorre acerca da situação da juventude vulnerável no Brasil, bem como apresenta a avaliação de um grupo de adolescentes e familiares participantes de um projeto social denominado Programa Adolescente Cidadão (PROAC), voltado para adolescentes em situação de risco social, na cidade de Unaí – MG. Os resultados apontam para a eficácia do programa e sugerem a sua expansão para demais municípios no País.

Palavras-chave: Juventude, vulnerabilidade social, estudo de caso, PROAC.

5.2 ABSTRACT

This qualitative study discusses the situation of vulnerable youth in Brazil, as well as evaluating a group of adolescents and family members participating in a social project called PROAC (Adolescent Citizen Program), aimed at adolescents at social risk in the city of Uni - MG. From the participants' perception, the results point to the effectiveness of the program and suggest its expansion to other municipalities in the country.

Keywords: Youth, social vulnerability, case study, PROAC.

5.3 INTRODUÇÃO

Os investimentos em educação e os benefícios que por meio dela podem ser alcançados contrastam bruscamente com a realidade de boa parte da juventude brasileira (BARROS; MENDONÇA, 1997; IPEA, 2011). O Brasil está no ranking dos países mais violentos do mundo e a juventude brasileira encontra-se diretamente ligada a esses números.

Desde os anos 80 do século passado a maioria dos estudos sobre violência vem abordando o tema juntamente com a criminalidade (MONTEIRO; SARAVALI, 2015). A violência entre a juventude brasileira é crescente e a maioria das políticas públicas tem se mostrado ineficazes em seu combate (ZALUAR, 2012), está diretamente ligada a atividades

criminosas, tendo o jovem como sua mão de obra principal (BEATO; ZILLI, 2012). A violência também é considerada um problema de saúde pública (MAGALHÃES CARVALHO et al., 2008), integra a lista de medos urbanos (KOURY, 2011) e representa um desafio a ser enfrentado dentro das salas de aula (GOMES et al., 2013).

5.3.1. Informações Gerais Sobre a Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida estrategicamente por meio de um estudo de caso, que “surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos” (YIN, 2015, p. 5). Quanto aos instrumentos utilizados na pesquisa realizou-se aplicação de questionários para dois grupos de adolescentes. O primeiro grupo são os participantes do programa no ano de 2017, e o segundo, alunos egressos participantes em anos anteriores.

De modo semelhante foram aplicados ainda questionários para os familiares dos alunos matriculados, bem como para os familiares dos alunos egressos.

Tabela 1: Participantes da Pesquisa

PARTICIPANTES	ABORDAGEM	ATUAÇÃO	QUANTIDADE
Alunos Matriculados 2017	Questionário 01	Direta	33
Alunos Egressos	Questionário 02	Direta	32
Familiares dos Alunos Matriculados	Questionário 03	Indireta	30
Familiares dos Alunos Egressos	Questionário 03	Indireta	31

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os questionários foram aplicados aos participantes descritos na tabela 1, sendo posteriormente analisados de acordo as suas subdivisões.

As informações sobre os alunos matriculados e os egressos bem como as dos familiares foram pareadas em tabelas que possibilitaram tanto análise individual, quanto por grupos, ou seja, alunos e familiares conjuntamente (MARCONI, LAKATOS, 2015).

I. Apêndice 01: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi utilizado para os participantes que responderam aos questionários, ou seja, alunos matriculados no programa, alunos egressos e os seus familiares. Ressalta-se que a participação dos adolescentes na pesquisa foi autorizada por seus familiares responsáveis.

O TCLE contém inicialmente a apresentação do pesquisador e seu orientador acadêmico, a instituição à qual pertence (Universidade de Brasília – UnB), bem como o programa de pesquisa ao qual está ligado (Programa de Pós-graduação em Gestão Pública – PPGP). Apresenta ainda o tipo de pesquisa realizada, os objetivos a ser alcançados e o tempo médio para respostas.

O TCLE esclarece que a participação é voluntária e que o participante não é obrigado a responder a todos os itens da pesquisa, caso assim considere. Considera como insignificantes os riscos quanto à participação na pesquisa, ressalta o sigilo e a responsabilidade do pesquisador quanto à não identificação dos participantes, a preservação dos dados por um período de cinco anos. Por fim disponibiliza número de telefone e e-mail para contato com o pesquisador, caso necessário.

II. Apêndice 02: Questionário 01 / Alunos matriculados

Quanto aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, o Questionário 01 foi respondido no final do ano de 2017 por alunos matriculados para esse período, de forma que contempla os participantes ao final do ciclo letivo do programa.

O questionário subdivide-se em cinco partes, contendo o levantamento de informações pessoais, informações escolares, informações sociais e familiares, informações trabalhistas e

de renda e informações sobre o PROAC, onde os participantes responderam questões acerca da sua participação no programa.

III. Apêndice 03: Questionário 02 / Alunos egressos

Semelhantemente, o Questionário 02 foi respondido por alunos egressos. Possui basicamente a mesma estrutura que o Questionário 01, com pequenas alterações quanto ao tempo verbal nas questões apresentadas.

IV. Apêndice 04: Questionário 03 / Familiares

O Questionário 03 foi respondido voluntariamente tanto por familiares dos alunos matriculados no ano de 2017, quanto por familiares de alunos egressos. Semelhante aos questionários dos alunos subdivide-se em cinco partes para fins de levantamento das informações pessoais, escolares, sociais, trabalhistas e a opinião deste grupo quanto à participação dos alunos no programa.

5.4 JUVENTUDE MARGINALIZADA E ENCARCERADA: VIDAS PERDIDAS

Conforme relatório divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), o Brasil possui 2,8% da população global, mas é responsável por 11% dos homicídios ocorridos no planeta (UNODC, 2014). O número somente de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas privativas de liberdade cresceu 443% entre 1996 e 2013 (FBSP, 2015). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2014 informa que no ano de 2011 um total de 19.595 mil adolescentes encontravam-se em conflito com a lei, por medidas privativas de liberdade. No ano de 2012 o número havia subido para 20.532 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas (FBSP, 2014). No ano de 2013 esse número subiu novamente chegando a 23.066 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas (FBSP, 2015).

No ano de 2014 havia 21.092 mil inquéritos de homicídios instaurados contra adolescentes, 12.174 mil inquéritos de homicídios relatados com indiciamento e/ ou homicídios esclarecidos, 6.602 mil inquéritos de homicídios relatados sem indiciamento e 1.563 mil inquéritos de homicídios relatados com autoria de criança ou adolescentes autores de homicídio. Em 2015 esses números alteraram para 19.458 mil, 6.663 mil, 4.924 mil, e 613, respectivamente. Tais números poderiam ser bem mais expressivos tendo em vista que a tabela na qual constam essas informações, dentre as vinte e sete unidades da Federação, nove não apresentaram valor algum, incluindo estados populosos como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além dessas ausências, outros dez Estados apresentaram números incompletos, tais como Goiás, Ceará e Pernambuco (FBSP, 2016).

A juventude brasileira vive sob a cultura do medo e da violência. A sensação de vulnerabilidade, o crescente sistema privativo de segurança, as incertezas políticas e sociais e tantos outros temas constantemente explorados pela mídia – apontada como principal difusora dessa cultura - têm os jovens como principais protagonistas, de forma que todos ficam sob suspeição. Conforme Koury (2011, p. 481).

A grande questão da cultura da violência, no Brasil, é a do encobrir os enormes problemas sociais ligados, sobretudo, à escassez e ao desvirtuamento de recursos para a educação, saúde e geração de empregos, desvio para ações ligadas à indústria e cultura da violência.

As principais circunstâncias que relacionam a juventude com a criminalidade foram identificadas, tendo a renda, a escolaridade e o gênero como principais fatores. Num segundo momento aparecem fatores como a composição familiar, em especial a ausência de figura paterna no lar, bem como a gravidez na adolescência, seguidas por fatores como as desigualdades de renda, a estrutura populacional, a densidade demográfica e a taxa de desemprego. Especialmente entre os jovens do sexo masculino, a relação de amizade com outros jovens da mesma idade aparece como o fator mais preponderante para a compreensão

do comportamento juvenil, superior, inclusive, ao relacionamento familiar (ZALUAR; BARCELLOS, 2013).

A violência é um problema social que tende ser cada vez mais descontrolado. Trata-se de um fenômeno presente nos diversos âmbitos da vida, sendo a terceira maior causa de mortalidade na população geral, e a primeira entre adolescentes e crianças a partir do primeiro ano de vida. Dentre as possíveis causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCCA) encontra-se a desestruturação familiar, que por sua vez está associada ao desemprego por parte dos responsáveis por elas, à baixa renda, etc. Por outro lado, as consequências dessa violência são a possibilidade de transtorno mental das vítimas, que afetarão tanto suas habilidades individuais, quanto coletivas. Outro agravante é a constatação de que violência gera violência: 96,8% dos responsáveis pelas crianças e adolescentes estudadas nesses casos relataram que foram vítimas de violência doméstica na infância e juventude. Além disso, quanto maior a faixa etária das vítimas, mais violentas elas se tornam, a ponto de, na juventude, a sensibilidade do sujeito ser cada vez mais difícil de alcançar. Por outro lado, existem mecanismos, tais como a recreação esportiva e a religião, que podem ser usados como forma de combate à violência doméstica, mas o fator que produz melhores resultados dentre os observados é a permanência dos responsáveis no mercado de trabalho (HILDEBRAND et al., 2015).

Tendo em vista que a violência urbana preocupa a todos, apesar de mudanças e aprimoramentos da legislação, bem como das melhorias na gestão policial, estes tem se mostrado insuficientes para conter o seu avanço (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015).

O senso comum tende julgar que existe na sociedade uma justiça para os ricos e outra para os pobres (SINHORETTO, 2011). Além do mais, o poder judiciário e a polícia são vistos como instâncias que, por excelência, deveriam garantir a equidade dos direitos aos cidadãos,

mas tem se mostrado profundamente incapazes de exercer o seu papel, prejudicando o Estado democrático de direito (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015).

Por meio da abordagem sistêmica complexa e aplicando-se o Modelo Ecológico (ME) – adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – buscou-se compreender as consequências fatais da violência a partir de dois municípios brasileiros com o mesmo perfil populacional, porém com realidades extremas. De um lado a cidade de Paulista- PE, um dos municípios com a maior taxa de mortalidade por homicídios (TMH) do país, cuja população é predominantemente de baixa renda e de baixa escolaridade, os serviços públicos são precários, as taxas de desemprego, bem como o uso de drogas e homicídios são elevados. Para Paulista – PE ficou caracterizado que as condições precárias do mercado de trabalho e a desestrutura familiar ajudam a compreender as causas da violência no município. De outro lado, no município de Jaraguá do Sul - SC, melhores ofertas de emprego e condições de trabalho, juntamente com a escolaridade mais elevada e a religião foram identificadas como razões que explicam os poucos homicídios ocorridos no município (SILVA; VALADARES; SOUZA, 2013).

Dentro da estrutura social que compreende a juventude, especialmente os mais vulneráveis socialmente, como parte da população que carece de apoio há de reconhecer a atuação das diferentes organizações presentes e atuantes no cumprimento de seu papel, tais como igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e demais instituições de caridade. Por outro lado, em muitos casos observados, a imagem da juventude, especialmente em circunstâncias atreladas ao esporte onde o jovem represente um modelo de atleta, tende a beneficiar e promover mais à instituição da qual participam do que ao jovem propriamente dito (PINTO; DE OLIVEIRA, 2016; HILDEBRAND et al., 2015).

Um ponto complexo e conflitante identificado no comportamento social refere-se às causas da violência entre a juventude. O silogismo comum tende relaciona-la com a pobreza, logo, se o jovem é pobre, é violento. Embora a violência entre os jovens seja mais expressiva em cenários sociais mais carentes, essa lógica tem sido desmistificada (MONTEIRO; SARAVALI, 2015; ZALUAR, 2012).

Por outro lado, o conceito de “ostentação” foi apontado como uma das respostas para o problema. O “funk ostentação” destaca-se entre a juventude pois reflete por meio das letras musicais, do uso de carros luxuosos, de roupas de marca e joias caras a necessidade juvenil de demonstração de poder e riqueza (BARBOSA-PEREIRA, 2016).

Semelhantemente, em contextos marginalizados o porte de armas de fogo de alto calibre, seguido por ações de espancamentos é também um símbolo de ostentação da juventude (ZALUAR, BARCELLOS, 2013).

Há de se pensar, portanto, em políticas públicas norteadoras que reduzam as condições precárias da juventude. Se por um lado, a violência e o uso de drogas são misturas que multiplicam ainda mais os malefícios de ambas, por outro, dentre os usuários de drogas muitos deles são os que mais estão descontentes com o seu próprio quadro. Chegada a hora em que se começa traçar novos projetos de vida, tais como cursar ensino superior, ingressar no mercado de trabalho, constituir família, ter filhos, conseqüentemente isto implica afirmar que o uso de drogas há de ser repensado (BOMFIM DIAS; DE OLIVEIRA CUNHA; BUSTAMANTE DEJO, 2016).

Muitas questões apresentadas quanto ao apoio aos adolescentes em situação de risco social referem-se à forma, isto é, como atuar e intervir em situações conflitantes. A ênfase em políticas sociais de educação, saúde, assistência social e transferência de renda têm sido uma

das principais formas de atuação. Observa-se ainda a participação de outros atores na rede de apoio, isto é, na intersetorialidade, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos religiosos, etc. (PINTO; DE OLIVEIRA, 2016; MAGALHÃES CARVALHO et al., 2008).

A atuação de grupos religiosos e o papel da religião, tanto na reabilitação de pessoas, quanto na prevenção da criminalidade vem sendo observado e debatido de diferentes formas. As questões giram em torno da temática desenvolvida por esses grupos, a multiplicidade dos papéis da religião e a sua relação com o Estado. Positivamente, a maioria dos casos observados demonstra o papel exitoso da religião na prevenção da violência e reabilitação de pessoas, bem como na preocupação com a saúde mental e qualidade de vida daqueles sobre os quais atuam (RIBEIRO; DE SOUZA MINAYO, 2014).

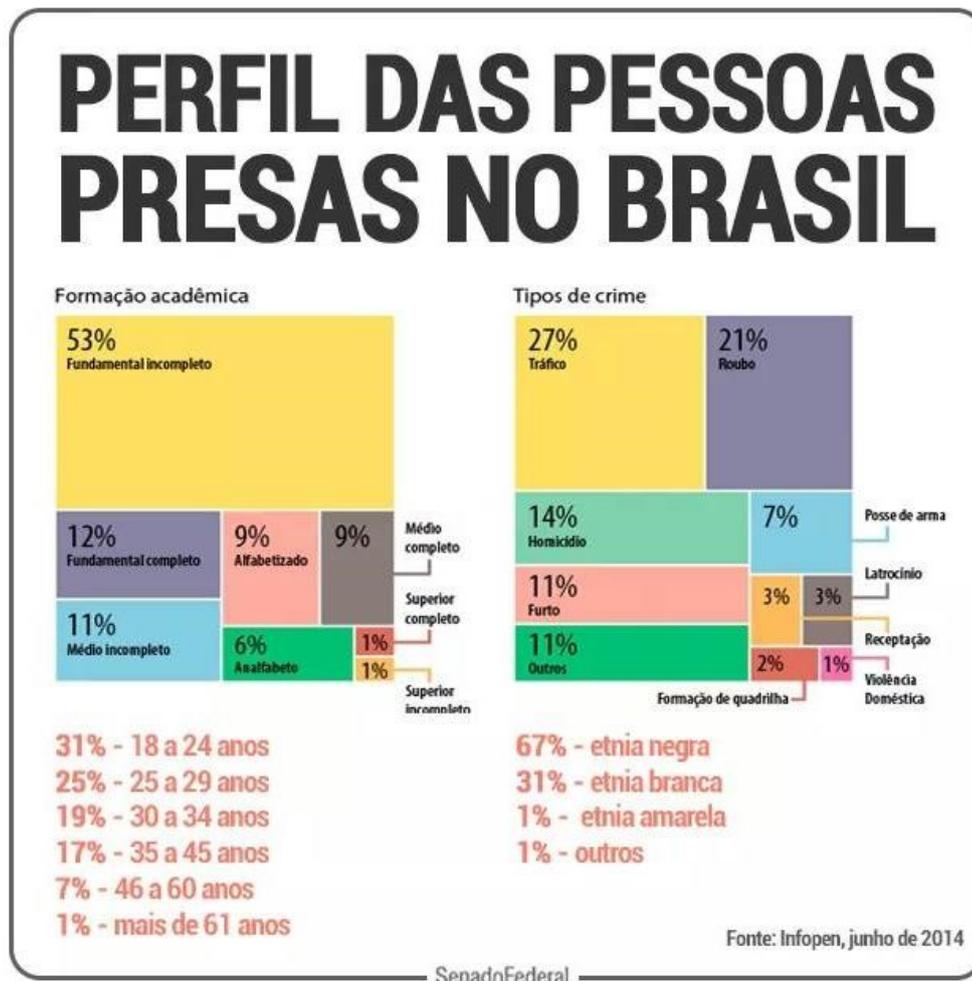
Uma vez que a temática sobre a juventude é extensa, assim como as demandas existentes quanto aos jovens carecidos de diferentes tipos de apoio, há de se concentrar em temas centrais, “como as perspectivas de vida desses jovens e a necessidade de políticas públicas, importantes no apoio às redes sociais, à família e na atuação em áreas de risco” (COSTA et al., 2012, p. 803).

Do ponto de vista legal existem normas consistentes no Brasil que permitem afirmar que a juventude brasileira encontra-se consideravelmente amparada pela sociedade à qual pertence. Todavia, a realidade vivenciada principalmente em contextos sociais mais precários tem sido muito distante do que está garantido na legislação (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015; BATISTA et al., 2016).

O levantamento nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) divulgado em junho/2014 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão ligado ao Ministério

da Justiça (MJ) revela estatísticas alarmantes para a juventude. Conforme figura 1 a população carcerária no Brasil até aquele momento era de 607.731 pessoas (BRASIL, 2014).

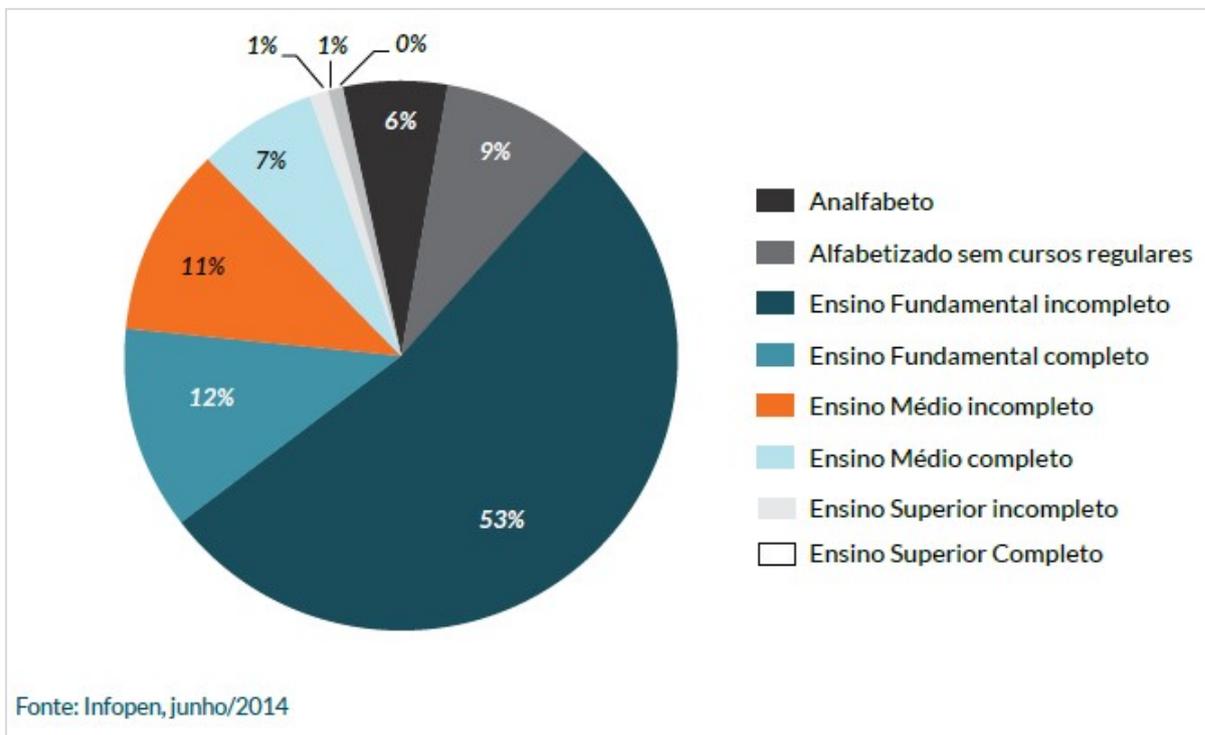
Figura 1: Perfil das pessoas presas no Brasil



Fonte: Infopen (2014)

O Brasil é o quarto país no ranking quantitativo de encarcerados no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. A distribuição da população prisional brasileira por faixa etária revelou que 31% destes possui entre 18 e 24 anos e, 25%, entre 25 e 29 anos de idade. Somadas as duas faixas etárias constata-se que 56% da população prisional brasileira é jovem, ressaltando que esses dados não incluem registros de adolescentes, menores de idade, também em situação de conflito com a lei (BRASIL, 2014).

Figura 2: Escolaridade da população prisional no Brasil.



Fonte: Infopen (2014)

Outro dado preocupante refere-se à escolaridade da população prisional (figura 2). Somados os analfabetos, os alfabetizados sem cursos regulares e os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto chegam-se ao percentual de 68% dos encarcerados no Brasil. Contrapondo este grupo com os 2% que possuem curso superior completo e incompleto, fica ainda mais clara a importância do papel exercido pela educação na sociedade, por meio da qual os cidadãos têm condições de buscar outros caminhos e assim encontrar melhores oportunidades longe da criminalidade que por consequência conduz muitos jovens à triste realidade prisional (BRASIL, 2014).

A população prisional brasileira é crescente. No ano de 1995 havia pouco mais de 148 mil encarcerados, quantidade quatro vezes menor que a de 2014. Tal crescimento resulta em impactos econômicos significativos quanto às políticas públicas de segurança (SOBRINHO,

2014). Se o número de jovens encarcerados é preocupante, a quantidade de jovens mortos prematuramente também não fica para trás. Diagnóstico divulgado em 2013 pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) revelou que os homicídios são a principal causa de morte de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil, atingindo principalmente negros, do sexo masculino, residentes de periferias e áreas metropolitanas. Somente em 2011 o Brasil registrou 52.198 mil homicídios. Desse total, 27.471 mil homicídios eram pessoas jovens, o que corresponde a 52% do total de mortos, dos quais 93% eram jovens do sexo masculino e 71% negros. Somente em 2011 foram registrados 4.235 mil homicídios no Estado de Minas Gerais, 2.214 mil em Goiás e 977 no Distrito Federal, dentre outras unidades federadas com quantitativos e percentuais mais elevados (BRASIL, 2013).

Existem vários fatores que cooperam para a concretização dos números apresentados. Em geral, muitos deles estão ligados à vulnerabilidade social, que exige especial atenção das políticas públicas uma vez que, historicamente, os programas destinados à população carente são os que apresentam maiores distorções em sua implementação, principalmente porque estão mais sujeitos a fins clientelísticos e eleitoreiros em comparação com os demais (COHN, 1995; BRASIL, 1995; AZEVEDO; BURLANDY, 2010). “Com efeito, para o homem, enquanto homem, nada tem valor a menos que ele possa fazê-lo com paixão” (WEBER, 2011, p. 27).

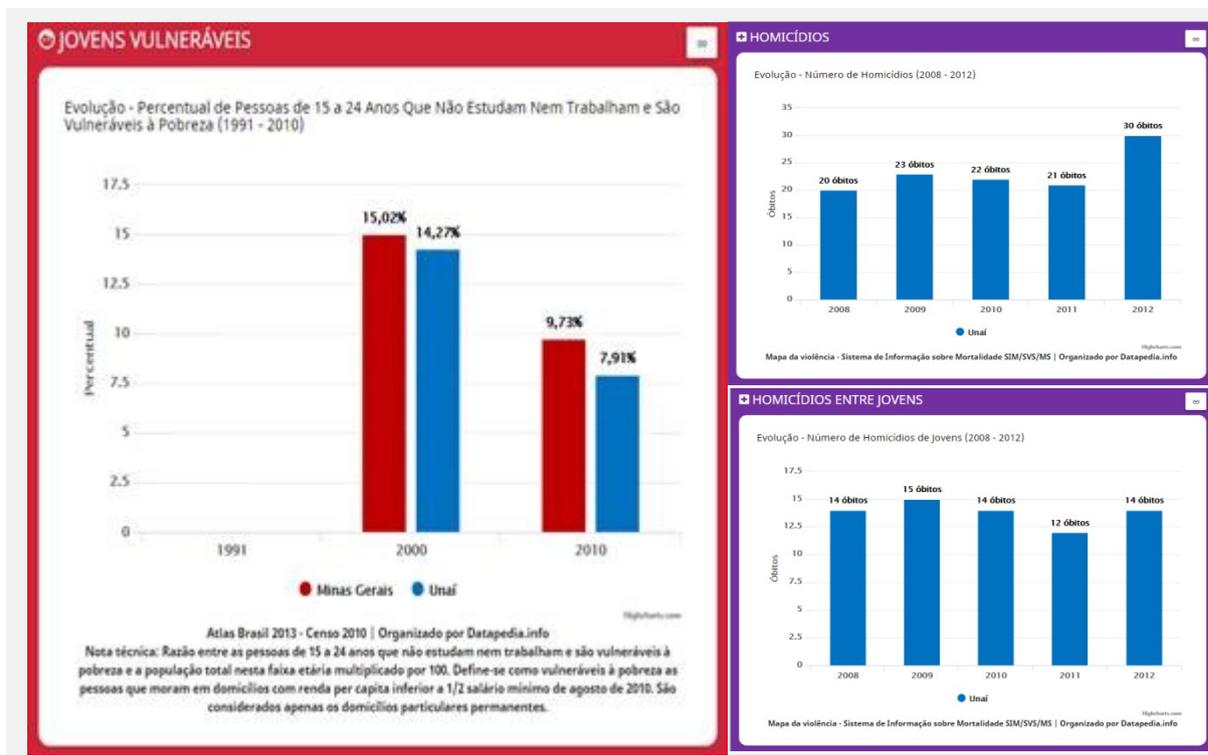
5.5 “MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR”: A ATUAÇÃO DO PROAC

O Programa Adolescente Cidadão é um projeto social destinado a adolescentes do sexo masculino, com idade entre 15 e 17 anos, executado mediante parceria entre o 28º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais (BPM-PMMG) e o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) na cidade de Unaí – MG. Anualmente são atendidos cerca de 50 alunos, ao custo de aproximadamente 120 mil reais (CONSEP, 2016a).

Dentre as ações do CONSEP destaca-se que, por sua natureza, permite organizar pessoas e segmentos da sociedade civil para agir nas raízes de problemas crônicos que normalmente deságuam em crimes, como o ingresso de adolescentes e jovens no mundo das drogas, o desemprego e o alijamento social. É também o local de debate e de promoção da solidariedade entre vizinhos, entre condôminos, entre classes profissionais ou segmentos da comunidade que de algum modo estejam mais expostos à ameaça da criminalidade, como taxistas, motoristas e auxiliares de coletivos, proprietários de estabelecimentos comerciais, comunidade escolar e outros. É, ainda, o meio de se criarem redes de proteção, nas quais indivíduos reúnem-se e discutem alternativas para colaborar com atitudes e cuidados objetivos no seu dia a dia, para que infratores da lei tenham minimizado as possibilidades de atingir seus intentos delituosos, obstaculizando, portanto as oportunidades para a prática de infrações, especialmente as que interferem mais na tranquilidade pública. Dessa forma, o CONSEP pode vir a ser o que já representa em essência: um espaço fundamental na edificação de um mundo mais solidário, menos violento, mais organizado, mais livre (CONSEP, 2016b).

A figura 3 apresenta inicialmente a evolução da juventude vulnerável entre os anos de 1991 e 2010, tanto em Minas Gerais, quanto em Unaí. Embora não constem informações quanto ao ano de 1991, os dados dos anos 2000 e de 2010 demonstram que houve redução nesse percentual tanto no Estado, quanto no Município. Por outro lado, o número geral de homicídios no Município cresceu, enquanto os homicídios entre os jovens mantiveram-se praticamente estáveis. Os dados indicam que, embora a juventude vulnerável esteja diminuindo, os números relacionados aos homicídios não seguem a mesma tendência. Estes resultados conferem com o que foi apontado tanto por Monteiro e Saravali (2015), quanto por Zaluar (2012), que afirmam que pobreza e violência são circunstâncias que não estão necessariamente relacionadas.

Figura 3: Juventude Vulnerável / Homicídios e Homicídios Entre Jovens em Unai - MG



Fonte: Datapedia (2016).

Diante dessa realidade, a proposta pedagógica do PROAC é interdisciplinar e integra diferentes áreas do saber tais como ética, saúde, meio ambiente, trânsito, afetivo sexual, civismo, direitos humanos, segurança, prevenção do uso indevido de drogas, etc. Contam ainda com aulas teóricas e práticas, oficinas e palestras, visitas, atividades desportivas variadas (karatê, natação, etc.), bem como oficinas pedagógicas entre professores, alunos, familiares e parceiros. A carga horária do programa é de 685 horas.

O calendário de atividades do PROAC é anual com início e término coincidindo com o período letivo. A divulgação quanto às inscrições é realizada por meio de mídias sociais, rádio, televisão e anúncios em escolas da rede pública. Os formulários são preenchidos por famílias dos candidatos. Somente após visitas e análises socioeconômicas da assistência social é que se procede com a realização das matrículas.

Ao todo são disponibilizadas cerca de 50 vagas anuais. Conforme informações prestadas pelo Sr. Leandro Rufino Marques, Cabo da PMMG, também monitor e professor do programa, são recebidos entre 250 a 300 formulários de solicitação de matrícula em cada período. Além do mais, existe uma grande expectativa por parte das famílias que inscrevem seus filhos no programa, não somente de que eles sejam aceitos, mas que também permaneçam nele até o final, pois o PROAC tem sido compreendido com um importante suporte às mesmas (CONSEP, 2016a).

5.6 Resultados do Programa

Conforme documentos administrativos, a tabela 2 apresenta os números quanto à participação no programa entre os anos de 2007 a 2015. Observa-se o aumento médio anual de trinta para quarenta e cinco do número de vagas disponíveis a partir de 2012, bem como a quantidade de desistências do curso, totalizando 67 alunos, equivalente a 19% dos participantes.

Tabela 2: Histórico de participação no PROAC

ANO	Total de alunos	Desistência do curso	Envolvimento com o crime	Morte por envolvimento criminal	Sem histórico de envolvimento com o crime, após formatura
2007	32	4	4	2	28
2008	30	8	1	-	21
2009	32	5	2	-	25
2010	44	4	-	-	40
2011	32	4	3	-	25
2012	40	8	-	-	32
2013	44	6	-	-	38
2014	46	16	1	-	29
2015	46	12	-	-	34
Total	346	67	11	2	272

Fonte: CONSEP (2016a).

Por outro lado, o histórico de alunos que passaram pelo programa e que durante ou após o término do curso tiveram algum envolvimento com o crime decresceu significativamente ao longo dos períodos, sendo reduzido praticamente a zero nos últimos anos.

Do total de 346 alunos no período, 272 alunos concluíram o curso, um percentual de 78%. Desde a criação do programa, somente 02 alunos tiveram registros de envolvimento com o crime, resultando em morte, equivalente a 0,5% dos participantes em todos os períodos analisados (tabela 2).

O histórico de participação no PROAC revela um baixo percentual de alunos que se encontraram em situação de conflito com a lei após sua passagem pelo programa. Também demonstra que o PROAC é uma ferramenta que reduz as estatísticas de adolescentes envolvidos em atividades criminosas (FBSP; 2015) e que combate efetivamente o uso de jovens como mão de obra em atividades criminosas (BEATO; ZILLI, 2012).

5.6.1. Opinião dos Participantes: Alunos

Quanto à concepção avaliativa dos alunos sobre o programa, tanto para matriculados no ano de 2017 quanto para egressos, as questões apresentadas levaram em conta o contexto econômico e social do grupo, conforme pareamento na tabela 3 e seguintes.

Os Questionários 01 e 02 foram os instrumentos utilizados para a coleta de dados, tanto por alunos matriculados para em 2017, quanto por alunos egressos de anos anteriores. Os questionários subdividem-se em cinco partes, contendo o levantamento de informações pessoais, informações escolares, informações sociais e familiares, informações trabalhistas e de renda e informações sobre o PROAC.

Tabela 3: Dados Pessoais dos alunos

GRUPOS	VARIÁVEIS		ALUNOS			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES PESSOAIS	IDADE	14 anos	14	42%		
		15 anos	12	36%	8	25%
		16 anos	5	15%	7	22%
		17 anos	2	6%	6	19%
		18 anos			6	19%
		19 anos			2	6%
		20 ou mais			3	9%
		Total	33	100%	32	100%
	NATALIDADE	Unai	24	73%	26	81%
		Minas (outros)	5	15%	2	6%
		Brasília-DF	3	9%	3	9%
		Goiás			1	3%
		Rio de Janeiro	1	3%		
		Total	33	100%	32	100%
	ANO PROAC	Ano 2007			1	3%
		Ano 2012			3	10%
		Ano 2015			9	29%
		Ano 2016			18	58%
		Ano 2017	33	100%		
		Total	33	100%	31	100%

Fonte: Criado pelo autor

O Questionário 1 foi respondido voluntariamente por trinta e três de um total de aproximadamente quarenta alunos participantes do programa ao final do ano de 2017, de forma que contempla os participantes ao final de um ciclo letivo. A faixa etária dos participantes segue as normas e exigências do PROAC, portanto todos possuem entre 14 e 17 anos de idade, sendo que 78% possuem idade entre 14 e 15 anos e os demais, entre 16 a 17 anos.

Dentre os participantes um total de vinte e quatro pessoas nasceu em Unai, três em Brasília-DF e um no Rio de Janeiro, enquanto os demais nasceram em outras cidades mineiras. Uma vez que o endereço residencial dos alunos não foi identificado, com vistas à preservação do seu anonimato, destaca-se apenas que suas residências estão espalhadas por um total de 12 dos 43 bairros da cidade, distribuição considerada adequada, uma vez que

privilegia pessoas em regiões carentes, embora o local da residência não represente critério para participação do aluno no programa.

O Questionário 2 para alunos egressos foi respondido por um total de trinta e dois ex-alunos do PROAC e contempla participantes desde a primeira turma no ano de 2007 até à penúltima, em 2016. Devido à dificuldade de localização de alunos mais antigos a maioria dos egressos que responderam ao questionário participou do programa entre os anos de 2015 e 2016.

A faixa etária na qual se encontram é relativamente próxima à dos alunos matriculados em 2017, de forma que 65% dos participantes possui idade entre 15 e 17 anos, ao passo que 35% são maiores de 18 anos. A maioria dos egressos também é natural de Unaí, 81%, e residem dispersos em 14 dos 43 bairros da cidade.

Quanto ao aspecto educacional destacado na tabela 4, todos os participantes são ou foram alunos da rede pública de ensino do município, não sendo observados atrasos significativos quanto ao ano escolar entre os matriculados no PROAC no ano de 2017, tendo em vista que a grande maioria destes está prestes a concluir o ensino fundamental ou já está cursando o ensino médio. Do total de participantes 15% destes já reprovaram de ano letivo, porém, os motivos que levaram às reprovações escolares não foram identificados na pesquisa, uma vez que as possíveis causas pressupostas nos questionários (desinteresse, trabalho e drogas) não foram apontadas pelos alunos matriculados como fatores que influenciaram nas reprovações. Apenas um dos participantes apontou a atividade trabalhista não identificada como causa da perda de um ano escolar.

Quanto às pretensões para cursar faculdade, 75% dos entrevistados responderam afirmativamente ao interesse por um curso superior e a faculdade de Direito foi a opção mais

destacada, com 30% de interessados. Ressalta-se que este curso não é ofertado na cidade por instituições públicas, mas apenas por instituições privadas. Para manter a expectativa quanto ao curso superior pela rede pública os interessados devem deslocar-se para outras cidades onde existam ofertas públicas ou ingressar em programas de financiamento de ensino, ou quem sabe conseguirem bolsas de estudos.

Tabela 4: Informações Escolares dos Alunos

GRUPOS	VARIÁVEIS		ALUNOS			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES ESCOLARES	ESCOLARIDADE	6º ano	1	3%		
		8º ano	4	12%	2	6%
		9º ano	14	42%	1	3%
		Ensino médio	14	42%	25	78%
		Superior incompleto			4	13%
		Total	33	100%	32	100%
	ESTUDA	Não			2	6%
		Sim	33	100%	29	94%
		Total	33	100%	31	100%
	REPROV OU	Não	27	84%	24	75%
		Sim	5	16%	8	25%
		Total	32	100%	32	100%
	Razões	Desinteresse			3	38%
		Trabalho	1	20%	1	13%
		Outros	4	80%	4	50%
		Total	5	100%	8	100%
	PRETENDE CURSAR E. SUPERIOR	Não cursa, nem pretende	1	3%	3	9%
		Sim / pretende	25	76%	23	72%
		Sim / já cursa			6	19%
		Talvez / não sabe	7	21%		
		Total	33	100%	32	100%
	QUAL CURSO	Ciências agrárias ou afins	5	19%	2	6%
		Contábeis / Adm ou afins			2	6%
		Ciências da computação	3	12%		
		Ciências da saúde ou afins	2	8%	2	6%
		Direito	8	31%	12	39%
		Engenharia	3	12%		
		Outros	5	19%	13	42%
Total		26	100%	31	100%	

Fonte: Criado pelo autor

Quanto às informações escolares dos alunos egressos, 75% declararam nunca ter reprovado de ano escolar. Os 25% que já reprovaram não identificam nas drogas ou no trabalho o principal motivo para reprovação. Neste quesito os fatores que mais influenciaram foram o desinteresse e outros motivos não identificados na pesquisa. Um número considerável de participantes ainda está ligado ao contexto estudantil, pois 9% cursam o ensino fundamental, 53% estão cursando o ensino médio e 25% já o concluíram. 6% declararam que não estão a estudar no momento, enquanto 18% já ingressaram no ensino superior.

Embora o curso superior não seja parte da realidade de muitos deles, 71% declararam que pretendem ingressar na faculdade. A graduação em direito novamente foi a mais indicada, com 38% dos interesses. Para os que ainda estudam o horário das aulas também foi observado e apurou-se que 74% do grupo estudam no período da manhã.

O possível ingresso de esses jovens no ensino superior representa uma oportunidade clara de alcançar benefícios pessoais (BARROS; MENDONÇA, 1997) e para a economia do País (IPEA, 2011), o que pode gerar bem-estar particular e social, além de aumentar a expectativa de vida dos jovens (OECD, 2017).

Conforme tabela 5, quanto aos aspectos sociais e familiares dos alunos matriculados no ano de 2017 indicam que nenhum dos participantes declarou ter filhos. 42% dos alunos moram com pai e mãe ou com pai, mãe e irmãos; 30% moram somente com a mãe ou com a mãe e demais irmãos; 21% moram com outros membros da família, tais como avós, tios e irmãos, enquanto 6% moram somente com o pai ou moram sozinhos. Observando aspectos relacionados à convivência familiar, destaca-se que 15% dos alunos possuem o pai falecido e 6%, a mãe, totalizando 21% dos alunos que não tem mais a presença do pai ou a mãe. Dos demais, 42% declararam que os pais vivem juntos e 27%, separados. 45% residem com quatro, cinco ou mais pessoas na mesma moradia.

Tabela 5: Informações Sociais e Familiares dos Alunos

GRUPOS	VARIÁVEIS		ALUNOS			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES	ESTADO CIVIL	Solteiro	33	100%	30	94%
		Casado			1	3%
		União estável			1	3%
		Total	33	100%	32	100%
	COM QUEM MORA	Pai, somente	1	3%	1	3%
		Pai e mãe, somente	4	12%	5	16%
		Pai, mãe e irmãos	10	30%	13	41%
		Mãe, somente	7	21%	5	16%
		Mãe e irmãos	3	9%	3	9%
		Irmãos, somente	1	3%	2	6%
		Outros	6	18%	2	6%
		Mora só	1	3%		
		Cônjuge			1	3%
		Total	33	100%	32	100%
	PAIS DOS PAIS	Pai, somente	5	71%	4	100%
		Mãe, somente	2	29%		
		Total	7	100%	4	100%
	SITUAÇÃO DOS PAIS	Vivem juntos	14	47%	18	58%
		Vivem separados	16	53%	13	42%
		Total	30	100%	31	100%
	QUANTOS MORAM JUNTOS	Mora só	1	3%		
		Duas pessoas	2	6%	5	16%
		Três pessoas	9	27%	3	9%
		Quatro pessoas	5	15%	15	47%
		Cinco pessoas	10	30%	4	13%
		Seis pessoas ou mais	6	18%	5	16%
		Total	33	100%	32	100%
	FAMILIAR DEPENDENTE	Pai	1	3%	1	3%
		Mãe	1	3%		
		Outros	10	31%	5	17%
		Não	20	63%	24	80%
		Total	32	100%	30	100%
AMIGOS QUE USAM DROGAS	Não	13	39%	9	29%	
	Sim	17	52%	10	32%	
	Não sabe	3	9%	12	39%	
	Total	33	100%	31	100%	
AMIGOS ALCOÓL ATRAS	Não	14	42%	10	31%	
	Sim	16	48%	14	44%	
	Não sabe	3	9%	8	25%	
	Total	33	100%	32	100%	
CREDO	Não participa	5	15%	7	22%	
	Católico	18	55%	15	47%	
	Evangélico	9	27%	9	28%	
	Espírita			1	3%	
	Outros	1	3%			
	Total	33	100%	32	100%	

Fonte: Criado pelo autor

Tanto o consumo quanto ao tráfico de drogas foi identificado por Beato e Zilli (2012) como parte integrante da realidade juvenil brasileira. Zaluar e Barcellos (2013), por sua vez, destacaram o papel e influência dos amigos no padrão de comportamento juvenil.

Na opinião dos participantes o consumo de drogas e álcool por parte de familiares foi negado por 62% destes, enquanto 31% declararam que possuem outros familiares dependentes de algum tipo de entorpecentes. Nos ciclos de amizades, 39% declararam que não possuem amigos consumidores de drogas, mas 51% responderam que possuem amigos que as utilizam. Quanto ao consumo de álcool, 42% afirmaram quem não tem amigos alcoólatras e 48% declararam que os seus amigos consomem bebidas alcoólicas de forma recorrente.

As observações quanto ao perfil religioso identificaram que 54% são católicos, 27%, evangélicos e 18% pertencem a outros grupos ou não participam. Quanto ao âmbito familiar dos alunos egressos observou-se que 93% são solteiros. Apenas um jovem é casado e outro vive em situação conjugal estável. Nenhum deles tem filhos. Um ponto comum é o fato de que todos vivem direta ou indiretamente no mesmo ambiente familiar que os pais, ou somente com o pai e irmãos, ou somente com a mãe e irmãos. A média de pessoas residentes no mesmo lar é de quatro a cinco pessoas. Quanto à situação conjugal dos pais identificou-se que 58% vivem juntos, ao passo que 41%, separados. Ressalta-se que neste último percentual a viuvez é responsável por 12% das causas.

A maioria dos participantes também declarou que são poucos os que no convívio familiar são dependentes de drogas ou álcool, sendo este quesito negado por 80% do grupo. Os demais que responderam positivamente à pergunta identificaram os dependentes como outros familiares, isto é, não se trata de pai, mãe ou irmãos. Por outro lado, nos ciclos de amizades o álcool e as drogas não estão tão distantes. 32% declararam que possuem amigos

que fazem uso de drogas e 43% responderam que amigos consomem álcool excessivamente. O percentual dos que não participam de nenhum movimento religioso é de 21%, enquanto 46% são católicos, 28%, evangélicos e 3%, espíritas.

Tabela 6: Informações Trabalhistas e de Renda dos Alunos

GRUPOS	VARIÁVEIS		ALUNOS			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES TRABALHISTAS E DE RENDA	TRABALHA	Sim	3	9%	14	44%
		Não	29	91%	18	56%
		Total	32	100%	32	100%
	SETOR DE ATIVIDADE	Jovem aprendiz	1	33%		
		Outras	2	67%	9	64%
		Oficina / mecânica			2	14%
		Comércio			3	21%
		Total	3	100%	14	100%
	RENDA PRÓPRIA	Sem remuneração	1	100%	1	7%
		Até 1/2 salário			8	53%
		Entre 1/2 e um salário			5	33%
		Entre um e dois salários			1	7%
		Total	1	100%	15	100%
	QUANTOS TRABALHAM	Nenhum	6	21%	1	4%
		Uma pessoa	10	34%	5	19%
		De duas a quatro pessoas	11	38%	19	73%
		Cinco ou mais pessoas	2	7%	1	4%
		Total	29	100%	26	100%
	MAIOR RENDA	O entrevistado			1	3%
		Os pais	28	85%	29	94%
		Outras	5	15%	1	3%
		Total	33	100%	31	100%
	TOTAL DA RENDA FAMILIAR	Até um salário	14	44%	8	26%
		Até dois salários	10	31%	14	45%
		Até três salários	7	22%	7	23%
		Mais de três salários	1	3%	2	6%
		Total	32	100%	31	100%
MORADIA	Própria	20	69%	23	85%	
	Alugada	6	21%	3	11%	
	Emprestada / cedida	3	10%	1	4%	
	Total	29	100%	27	100%	

Fonte: Criado pelo autor

Conforme tabela 6, quanto às informações sobre trabalho e renda para os alunos matriculados em 2017, 90% declararam que não trabalham, enquanto 9% afirmaram que já estão no mercado de trabalho. O jovem aprendiz, previsto na legislação trabalhista para menores de 18 anos foi identificado como uma das atividades exercidas, havendo ainda aqueles que declararam que trabalham, mas sem remuneração.

No convívio familiar 20% declararam que não existem pessoas com renda fixa em casa, 34% declararam que apenas um membro da família trabalha fora de casa e 37% afirmaram que entre 2 a 4 pessoas trabalham fora. Os pais foram identificados como os principais provedores do lar, com 84% das opiniões, enquanto 15% declararam que a renda familiar provem de outras fontes. O total da renda familiar é de até um salário mínimo dentre 43% dos participantes; 52% tem renda entre dois e três salários mínimos; apenas 3% tem renda acima de 3 salários mínimos. Quanto à moradia, 69% declararam que vivem em casa própria, 21% em residências alugadas e 10% em locais emprestados ou cedidos por terceiros.

Para os alunos egressos as questões ligadas ao trabalho e à renda identificaram que 43% dos entrevistados já estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto 56%, não. Dentre os que trabalham 35% estão ligados ao comércio em geral, como lojas e oficinas, mas a maioria desenvolve outras atividades que não foram identificadas na pesquisa.

Os pais foram identificados por 93% dos entrevistados como os principais responsáveis pelo orçamento familiar. Para 25% do grupo o valor total da renda familiar não é superior a um salário mínimo; enquanto para 45% ela chega até dois salários. 22% responderam que este total é de até três salários e 6% afirmaram que ela é superior a três salários. A moradia é própria para 85% do grupo, enquanto para 11% é alugada e para 3%, emprestada ou cedida.

Tabela 7: Informações sobre o PROAC: Alunos

GRUPOS	VARIÁVEIS		ALUNOS			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES SOBRE O PROAC	PARTICIPAÇÃO NO PROAC	Não sabe se fez/fará diferença			1	3%
		Fez/fará pouca diferença	1	3%	1	3%
		Fez/fará muita diferença	32	97%	29	94%
		Total	33	100%	31	100%
	MELHOR OPORTUNIDADE	Não concordo, nem discordo	1	3%	2	6%
		De acordo	16	48%	10	32%
		Totalmente de acordo	16	48%	19	61%
		Total	33	100%	31	100%
	DESEMPENHO ESCOLAR	Discordo	1	3%		
		Não concordo, nem discordo	7	21%	2	6%
		De acordo	12	36%	15	48%
		Totalmente de acordo	13	39%	14	45%
		Total	33	100%	31	100%
	VISÃO DO MUNDO	Discordo	2	6%		
		Não concordo, nem discordo	2	6%		
		De acordo	11	33%	22	71%
		Totalmente de acordo	18	55%	9	29%
		Total	33	100%	31	100%
	RELACIONAMENTO FAMILIAR	Discordo	1	3%		
		Não concordo, nem discordo	4	12%	1	3%
		De acordo	12	36%	17	55%
		Totalmente de acordo	16	48%	13	42%
		Total	33	100%	31	100%
	AMIZADES	Discordo	2	6%		
		Não concordo, nem discordo	3	9%	1	3%
		De acordo	14	44%	14	45%
		Totalmente de acordo	13	41%	16	52%
		Total	32	100%	31	100%
VALORES RELIGIOSOS	Discordo totalmente	1	3%	3	10%	
	Discordo	5	15%	3	10%	
	Não concordo, nem discordo	16	48%	5	16%	
	De acordo	6	18%	14	45%	
	Totalmente de acordo	5	15%	6	19%	
	Total	33	100%	31	100%	

Fonte: criado pelo autor

Zaluar (2012) identificou que a maioria das políticas públicas são ineficazes quanto ao combate da violência dentre a juventude, enquanto Koury (2011) apontou para os problemas relacionados ao desvirtuamento de recursos para a educação, saúde e geração de empregos, sendo que estes fatores comprometem significativamente a qualidade dos resultados

esperados. Por outro lado, as informações sobre o PROAC revelam que para os alunos matriculados no ano de 2017 a participação no programa fará muita diferença para 97% deles, enquanto 3% entenderam que o programa fará pouca diferença em suas vidas. Isso demonstra que embora os recursos no programa sejam escassos, para os que dele participam ele representa o melhor dos mundos.

Conforme tabela 7, um total de 96% dos participantes está de acordo ou totalmente de acordo de que o PROAC foi a melhor oportunidade disponível na cidade para o seu aperfeiçoamento estudantil e futuramente profissional.

Gomes et al. (2013) afirmam que a violência juvenil é um problema a ser enfrentado dentro das salas de aula. No PROAC, a melhoria no desempenho escolar foi identificada significativamente por 75% dos participantes depois que ingressaram no programa, enquanto 23% discordam dessa opinião. De qualquer forma os números podem ser considerados positivos porque atribuem melhorias ao desempenho dos alunos.

Quanto à visão de mundo, 12% discordam ou se mostraram neutros quanto à influência do programa sobre a forma como se relacionam com as pessoas, mas 87% veem de outra forma e estão de acordo ou totalmente de acordo quanto ao papel positivo do programa em sua compreensão de valores.

O entendimento de que o convívio familiar melhorou significativamente foi reconhecido por 84% dos participantes, enquanto 15% do grupo não identificaram melhorias. Os ciclos de amizades também foram melhorados segundo a opinião de 81% dos participantes, enquanto 18% discordam dessa opinião.

Por fim, 66% não identificaram melhorias significativas quanto aos valores religiosos, mas 33% afirmaram que houve mudanças em caráter positivo. Estes percentuais contrastam

com estudos que identificaram a religião como um mecanismo de combate (HILDEBRAND et al., 2015) e prevenção à violência doméstica (RIBEIRO; DE SOUZA MINAYO, 2014), e como razões que explicam os poucos homicídios ocorridos em um município analisado (SILVA; VALADARES; SOUZA, 2013).

Para os alunos egressos a participação no PROAC revelou que o percentual dos que responderam afirmativamente que o programa fez muita diferença em suas vidas foi de 93% do grupo. Este mesmo percentual também respondeu que estão de acordo ou totalmente de acordo quanto ao programa ser a melhor oportunidade que encontraram na cidade para o seu aperfeiçoamento estudantil e futuramente profissional.

No quesito estudantil, novamente 93% afirmaram estar de acordo ou totalmente de acordo quanto ao fato de que o programa contribuiu significativamente para o desempenho escolar. Indica que Para todos os entrevistados o PROAC melhorou significativamente a visão do mundo, especialmente no que se refere à forma de se relacionar com outras pessoas.

Resultado próximo foi novamente observado quanto à opinião sobre as melhorias no convívio familiar, apontado por 96% dos participantes como uma consequência do programa. A questão que obteve percentuais menos expressivos foi em relação à influência positiva do programa sobre os valores religiosos dos participantes. Não obstante, 19% responderam que não houve contribuição, enquanto, por outro lado, 64% responderam que sim, isto é, que o programa influenciou positivamente em seus valores religiosos.

5.6.2. Opinião dos Participantes: Familiares

Semelhantemente aos critérios utilizados para obtenção de opiniões dos alunos, o Questionário 03 foi aplicado tanto para familiares de alunos matriculados em 2017, quanto

para os familiares dos egressos, de forma que os dados foram pareados e analisados sequencialmente conforme tabela 8 e seguintes.

O Questionário 3 foi respondido por um total de trinta familiares de alunos matriculados no ano de 2017, não havendo identificação entre grau de parentesco ou distinção entre sexos, mas apenas da faixa etária. Desse total 6% dos familiares possuem entre 17 a 29 anos de idade, 40% entre 30 a 39 anos, 30% entre 40 a 49 anos, enquanto 23% estão entre os 50 e 59 anos de idade.

Tabela 8: Informações Pessoais: Familiares

GRUPOS	VARIÁVEIS		FAMILIARES			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES PESSOAIS	FAIXA ETÁRIA	17-29 anos	2	7%	3	10%
		30-39 anos	12	40%	12	39%
		40-49 anos	9	30%	12	39%
		50-59 anos	7	23%	4	13%
		Total	30	100%	31	100%
	NATALIDADE	Unai	17	57%	21	70%
		Minas (outros)	8	27%	7	23%
		DF	3	10%	2	7%
		Goiás	2	7%	0	0%
		Total	30	100%	30	100%

Fonte: Criado pelo autor

Aqueles que são naturais de Unai representam 56% do grupo e os demais familiares são oriundos de outros municípios de Minas, Goiás e do Distrito Federal. Suas residências estão dispersas por 13 dos 43 bairros da cidade. O Questionário 03 também foi respondido por mais trinta e um familiares de alunos egressos do programa dentre os anos de 2007 a 2016, com o levantamento das mesmas informações e apresentação das mesmas perguntas para respostas. A maioria do grupo, 24 pessoas, possui idade entre 30 e 60 anos. O número de familiares naturais de Unai também representa considerável maioria, com 70% dos participantes.

Conforme tabela 9, o percentual de familiares dos alunos matriculados em 2017 com o ensino fundamental incompleto é de 36% e de 13% para aqueles com o ensino fundamental completo; os que possuem o ensino médio incompleto e o completo somam 36%; curso superior incompleto e completo, 10%. Ao todo, 83% não estudam, enquanto os demais ainda frequentam salas de aula. O percentual de reprovação dentre os familiares foi apontado por 56% dos entrevistados, sendo que o trabalho foi indicado por 53% destes como a maior causa para as reprovações escolares, seguido pelo desinteresse, responsável por 23% das opiniões.

Tabela 9: Informações Escolares dos Familiares

GRUPOS	VARIÁVEIS		FAMILIARES			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES ESCOLARES	ESCOLARIDADE	Fundamental incompleto	11	37%	7	23%
		Fundamental completo	4	13%	3	10%
		Médio incompleto	6	20%	5	16%
		Médio completo	5	17%	12	39%
		Superior incompleto	1	3%	2	6%
		Superior completo	3	10%	2	6%
		Total	30	100%	31	100%
	ESTUDA	Não	25	83%	27	87%
		Sim	5	17%	4	13%
		Total	30	100%	31	100%
	REPROVOU	Não	13	43%	18	60%
		Sim	17	57%	12	40%
		Total	30	100%	30	100%
	Razões	Desinteresse	4	24%	6	40%
		Trabalho	9	53%	4	27%
		Gravidez	1	6%	3	20%
		Outros	3	18%	2	13%
		Total	17	100%	15	100%

Fonte: Criado pelo autor

Quanto aos familiares dos alunos egressos, 39% do grupo possui o ensino médio completo, o que corresponde praticamente à metade dos participantes. A maioria deles está fora do contexto escolar e não mais estuda, representando 87%. Dentre os 40% que já reprovaram quando ainda estudava, o mesmo percentual alegou que o desinteresse foi a principal causa, seguido pela necessidade de trabalhar.

Tabela 10: Informações Sociais dos Familiares

GRUPOS	VARIÁVEIS		FAMILIARES			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES	ESTADO CIVIL	Solteiro	11	38%	8	26%
		Casado	11	38%	12	39%
		União estável	4	14%	8	26%
		Divorciado	3	10%	3	10%
		Total	29	100%	31	100%
	QUANTIDADE DE FILHOS	Um filho	7	24%	3	12%
		Dois filhos	9	31%	10	38%
		Três filhos	4	14%	7	27%
		Quatro filhos	3	10%	2	8%
		Cinco filhos	2	7%	2	8%
		Seis filhos ou mais	4	14%	2	8%
		Total	29	100%	26	100%
	PAIS FALECIDOS	Pai, somente	10	63%	7	54%
		Mãe, somente	2	13%	4	31%
		Pai e mãe	2	13%	2	15%
		Não conheceu os pais	2	13%		0%
		Total	16	100%	13	100%
	QUANTOS MORAM JUNTOS	Duas pessoas	2	7%	4	13%
		Três pessoas	9	31%	5	16%
		Quatro pessoas	6	21%	14	45%
		Cinco pessoas	10	34%	3	10%
		Seis pessoas ou mais	2	7%	5	16%
		Total	29	100%	31	100%
	FAMILIAR DEPENDENTE	Filhos	1	3%		0%
		Cônjuge			3	11%
		Irmãos	3	10%	3	11%
		Outros	4	14%	2	7%
		Não	21	72%	20	71%
		Total	29	100%	28	100%
AMIGOS QUE USAM DROGAS	Não	24	83%	26	84%	
	Sim	3	10%	3	10%	
	Não sabe	2	7%	2	6%	
	Total	29	100%	31	100%	
AMIGOS ALCOÓLA TRAS	Não	20	69%	20	67%	
	Sim	8	28%	8	27%	
	Não sabe	1	3%	2	7%	
	Total	29	100%	30	100%	
CREDO	Não participa	2	7%	2	6%	
	Católico	22	76%	20	65%	
	Evangélico	5	17%	8	26%	
	Espírita			1	3%	
	Total	29	100%	31	100%	

Fonte: Criado pelo autor

Conforme tabela 10, quanto às informações sociais dos familiares dos alunos matriculados em 2017, o percentual de familiares solteiros, bem como o de casados é de 38%. Os que vivem em união estável representam 14%, enquanto os divorciados somam 10%. Um total de 24% dos familiares possui apenas um filho, 45% possuem entre dois e três filhos, 17% entre quatro e cinco filhos, enquanto 14% têm seis filhos ou mais.

O número de familiares que declararam que ainda convivem com os seus pais foi de 45%, enquanto 66% possuem o pai vivo e 93%, a mãe, o que permite identificar que é considerável o percentual de alunos matriculados que convivem tanto com os pais, quanto com os avós. Dentre duas a quatro pessoas convivem no mesmo lar para um total de 58% dos familiares, enquanto 42% residem com cinco ou mais pessoas.

O percentual de pessoas na família que não é dependente químico ou de álcool é de 72%. Por outro lado, 14% responderam que possuem filhos ou irmãos dependentes, enquanto os demais apontaram outros familiares, não diretamente residentes sob o mesmo teto. O uso de drogas por parte de amigos dos familiares também não foi identificado em 83% dos entrevistados e apontado por 10% do grupo, enquanto os demais afirmaram não saber.

Já o percentual de amigos que fazem uso excessivo de álcool também foi negado por 69% dos familiares, enquanto 27% ter amigos alcoólatras. O número dos familiares que não participa de nenhum movimento religioso é de 7%; católicos somam 76% e evangélicos, 17%.

Os familiares dos alunos egressos possuem perfis semelhantes. A média de casados e divorciados é praticamente a mesma. O percentual de familiares que possuem dois filhos é de 38%. Já a quantidade de pessoas que vivem sob o mesmo teto, 45% declararam que vivem quatro pessoas, o que indica a convivência dos casais, com a média de dois filhos por casal.

Expressivamente, 71% dos participantes declararam não possuir nenhum familiar dependente químico ou de álcool. O uso de drogas nos ciclos de amizade foi negado por 84% do grupo, enquanto 67% afirmaram não possuir amigos alcoólatras. Por fim, o credo religioso também possui números semelhantes aos dos familiares do outro grupo.

Tabela 11: Informações Trabalhistas e de Renda dos Familiares

GRUPOS	VARIÁVEIS		FAMILIARES			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES TRABALHISTAS E DE RENDA	TRABALHA	Sim	19	66%	20	67%
		Não	10	34%	10	33%
		Total	29	100%	30	100%
	SETOR DE ATIVIDADE	Ambulante			1	5%
		Comércio	6	32%	7	33%
		Oficina / mecânica	1	5%	1	5%
		Outras	11	58%	12	57%
		Zona rural	1	5%		
		Total	19	100%	21	100%
	RENDA PRÓPRIA	Menos de um salário	3	16%	7	29%
		Entre um e dois salários	14	74%	16	67%
		Entre dois e três salários	2	11%	1	4%
		Total	19	100%	24	100%
	QUANTOS TRABALHAM	Nenhum	3	10%	1	4%
		Uma pessoa	13	45%	8	29%
		De duas a quatro pessoas	11	38%	18	64%
		Cinco ou mais pessoas	2	7%	1	4%
		Total	29	100%	28	100%
	MAIOR RENDA	O(a) entrevistado(a)	19	68%	11	38%
		Cônjuge	7	25%	14	48%
		Outras	2	7%	4	14%
		Total	28	100%	29	100%
	TOTAL DA RENDA FAMILIAR	Até um salário	10	34%	7	23%
		Até dois salários	13	45%	11	37%
		Até três salários	4	14%	9	30%
		Mais de três salários	2	7%	3	10%
		Total	29	100%	30	100%
	MORADIA	Própria	20	69%	26	87%
Alugada		6	21%	3	10%	
Emprestada / cedida		3	10%	1	3%	
Total		29	100%	30	100%	

Fonte: Criado pelo autor

Conforme Tabela 11, quanto ao levantamento de informações sobre trabalho e renda dos familiares dos alunos matriculados em 2017, apurou-se que 65% dos destes trabalham, enquanto 35%, não. Dos que trabalham 32% atuam no comércio local, enquanto 58% realizam outras atividades não identificadas. 16% respondeu que recebe individualmente menos de um salário mínimo por mês, enquanto 34% do grupo respondeu que a soma total da renda familiar não chega a esse mesmo valor.

O valor mensal individual entre um e dois salários é recebido por 74% por participantes e 10% recebe entre dois e até três salários mensais. Para 45% do grupo o total da renda mensal é de até dois salários, para os demais é de até três salários ou mais.

Dentre os familiares entrevistados, 10% responderam que nenhum membro da família trabalha. O percentual de lares onde somente uma pessoa trabalha é de 45% dos casos, enquanto 38% possuem entre 2 a 4 pessoas trabalhadores e 7% cinco ou mais no mercado de trabalho. Um total de 70% dos familiares entrevistados declarou ser o principal responsável pelo sustento no lar, enquanto 25% apontaram o cônjuge. Quanto às condições de moradia, 69% vivem em casa própria, 21%, alugada e os demais vivem em residências emprestadas ou cedidas. A atividade trabalhista estável tem seu papel reconhecido no contexto familiar porque além de prover o sustento necessário para cada família, também contribui para a redução da violência doméstica (HILDEBRAND et al., 2015).

Quanto aos familiares dos alunos egressos, os percentuais dos que trabalham e dos que não trabalham são basicamente os mesmos do outro grupo. De igual forma, o comércio concentra as atividades trabalhistas de 33% desses e outras, embora 57% sobreviva a partir de atividades não identificadas. 67% declararam que recebem entre um e dois salários mínimos e 64% das famílias possuem entre duas a quatro pessoas que trabalham e contribuem com a renda familiar. Em média, o cônjuge dos entrevistados é o responsável por prover a maior

renda familiar. O total da renda familiar é de até dois salários para 37% do grupo e de até três salários para 30%. A casa é própria para 87% do grupo.

Tabela 12: Informações dos Familiares sobre o PROAC

GRUPOS	VARIÁVEIS		FAMILIARES			
			MATRICULADOS		EGRESSOS	
			Quant.	%	Quant.	%
INFORMAÇÕES SOBRE O PROAC	PARTICIPAÇÃO DO FILHO NO PROAC	Não sabe se fez/fará diferença	5	20%	2	6%
		Fez/fará pouca diferença			1	3%
		Fez/fará muita diferença	20	80%	28	90%
		Total	25	100%	31	100%
	MELHOR OPORTUNIDADE	Discordo				
		Não concordo, nem discordo	2	8%	1	3%
		De acordo	9	38%	7	23%
		Totalmente de acordo	13	54%	23	74%
		Total	24	100%	31	100%
	DESEMPENHO ESCOLAR	Discordo	1	4%		
		Não concordo, nem discordo	4	17%	5	16%
		De acordo	13	54%	10	32%
		Totalmente de acordo	6	25%	16	52%
		Total	24	100%	31	100%
	VISÃO DO MUNDO	Discordo				
		Não concordo, nem discordo	3	13%	3	10%
		De acordo	11	46%	10	32%
		Totalmente de acordo	10	42%	18	58%
		Total	24	100%	31	100%
	RELACIONAMENTO FAMILIAR	Discordo	1			
		Não concordo, nem discordo	4	17%	5	16%
		De acordo	13	54%	11	35%
		Totalmente de acordo	6	25%	15	48%
		Total	24	96%	31	100%
	AMIZADES	Discordo				
		Não concordo, nem discordo	4	17%	5	16%
		De acordo	13	54%	11	35%
		Totalmente de acordo	7	29%	15	48%
Total		24	100%	31	100%	
VALORES RELIGIOSOS	Discordo totalmente			1	3%	
	Discordo	2	8%	3	10%	
	Não concordo, nem discordo	9	38%	4	13%	
	De acordo	9	38%	9	29%	
	Totalmente de acordo	4	17%	14	45%	
	Total	24	100%	31	100%	

Fonte: Criado pelo autor

Conforme tabela 12, quanto às informações sobre o PROAC, as respostas dos familiares foram obtidas com base na percepção que tiveram quanto à participação do aluno no programa.

Quanto à opinião dos familiares dos alunos matriculados em 2017 acerca da participação dos seus filhos no programa, para 80% do grupo essa participação foi identificada como algo que faz ou fará muita diferença em suas vidas, enquanto para 20% desse grupo ainda permanece a incerteza quanto à questão, isto é, embora não haja quem tenha negado, não souberam responder nem que sim, nem que não. 79% dos familiares também estão de acordo que a participação do aluno no programa melhorou o seu desempenho escolar, enquanto os demais discordaram ou não souberam responder.

Quanto à visão do mundo, 87% das opiniões dos familiares foram positivas quanto à influência do programa no que se refere à visão do mundo dos seus filhos, indicando que o programa é uma oportunidade para abertura de novos horizontes. 4% dos familiares discordam da influência do programa quanto às melhorias no relacionamento dos filhos, especialmente no âmbito familiar. 17% do grupo mostraram-se neutros quanto a este quesito. Todavia, para 79% dos participantes o progresso nesse quesito foi graças à participação dos seus filhos no programa.

Na opinião de 17% dos familiares os ciclos de amizades dos filhos não melhoraram, nem pioraram. Contudo, para os demais, isto é, 83% responderam que houve melhorias significativas nos círculos de relacionamentos dos filhos.

Quanto à observação de melhorias ou não no que se refere a valores religiosos, 8% dos familiares responderam que o PROAC não causou nenhuma interferência, enquanto 37%

mostraram-se neutros, mas 54% responderam que a participação no programa contribuiu para o progresso dos valores religiosos dos filhos.

Para os familiares dos alunos egressos, na opinião de 90% deles a participação dos seus filhos no programa fez ou fará muita diferença em suas vidas. 23% do grupo está de acordo e 74% totalmente de acordo quanto ao programa ser a melhor oportunidade disponível na cidade para os adolescentes.

Graças à participação dos filhos no programa, 32% dos familiares estão de acordo e 52% totalmente de acordo quanto às melhorias no seu desempenho escolar. Quanto à visão do mundo a partir dos filhos, a opinião de 58% dos familiares mostrou-se totalmente de acordo quanto à ampliação dos horizontes dos filhos.

Quanto ao relacionamento familiar, 35% dos familiares estão de acordo e 48% totalmente de acordo quanto à influência positiva do programa nesse quesito, sendo os mesmos percentuais observados quanto à influência do programa sobre os grupos de amigos dos filhos.

No aspecto religioso 29% dos familiares declararam estar de acordo quanto à influência positiva do programa, enquanto 45% declararam estar totalmente de acordo.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as limitações identificadas na pesquisa destaca-se inicialmente a complexidade para analisar grupos de adolescentes, cuja literatura aponta como fase etária transitória e instável em seus diferentes aspectos.

No processo de levantamento dos dados foi possível identificar que as famílias em condições sociais mais precárias (casas mais simples, moradias mais afastadas do centro da

cidade) foram as que mais se prontificaram em participar da pesquisa, assim como as que mais teceram elogios ao programa. Quanto mais carente o ambiente demonstrava ser, mais receptivo foi ao pesquisador e mais elogios foram expressos sobre o PROAC.

A maioria dos alunos, tanto matriculados no ano de 2017 quanto egressos, assim como os seus familiares, de modo geral avaliou positivamente ao PROAC, indicando com isto que o programa atende às expectativas dos participantes, sendo considerado, portanto, um programa eficaz no que se propõe realizar.

O valor dos gastos anuais estimados em torno de 120 mil reais é baixo se comparado com os efeitos produzidos nos adolescentes e famílias beneficiadas pelo programa. Os resultados são perceptíveis uma vez que 99,5% de todos os participantes ao longo dos períodos, embora pertencessem ou ainda pertençam a contextos sociais vulneráveis, não foram identificados em conflito com a lei.

Embora a violência seja um fenômeno crescente no Brasil, especialmente em meio à juventude, assim como a população carcerária no Brasil; embora a baixa escolaridade dentre os jovens presos e o alto percentual destes em relação aos demais presidiários demonstre o seu distanciamento do contexto escolar; com base nas respostas tanto dos alunos, quanto dos familiares, as ações do PROAC em Unai podem e devem ser replicadas por demais unidades da federação que apresentem quadros sociais semelhantes.

5.8 REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS ESTUDO III

AZEVEDO, D. C. de; BURLANDY, L. Política de Combate à Pobreza no Brasil: Concepções e Estratégias. **Katálysis**. V. 13, n. 2, p. 201-209, Jul./dez. 2010.

BARBOSA-PEREIRA, A. Os "rolezinhos" nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 1, p. 545-557, 2016.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão nº 525, Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BATISTA, A. S. et al. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 433-457, mai./ago. 2016.

BEATO, C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, 2012.

BOMFIM DIAS, A.; DE OLIVEIRA CUNHA, E.; BUSTAMANTE DEJO, V. N.. Medida educativa estabelecida em razão do porte ilegal de drogas: relato de experiência. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 58, p. 767-776, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1118>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

BRASIL. Relatório Brasileiro Sobre Desenvolvimento Social. Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, fev. 1995. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, v. 9, n. 24, p. 74, mai./ago. 1995.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Juventude Viva: Homicídios e juventude no Brasil**. Mapa da violência 2013. Créditos de Julio Jacobo Waiselfisz. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN** – Junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/mj->

[divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf](#). Acesso em: 24 out. 2016.

COHN, A. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. **IPEA: Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 12, p. 1-20, jun./dez. 1995.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE UNAÍ (CONSEP). **Projeto Político Pedagógico: Programa Adolescente Cidadão (PROAC)**. Unaí, MG: CONSEP; PMMG, 2016a.

_____. **Estatuto**. Unaí, MG: CONSEP; PMMG, 2016b.

COSTA, A. G. et al. Drogas em áreas de risco: o que dizem os jovens. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 803-819, 2012.

DATAPEDIA (2016). **Jovens Vulneráveis: Evolução - Percentual de Pessoas de 15 a 24 Anos Que Não Estudam Nem Trabalham e São Vulneráveis à Pobreza (1991 - 2010)**. Disponível em: < <https://www.datapedia.info/public/cidade/6110/mg/unai#jovens-vulneraveis>>. Acesso em 14 mar 2018.

DATAPEDIA (2016). **Homicídios: Evolução - Número de Homicídios (2008 - 2012)**. Disponível em < <https://www.datapedia.info/public/cidade/6110/mg/unai#homicidios> >. Acesso em 14 mar 2018.

DATAPEDIA (2016). **Homicídios Entre Jovens: Evolução - Número de Homicídios de Jovens (2008 - 2012)**. Disponível em < <https://www.datapedia.info/public/cidade/6110/mg/unai#homicidios-jovens>>. Acesso em 14 mar 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. Ano 8. São Paulo, 2014.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Ano 9. São Paulo, 2015.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. Ano 10. São Paulo, 2016.

GOMES, C. A. et al. Violências nas escolas: decifrai-me ou vos devoro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 71, p. 39-59, 2013.

HILDEBRAND, N. A. et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 213-221, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528201>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicados do IPEA nº 75**, fevereiro de 2011.

KOURY; M. G. P. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 26, n. 3, p. 471-485, set./dez. 2011.

LIMA, R. S. de; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 123-144, jan./abr. 2015.

MAGALHÃES CARVALHO, Q. C. et al. Violência contra criança e adolescente: reflexão sobre políticas públicas. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 9, n. 2, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO, T. A.; SARAVALI, E. G.. Crenças sobre violência: um estudo brasileiro a partir do referencial piagetiano. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 33, n. 2, 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2017), *Education at a Glance 2017: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>>. Acesso em 12/09/2017.

PINTO, R. M. N.; DE OLIVEIRA, C. B. Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento discursivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Curitiba, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916000147>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

RIBEIRO, F. M. L.; DE SOUZA MINAYO, M. C.. O papel da religião na promoção da saúde, na prevenção da violência e na reabilitação de pessoas envolvidas com a criminalidade: revisão de literatura. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 6, 2014.

SILVA, J. G.; VALADARES, F. C.; SOUZA, E. R. de. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. **Interface (Botucatu. Online)**, v. 17, p. 535-547, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013005000022>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

SINHORETTO, J. **A Justiça Perto do Povo**: Reforma e gestão de conflitos. São Paulo: Alameda, 2011.

SOBRINHO, S. F. C. G. Os impactos econômicos da atuação do sistema penal: vida virtual, isolamento e encarceramento em massa. **Sequência: estudos jurídicos e políticos**, v. 35, n. 69, p. 133-158, 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2013: trends, contexts, data**. United Nations Publication, Vienna, 2014.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 2, 2012.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. Mortes Prematuras e Conflito Armado Pelo Domínio das Favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 28, nº 81, p. 17-31, Fev/2013. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/9699>>. Acesso em: 12 maio 2017.

CONCLUSÃO

O estudo I caracterizou as políticas públicas para a juventude nos planos plurianuais entre os anos de 2004 a 2015. Este estudo identificou que dentre os programas constantes em cada um dos planos, a maioria destes não foi capaz de sobreviver para o plano subsequente, sendo substituído por um novo programa ou simplesmente extinto. O último plano plurianual analisado, entre 2012-2015, identificou diversos programas voltados para a juventude, todavia, identificou também um percentual de execução média orçada.

Quanto ao estudo de caso do qual se originaram os estudos II e III, ambos tiveram como objeto de observação o Programa Adolescente Cidadão (PROAC). O estudo I, construído a partir de estudos que apontam para os benefícios que podem ser alcançados pela juventude a partir da educação, identificou inicialmente o engajamento de uma rede de atores responsáveis pela execução do programa, tanto direta, quanto indireta. As entrevistas apontaram percentuais consistentes quanto ao envolvimento de esses atores. Por outro lado, também detecta a instabilidade do programa uma vez que não conta com um orçamento anual confiável para fins de execução de suas ações.

O estudo III avaliou a opinião dos alunos matriculados no ano de 2017, alunos egressos de anos anteriores, juntamente com a opinião dos seus respectivos familiares. Identificou que a grande maioria dos participantes são pessoas de baixa renda, para as quais o PROAC foi a melhor oportunidade disponível na cidade para atender aos fins que se propõe, isto é, ser um canal de apoio eficaz à juventude vulnerável.

Como desafio para pesquisas futuras sugere-se que se encontrem formas práticas de conectar orçamentos de políticas públicas para a juventude como aquelas descritas no estudo I, com programas locais eficazes como o PROAC - avaliado nos estudos II e III.

REFERÊNCIAS GERAIS

BALLESTRIN, L. M. de A. Sociedade civil, democracia e violência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, 2015.

BATISTA, A. S. et al. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 433-457, mai./ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1/1992 a 66/2010, pelo Decreto Legislativo n° 186/2000 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/1994. – 33. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 103 p. – (Série textos básicos; n. 58).

_____. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 16/7/1990, Página 13563 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1990, Página 2379 Vol. 4 (Publicação Original).

_____. Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 6/8/2013.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – INFOPEN – Junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE UNAÍ (CONSEP).

Projeto Político Pedagógico: Programa Adolescente Cidadão (PROAC). Unaí, MG: CONSEP; PMMG, 2016a.

COSTA, W. N. G. Dissertações e Teses Multipaper: Uma breve revisão bibliográfica. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 8, n. 1, 2014.

CRESWELL, J. R. **Projeto de Pesquisa:** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Armed, 2010.

DUKE, N. K.; BECK, S. W. Research news and comment: Education should consider alternative formats for the dissertation. **Educational Researcher**, v. 28, n. 3, p. 31-36, 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. Ano 8. São Paulo, 2014.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOMES, C. A. et al. Violências nas escolas: decifrai-me ou vos devoro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 71, p. 39-59, 2013.

HILDEBRAND, N. A. et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 213-221, 2015.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528201>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

IBGE. Censo 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de fev. de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicados do IPEA nº 75**, fevereiro de 2011.

KOMATSU, A. V.; BAZON, M. R. Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais/Descriptive analysis of antisocial behavior among male adolescents/Caracterización de adolescentes de sexo masculino en relación al comportamiento antisocial. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 725, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, A. et al. Políticas Públicas Para a Juventude nos Planos Plurianuais de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1045-1064, 2018.

RÊGO, X.; FERNANDES, L. As falas do medo. Convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, 2012.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. Mortes Prematuras e Conflito Armado Pelo Domínio das Favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 28, nº 81, p. 17-31, Fev/2013. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/9699>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

APÊNDICES

ESTUDO II:

APÊNDICE 1: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES E PROFESSORES

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome: _____ Idade: _____

Cidade onde nasceu: _____

Forma de atuação no Programa: _____

- O que você sabe sobre a criação do PROAC?

- O PROAC passou por mudanças significativas desde sua implementação até o presente momento? Caso sim, quais?

- O orçamento anual do PROAC ATENDE SATISFATORIAMENTE as demandas exigidas:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

ESTUDO III:

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
 FACULDADE UnB DE PLANALTINA - FUP
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PPGP
 MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa que contempla o **PROGRAMA ADOLESCENTE CIDADÃO - PROAC**, sob a responsabilidade do pesquisador **Jovanio Luiz Pereira** e sob orientação do Prof. Dr. **Mauro Eduardo Del Grossi**. O projeto é um estudo de caso que visa contribuir para o avanço de políticas públicas para a juventude, tanto moradores da cidade de Unai, quanto das demais localidades do Entorno do Distrito Federal, etc.

O objetivo desta pesquisa é avaliar a relevância do PROAC para os alunos e familiares que dele participam ou que já participaram.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará por meio de respostas às perguntas de um questionário, com um tempo estimado de cinco a dez minutos para sua realização.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são insignificantes. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o avanço da academia e a avaliação do programa.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não havendo ônus ou bônus por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB) podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Jovanio Luiz Pereira, no telefone (61) 99626-0646, ou escreva e-mail para jovaniop@hotmail.com.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor (a).

Brasília, 11 de outubro de 2017.

 Nome / assinatura

Nome



 Pesquisador Responsável

Jovanio Luiz Pereira

APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO 1 / ALUNOS MATRICULADOS

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Idade: _____ anos Cidade onde nasceu: _____
 Bairro onde mora: _____

INFORMAÇÕES ESCOLARES:

Ano escolar: [] 6º ano [] 7º ano [] 8º ano [] 9º ano [] Outro
 Horário/aulas: [] Manhã [] Tarde [] Noite
 Já reprovou de ano escolar [] Sim [] Não
 Caso sim, por que reprovou? [] Desinteresse [] Trabalho [] Drogas [] Outros
 Pretende cursar faculdade? [] Sim [] Não [] Talvez [] Não sabe
 Caso sim, qual curso pretende fazer? _____

INFORMAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES:

Você tem filhos: [] Sim [] Não
 Quem mora com você: [] Pai [] Mãe [] Irmãos [] Outros parentes
 Você tem pai ou mãe falecidos: [] Pai, somente [] Mãe, somente [] Pai e mãe
 A situação conjugal de seus pais é: [] Vivem juntos [] Vivem separados
 Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você):
 [] Duas pessoas [] Três pessoas [] Quatro pessoas [] Cinco pessoas
 [] Seis pessoas [] Sete pessoas ou mais [] Mora sozinho
 Algum membro da sua família é dependente químico ou de álcool:
 [] Nenhum [] Pai [] Mãe [] Irmãos [] Outros
 Você possui amigos que fazem uso de drogas: [] Sim [] Não [] Não sabe
 Você possui amigos que fazem uso excessivo de álcool: [] Sim [] Não [] Não sabe
 Você participa de algum movimento religioso:
 [] Católico [] Evangélico [] Espírita [] Outros [] Não participa

INFORMAÇÕES TRABALHISTAS E DE RENDA:

Você desenvolve alguma atividade fixa remunerada: [] Sim [] Não
 Caso sim, que tipo: [] Estágio [] Jovem aprendiz [] Autônomo [] Outra
 Caso sim, quanto você ganha por mês: [] Até meio salário [] Entre meio e um salário []
 Entre um e dois salários [] Trabalha, mas não recebe remuneração
 Quantas pessoas que moram com você trabalham fora (incluindo você): _____
 Quem é a pessoa que mais contribui com a renda de sua família: [] Você [] Seus pais []
 Outras
 Qual a renda mensal de toda a sua família (salário mínimo):
 [] Até um salário [] Até dois salários [] Até três salários [] Mais de três salários
 A casa que sua família mora é: [] Própria [] Alugada [] Emprestada/cedida

INFORMAÇÕES SOBRE O PROAC:

1. Qual importância você atribui quanto à sua participação no PROAC?

[1] Fará pouca diferença em sua vida

[2] Fará muita diferença em sua vida

[3] Não sabe se fará ou não diferença em sua vida

2. O PROAC é a melhor oportunidade disponível na cidade para o meu aperfeiçoamento estudantil e futuramente profissional:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

3. O PROAC melhorou significativamente meu desempenho escolar:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

4. O PROAC modificou significativamente a minha visão do mundo, especialmente no que se refere ao meu relacionamento com as pessoas:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

5. O PROAC melhorou significativamente o meu relacionamento familiar:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

6. O PROAC me fez reavaliar significativamente meus ciclos de amizades:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

7. O PROAC melhorou significativamente os meus valores religiosos:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO 2 / ALUNOS EGRESSOS

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Idade: _____ anos Cidade onde nasceu: _____

Bairro onde mora: _____

Ano em que participou do PROAC: _____

INFORMAÇÕES ESCOLARES:

Escolaridade: Fundamental incompleto Fundamental completo Médio incompleto Médio completo Superior incompleto Superior completo

Horário/aulas: Manhã Tarde Noite Não estuda

Já reprovou de ano escolar Sim Não

Caso sim, por que reprovou? Desinteresse Trabalho Drogas Outros

Está cursando ou pretende cursar faculdade?

Já possuo curso superior Sim, estou cursando Não curso faculdade, mas pretendo

Não curso faculdade, nem pretendo

Assinale o curso superior de seu interesse:

Contabilidade, Administração ou afins Ciências agrárias ou afins Direito

Ciências da saúde (biologia, enfermagem) Educação física Outras

INFORMAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES:

Estado civil: Solteiro Casado Divorciado

Você tem filhos: Sim Não

Quem mora com você: Pai Mãe Irmãos Esposa Outros parentes

Você tem pai ou mãe falecidos: Pai Mãe

A situação conjugal de seus pais é: Vivem juntos Vivem separados

Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você):

Duas pessoas Três pessoas Quatro pessoas Cinco pessoas

Seis pessoas Sete pessoas ou mais Mora sozinho

Algum membro da sua família é dependente químico ou de álcool:

Nenhum Pai Mãe Irmãos Outros

Você possui amigos que fazem uso de drogas: Sim Não Não sabe

Você possui amigos que fazem uso excessivo de álcool: Sim Não Não sabe

Você participa de algum movimento religioso: Católico Evangélico Espírita

Outros Não participa

INFORMAÇÕES TRABALHISTAS E DE RENDA:

Você desenvolve alguma atividade fixa remunerada: Sim Não

Caso sim, que tipo: Oficina/mecânica Comércio em geral Zona rural

Outras

Caso sim, quanto você ganha por mês: Até meio salário Entre meio e um salário

Entre um e dois salários Trabalha, mas não recebe remuneração

Quantas pessoas que moram com você trabalham fora (incluindo você): _____

Quem é a pessoa que mais contribui com a renda de sua família:

Você Seus pais Outras

Qual a renda mensal de toda a sua família (salário mínimo):

Até um salário Até dois salários Até três salários Mais de três salários

A casa que sua família mora é: Própria Alugada Empréstada/cedida

INFORMAÇÕES SOBRE O PROAC:

1. Qual importância você atribui quanto à sua participação no PROAC?

[1] FEZ POUCA diferença em sua vida

[2] FEZ MUITA diferença em sua vida

[3] Não sabe se FEZ ou não diferença em sua vida

2. O PROAC FOI a melhor oportunidade disponível na cidade para o meu aperfeiçoamento estudantil e futuramente profissional:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

3. O PROAC melhorou significativamente meu desempenho escolar:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

4. O PROAC modificou significativamente a minha visão do mundo, especialmente no que se refere ao meu relacionamento com as pessoas:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

5. O PROAC melhorou significativamente o meu relacionamento familiar:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

6. O PROAC me fez reavaliar significativamente meus ciclos de amizades:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

7. O PROAC melhorou significativamente os meus valores religiosos:

[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo

[4] De acordo [5] Totalmente de acordo

APÊNDICE 4: QUESTIONÁRIO 3 / FAMILIARES

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Idade: _____ anos Cidade onde nasceu: _____ Bairro
onde mora: _____

O seu filho: Participa atualmente do PROAC Já participou do PROAC

INFORMAÇÕES ESCOLARES:

Escolaridade: Analfabeto Fundamental incompleto Fundamental completo
 Médio incompleto Médio completo Superior incompleto Superior completo

Você estuda atualmente: Sim Não

Em qual horário você estuda: Manhã Tarde Noite Não estuda

Já reprovou de ano escolar: Sim Não Nunca estudou

Caso sim, por que reprovou?

Desinteresse Trabalho Gravidez Dificuldade financeira Drogas Outros

INFORMAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES:

Estado civil: Solteiro Casado União estável Divorciado

Quantidade de filhos: Um Dois Três Quatro Cinco Seis ou mais

Você tem pai ou mãe falecidos: Pai Mãe Não conheceu seus pais

Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você):

Duas pessoas Três pessoas Quatro pessoas Cinco pessoas

Seis pessoas Sete pessoas ou mais

Algum membro da sua família é dependente químico ou de álcool:

Nenhum Filhos Cônjuge Irmãos Outros

Convive com pessoas que fazem uso de drogas: Sim Não Não sabe

Convive com pessoas que fazem uso excessivo de álcool: Sim Não Não sabe

Você participa de algum movimento religioso: Católico Evangélico Espírita

Outros Não participa

INFORMAÇÕES TRABALHISTAS E DE RENDA:

Você desenvolve alguma atividade fixa remunerada: Sim Não

Caso sim, que tipo: Oficina/mecânica Comércio em geral Zona rural
Ambulante Outras

Caso sim, quanto você ganha por mês: Menos de 1 salário Entre 1 e 2 salários

Entre 2 e 3 salários Mais de 3 salários

Quantas pessoas que moram com você trabalham fora (incluindo você): _____

Quem é a pessoa que mais contribui com a renda de sua família:

Você Seu cônjuge Outras

Qual a renda mensal de toda a sua família (salário mínimo):

Até 1 salário Até 2 salários Até 3 salários Mais de 3 salários

A casa que sua família mora é: Própria Alugada Emprestada/cedida

INFORMAÇÕES SOBRE O PROAC:

1. Qual importância você atribui quanto à participação de seu filho no PROAC?
[1] FAZ OU FEZ POUCA diferença em sua vida
[2] FAZ OU FEZ MUITA diferença em sua vida
[3] Não sabe se FEZ ou SE FARÁ diferença ou não em sua vida

2. O PROAC É ou FOI a melhor oportunidade disponível na cidade para o aperfeiçoamento estudantil e futuramente profissional DO SEU FILHO:
[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

3. O PROAC melhorou significativamente meu desempenho escolar DO SEU FILHO:
[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

4. O PROAC modificou significativamente a visão do mundo DO SEU FILHO, especialmente no que se refere ao seu relacionamento com as pessoas:
[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

5. O PROAC melhorou significativamente o relacionamento familiar DO SEU FILHO:
[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

6. O PROAC fez O SEU FILHO reavaliar significativamente meus ciclos de amizades:
[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo

7. O PROAC melhorou significativamente os valores religiosos DO SEU FILHO:
[1] Discordo totalmente [2] Discordo [3] Não concordo nem discordo [4] De acordo [5] Totalmente de acordo